

LANÇAMENTO DO CANAL MINHA CONTA VERO

A Banrisul Cartões lançou, em setembro de 2015, uma novidade aos credenciados à rede de aquisição Vero: o canal de autoatendimento Minha Conta Vero.

O Minha Conta Vero foi disponibilizado a todos os lojistas credenciados à Vero, pessoas físicas e jurídicas, que passaram a ter acesso simplificado, pela internet, aos serviços disponíveis com agilidade, comodidade e total segurança. O diferencial é a oferta de operações em ambiente exclusivo para os credenciados sem a necessidade de utilizar o cartão múltiplo Banrisul, anteriormente exigido.

No canal Minha Conta Vero, os clientes podem gerenciar, de forma on-line, os seguintes serviços:

- Consulta de vendas realizadas.
- Consulta de créditos previstos.
- Consulta de taxas.
- Antecipação de recebíveis.
- Criação de alçada para a antecipação de recebíveis, permitindo que o cliente possa gerenciar as operações, configurando a necessidade ou não de assinatura em conjunto com o operador que realizou a antecipação.

A Banrisul Cartões prima pela transparência, detalhando ao lojista quanto pagará de taxas e tarifas, as vendas realizadas e os valores a receber. A possibilidade de consultar todas as informações das vendas com cartões em único canal de atendimento é um elemento muito valorizado pelos clientes, pois possibilita a melhor gestão do seu negócio.

AGENDA DE RECEBÍVEIS E LIQUIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto na regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a Banrisul Cartões, em fevereiro de 2015, passou a disponibilizar, diariamente, por intermédio da Câmara Interbancária de Pagamento (CIP), arquivos padronizados da agenda de recebíveis aos bancos com os quais possui acordo bilateral assinado. Adicionalmente, em outubro,

tornou-se apta a fornecer arquivos padronizados de liquidação financeira aos bancos, também por intermédio da CIP. Tal medida possibilita que os credenciados à Vero realizem operações com garantia de recebíveis diretamente no seu banco domicílio.

Em novembro de 2015, a Banrisul Cartões alterou a forma de liquidação aos estabelecimentos com domicílio bancário em instituições diferentes do Banrisul, de DOC para TED, passando a operar conforme as demais adquirentes do mercado. Essa alteração trouxe benefícios aos estabelecimentos, que passaram a ter acesso aos créditos de suas vendas de maneira mais rápida.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Para promover a sustentabilidade em sua atuação, bem como contribuir para uma sociedade mais justa, a Banrisul Cartões apoiou uma série de projetos e ações sociais no Estado do Rio Grande do Sul. No total, foram R\$ 2,6 milhões investidos, ao longo do exercício de 2015, em projetos culturais, esportivos, de apoio a saúde, aos idosos e as crianças.

REGULAMENTAÇÃO DOS ARRANJOS E DAS INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO

Com a promulgação a Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do Banco Central do Brasil. A Lei determinou que instituições e arranjos de pagamento passassem a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), conferindo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao BACEN poderes para a normatização do setor de pagamentos no Brasil.

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora), e como Instituidor do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação da autorização e realiza adequações a fim de estar em total conformidade com a regulamentação, sendo que, em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu a primeira devolutiva do BACEN, respondendo as solicitações de esclarecimentos e adequando o Regulamento do Arranjo BanriCard.

A Banrisul Cartões opera em dois segmentos de negócios:

(i) a rede de aquisição Vero: contempla o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões das principais bandeiras (Visa, MasterCard e VerdeCard), com cartões da conta corrente do Banrisul – Banricompras – e com cartões BanriCard;

(ii) os cartões BanriCard: são emitidos pela Banrisul Cartões S.A. e administrados por meio de convênios. A marca BanriCard representa uma família de cartões de benefícios, cujo portfólio compõe as seguintes linhas de produtos: alimentação, refeição, cultura, presente, salário, benefício, combustível, gestão de frotas, gestão de despesas e gestão de pagamentos.

Em 2015, a receita operacional bruta da Companhia somou R\$ 497,3 milhões, sendo 90,6% oriundos do segmento aquisição e 9,4% do segmento de cartões de benefícios. A seguir é detalhado o desempenho operacional por segmento de negócios.

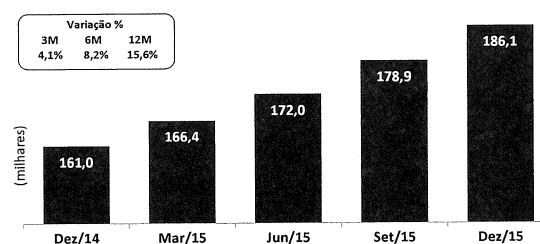
VERO - REDE DE AQUISIÇÃO

Principais ações e estratégias de 2015:

- Divulgação das soluções POS e *Mobile*, por meio de campanhas publicitárias veiculadas em larga escala, com enfoque voltado às vantagens do produto.
- Oferecimento de cursos de aperfeiçoamento aos credenciados à Vero, voltados aos seus negócios, em parceria com o SENAC-RS.
- Implantação do novo canal de autoatendimento Minha Conta Vero.
- Direcionamento estratégico às pequenas e médias empresas.
- Realização de parcerias com subadquirentes e integradoras.
- Negociação com fornecedores para redução de custos.
- Negociação de acordos para captura de novas bandeiras, com atuação no modelo VAN (*Value Added Network*).
- Lançamento nacional de novas soluções de equipamentos POS (Perto VELOH C, Verifone VX685 e Ingenico IWL280), com foco na melhoria da performance de rede.
- Disponibilização da agenda de recebíveis por intermédio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), possibilitando ao credenciado a antecipação de recebíveis diretamente com o seu banco de domicílio.

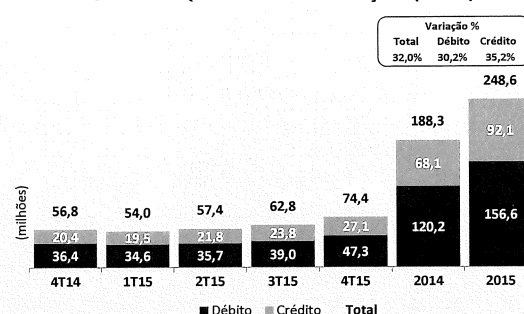
O desempenho da Vero foi positivo, encerrando o ano de 2015 com 186,1 mil estabelecimentos credenciados, incremento de 15,6% quando comparado com o mês de dezembro do ano anterior.

Gráfico 1: Estabelecimentos Credenciados (VERO)



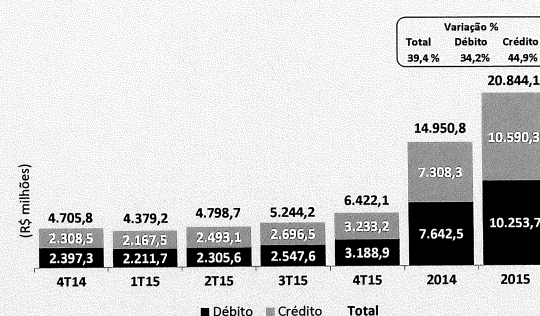
Em 2015, foram capturadas 248,6 milhões de transações, cujo crescimento foi de 32,0% na comparação com 2014. O aumento foi sustentado, principalmente, pela evolução das quantidades de transações capturadas dos cartões das bandeiras MasterCard, Visa e VerdeCard, que incrementaram 82,1%, 67,3% e 31,4%, respectivamente, reforçando a atuação da Vero como rede multibandeira. A quantidade de transações na modalidade débito totalizou 156,6 milhões, alta de 30,2%, e na modalidade crédito 92,1 milhões, com incremento de 35,2% em relação ao ano anterior.

Gráfico 2: Quantidade de Transações (VERO)



O volume financeiro transacionado na Vero foi de R\$ 20.844,1 milhões em 2015, alta de 39,4% quando comparado a 2014, influenciado pela ampliação da rede credenciada, parceria com subadquirente, incremento das transações e elevação do ticket médio. Especificamente na modalidade crédito, o volume financeiro transacionado, responsável por 50,8% do total, somou R\$ 10.590,3 milhões, refletindo aumento de 44,9%. Na modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 10.253,7 milhões, o que representou incremento de 34,2% em relação ao ano anterior.

Gráfico 3: Volume Financeiro Transacionado (VERO)



Quando comparado ao mercado, o ritmo de crescimento da Vero, no ano de 2015, apresentou patamares mais elevados, tanto em termos de valor transacionado quanto em quantidade de transações. O crescimento mais acelerado resultou em ganhos de *market share*, totalizando 2,0% no que se refere ao valor transacionado auferido no final do terceiro trimestre de 2015, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS).

De acordo com os últimos dados disponíveis do mercado, de janeiro a setembro de 2015, as médias da variação 12 (doze) meses do valor transacionado e da quantidade de transações foram ambas de 9,8%, enquanto que, na Vero, as médias foram de 41,1% e 32,6%, respectivamente, nos mesmos indicadores.

Gráfico 4: Variação 12 meses – Volume Financeiro Transacionado (Vero X Mercado)

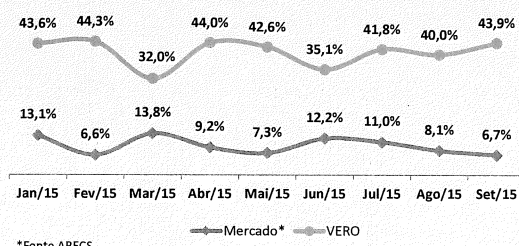
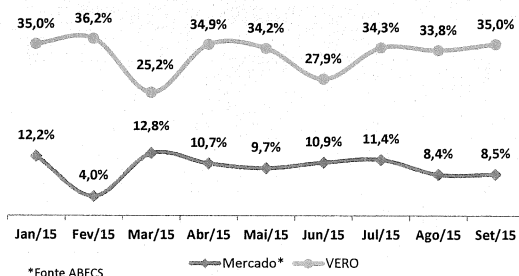


Gráfico 5: Variação 12 meses – Quantidade de Transações (Vero X Mercado)



Antecipação de Recebíveis

A Banrisul Cartões oferece antecipação de recebíveis aos estabelecimentos credenciados não sujeitos à trava de domicílio bancário. Assim, os estabelecimentos podem receber antecipadamente os valores relativos às transações realizadas com cartões de crédito nas modalidades à vista e parcelado. Em 2015, o volume financeiro das antecipações somou R\$ 1.370,6 milhões, atingindo 13,2% do volume transacionado de crédito nas modalidades à vista e parcelado no ano, passíveis de antecipação. O saldo da carteira de antecipação de recebíveis ampliou 22,3% no ano, alcançando R\$ 226,6 milhões.

BANRICARD - CARTÕES DE BENEFÍCIOS

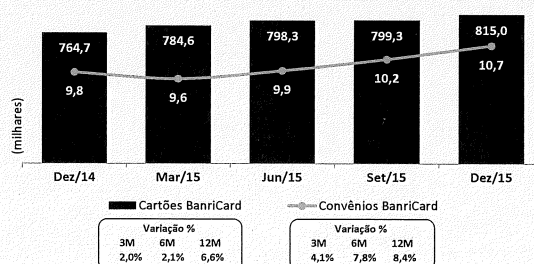
Principais ações e estratégias de 2015:

- Realização de campanha interna de vendas “BanriCard Campeão”, incentivando o incremento de novos negócios.

- Promoção de ações de marketing direto para divulgação dos produtos BanriCard.
- Efetivação de melhorias nos canais de comunicação com clientes e disponibilização de manuais técnicos.
- Padronização dos canais de atendimento, objetivando a eficiência do serviço prestado.
- Alteração no processo de emissão das notas fiscais dos convênios BanriCard, que, por motivação legal, passaram a ser geradas e encaminhadas eletronicamente.

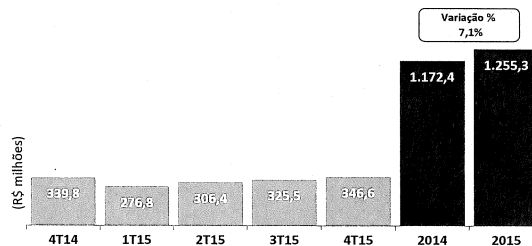
Em dezembro de 2015, o segmento BanriCard, composto pela família de cartões de benefícios (pré e pós-pagos), alcançou a marca de 10,7 mil convênios e 815,0 mil cartões, crescimentos de 8,4% e 6,6%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 6: Convênios e Cartões (BanriCard)



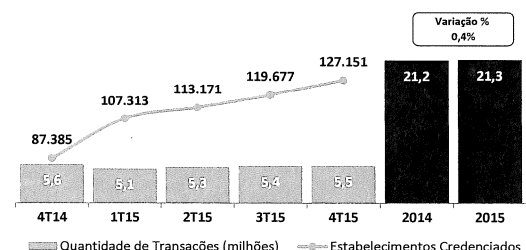
O faturamento do BanriCard, em 2015, totalizou R\$ 1.255,3 milhões, aumento de 7,1% em relação a 2014, com destaque para os cartões BanriCard Alimentação e BanriCard Refeição, vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que evoluíram 6,1% e finalizaram 2015 representando 68,8% do montante faturado no ano, e para o BanriCard Salário, que cresceu 28,6%, passando a ocupar 16,2% do valor total.

Gráfico 7: Faturamento (BanriCard)



Os cartões BanriCard foram utilizados em mais de 127,2 mil estabelecimentos credenciados, no ano, e movimentaram 21,3 milhões de transações, incremento de 0,4% em relação a 2014.

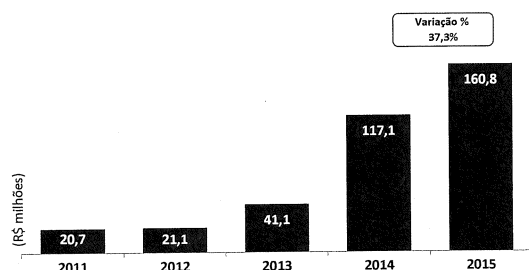
Gráfico 8: Estabelecimentos Credenciados e Quantidade de Transações (BanriCard)



LUCRO LÍQUIDO

A Banrisul Cartões alcançou lucro líquido de R\$ 160,8 milhões no exercício de 2015, 37,3% superior ao resultado alcançado no ano anterior, que foi de R\$ 117,1 milhões.

Gráfico 9: Lucro Líquido*



* Os resultados referentes à aquisição passaram a ser contabilizados na Banrisul Cartões a partir de novembro de 2013.

A receita operacional bruta aumentou 40,0% em relação ao ano anterior e atingiu R\$ 497,3 milhões, abrangendo os dois segmentos de negócios da Companhia. Para o negócio de aquisição, totalizou R\$ 450,8 milhões em 2015, incremento de 45,0%, e é oriunda da receita de MDR (*Merchant Discount Rate*) e das tarifas (aluguel, comunicação e conectividade). Já a receita bruta relativa ao negócio de cartões de benefícios BanriCard, advinda das taxas de administração dos convênios e das taxas de reembolso dos credenciados, ampliou 4,9%, alcançando R\$ 46,5 milhões em 2015. A receita operacional líquida da Banrisul Cartões somou R\$ 417,1 milhões em 2015, refletindo crescimento de 39,2%.

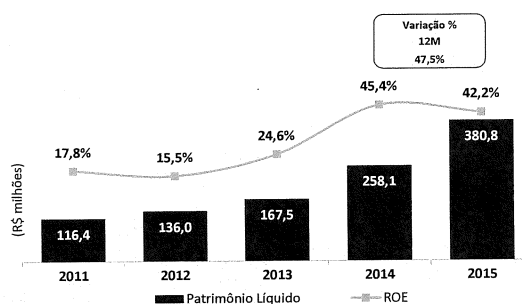
O custo dos serviços prestados, que engloba, basicamente, o custo de intercâmbio, de processamento, de comunicação e de pessoal, aumentou 56,8% e atingiu R\$ 239,1 milhões no ano de 2015. As despesas operacionais, que reúnem despesas administrativas, despesas de pessoal e outras despesas operacionais líquidas, totalizaram R\$ 28,5 milhões, elevação de 21,3%. Cabe salientar que parte dos custos e despesas se referem a serviços prestados pelo Banrisul, cujo ressarcimento está previsto em acordo operacional estabelecido entre as instituições.

As receitas financeiras, que compreendem, principalmente, as oriundas da antecipação de recebíveis performados e das aplicações financeiras, somaram R\$ 93,6 milhões no período, enquanto que as despesas financeiras atingiram R\$ 1,8 milhão. O resultado financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$ 91,7 milhões em 2015, refletindo crescimento de 74,2% na comparação com o ano anterior.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Banrisul Cartões registrou, ao final de 2015, o montante de R\$ 380,8 milhões, avanço de 47,5% em relação ao ano anterior. O aumento do patrimônio líquido está associado, principalmente, à incorporação dos resultados gerados, deduzidos dos dividendos distribuídos. O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 160,8 milhões, foi destinado em 5% para a reserva legal, em 25% para a distribuição dos dividendos e o restante foi destinado à conta de reserva de expansão. A rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 42,2%.

Gráfico 10: Patrimônio Líquido*

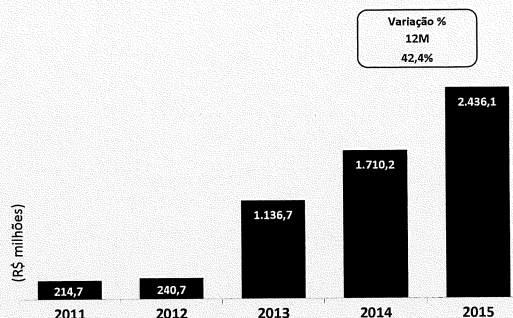


* Os resultados referentes à aquisição passaram a ser contabilizados na Banrisul Cartões a partir de novembro de 2013.

ATIVOS

Os ativos totais da Banrisul Cartões somaram R\$ 2.436,1 milhões ao final de 2015, volume 42,4% superior ao contabilizado no mesmo período de 2014. O aumento dos ativos decorre, na maior parte, da ampliação dos negócios da rede de aquisição Vero e da evolução do saldo das aplicações financeiras.

Gráfico 11: Ativos Totais*



* Os resultados referentes à aquisição passaram a ser contabilizados na Banrisul Cartões a partir de novembro de 2013.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

A Banrisul Cartões, em 2015, implementou ações de melhoria tecnológica para suportar o crescimento dos seus negócios, direcionando esforços para ampliar a capacidade de captura e processamento das transações em sua rede de adquirência, garantindo maior segurança e agilidade nas suas operações e mantendo o seu parque de equipamentos atualizado.

Dentre as realizações em infraestrutura, segurança e sistemas de Tecnologia da Informação (TI), destaca-se a contínua atualização da base de equipamentos POS (*Point of Sale*), que melhora a performance em se tratando de memória, impressora e processadora, além da disponibilização de novas tecnologias, como tela colorida e *touchscreen*.

Assim, a Banrisul Cartões oferece aos seus clientes o que há de mais moderno e evoluído tecnologicamente em termos de POS, além de proporcionar a redução no tempo da transação.

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865 e normativas do BACEN, a Banrisul Cartões adere ao sistema de controles internos do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como às políticas internas.
- Eficiência e eficácia das operações.
- Proteção dos recursos contra perdas decorrentes de desperdício, erros e fraudes.
- Preparação e manutenção de dados financeiros e gerenciais fidedignos, divulgando-os em relatórios tempestivos e nos canais de comunicação competentes.
- Promoção do combate a corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

Com o objetivo de obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada e em conjunto com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos.

A Banrisul Cartões adota práticas e políticas que possibilitam realizar suas atividades de gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito com níveis de risco alinhados ao seu capital, à sua capacidade operacional, à natureza das atividades e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, com vistas à manutenção da solidez, da eficiência, do regular funcionamento dos negócios, da preservação do valor e da liquidez.

Para a Banrisul Cartões, o gerenciamento dos riscos é fundamental para fortalecer o perfil corporativo da Instituição e imprescindível para atingir o nível de crescimento desejado.

AGRADECIMENTOS

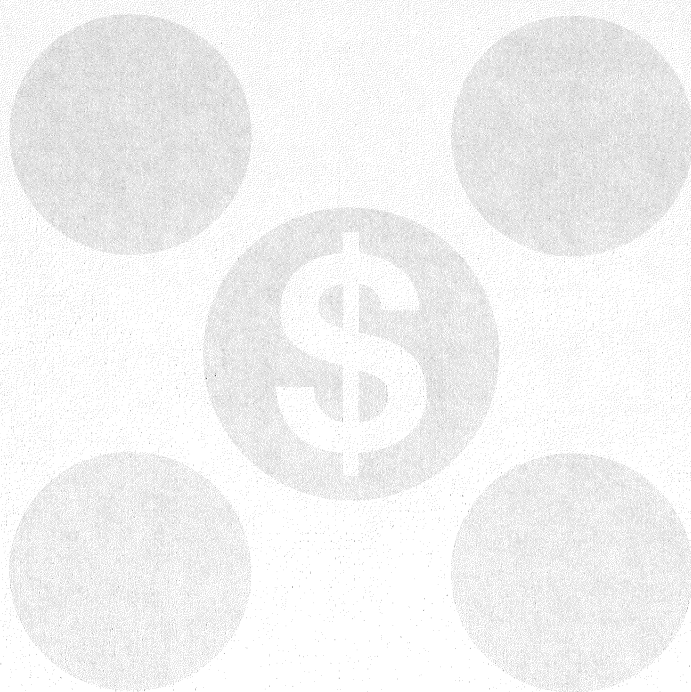
A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência. Aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo em buscar a qualidade incessantemente. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

A Administração.



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2015	2014
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		11	7.546
Aplicações financeiras	4	305.818	206.165
Clientes	5	2.122.000	1.485.794
Outros ativos		490	389
Crédito tributário		355	184
Total do ativo circulante		2.428.673	1.700.078
Ativo não circulante			
Crédito tributário	10	1.527	2.355
Depósitos judiciais	9	2.829	3.945
Outros ativos		1.077	985
Imobilizado	6	1.960	2.609
Intangível		-	237
Total do ativo não circulante		7.393	10.131
Total dos ativos		2.436.066	1.710.209
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos		17.495	-
Cartões em circulação	7	59.977	52.404
Contas a pagar a estabelecimentos	8	1.891.427	1.332.064
Dividendos a pagar		38.193	27.807
Obrigações fiscais		26.210	23.218
Outros passivos		16.980	9.266
Total do passivo circulante		2.050.281	1.444.759
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	9	4.483	6.815
Outros passivos		462	509
Total do passivo não circulante		4.945	7.324
Patrimônio líquido			
Capital social	11	250.000	150.000
Reserva de capital		-	252
Reserva de lucros		130.746	107.875
Ajustes de avaliação patrimonial		94	(1)
Total do patrimônio líquido		380.840	258.126
Total do passivo e patrimônio líquido		2.436.066	1.710.209

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	13	417.072	299.708
Custo dos serviços prestados	14	(239.075)	(152.496)
Lucro bruto		177.997	147.212
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(12.446)	(7.402)
Pessoal	15	(16.449)	(16.521)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	369	412
Lucro operacional antes do resultado financeiro		149.471	123.701
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	93.566	53.185
Despesas financeiras	21	(1.844)	(826)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		241.193	176.060
Imposto corrente	12	(79.748)	(58.855)
Imposto diferido	12	(633)	(120)
Lucro líquido do exercício		160.812	117.085
Lucro líquido por ação - R\$		57,73	42,03

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	160.812	117.085
Ajuste CPC 33(R1)	(144)	298
Efeito tributário sobre o ajuste	49	(101)
Total dos resultados abrangentes do exercício	160.717	117.282

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	77.640	252	88.900	2.057	(1.328)	-	167.521
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	117.085	117.085
Aumento de Capital Social (Nota 11)	72.360	-	(72.360)	-	-	-	-
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	197	-	197
Reserva Legal	-	-	-	5.855	-	(5.855)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(27.807)	(27.807)
Reserva de Expansão	-	-	83.423	-	-	(83.423)	-
Realização Ajustes Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	1.130	-	1.130
Saldos em 31 de dezembro de 2014	150.000	252	99.963	7.912	(1)	-	258.126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.812	160.812
Aumento de Capital Social (Nota 11)	100.000	(252)	(99.748)	-	-	-	-
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	95	-	95
Reserva Legal	-	-	-	8.040	-	(8.040)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(38.193)	(38.193)
Reserva de expansão	-	-	114.579	-	-	(114.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.000	-	114.794	15.952	94	-	380.840

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido ajustado	245.216	179.185
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	241.193	176.060
Ajuste para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Depreciações	1.192	1.144
Baixa do ativo intangível	237	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(633)	(120)
Reestruturação dos planos da FBSS	-	1.130
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) diminuição de clientes	(637.398)	(473.507)
(Aumento) diminuição de outros ativos	947	5.354
Aumento de cartões em circulação	7.573	2.857
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	559.363	452.262
Aumento de obrigações fiscais	2.992	8.256
Aumento de outros passivos	7.667	2.164
Ajuste de avaliação patrimonial	95	197
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(3.718)	(786)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.748)	(58.855)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	102.989	117.007
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
(Aumento) diminuição em aplicações financeiras	(99.653)	(98.686)
Adições ao imobilizado	(559)	(3.299)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(100.212)	(101.985)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos	17.495	-
Pagamento de Dividendos	(27.807)	(9.772)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(10.312)	(9.772)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.535)	5.250
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.546	2.296
No fim do exercício	11	7.546
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.535)	5.250

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

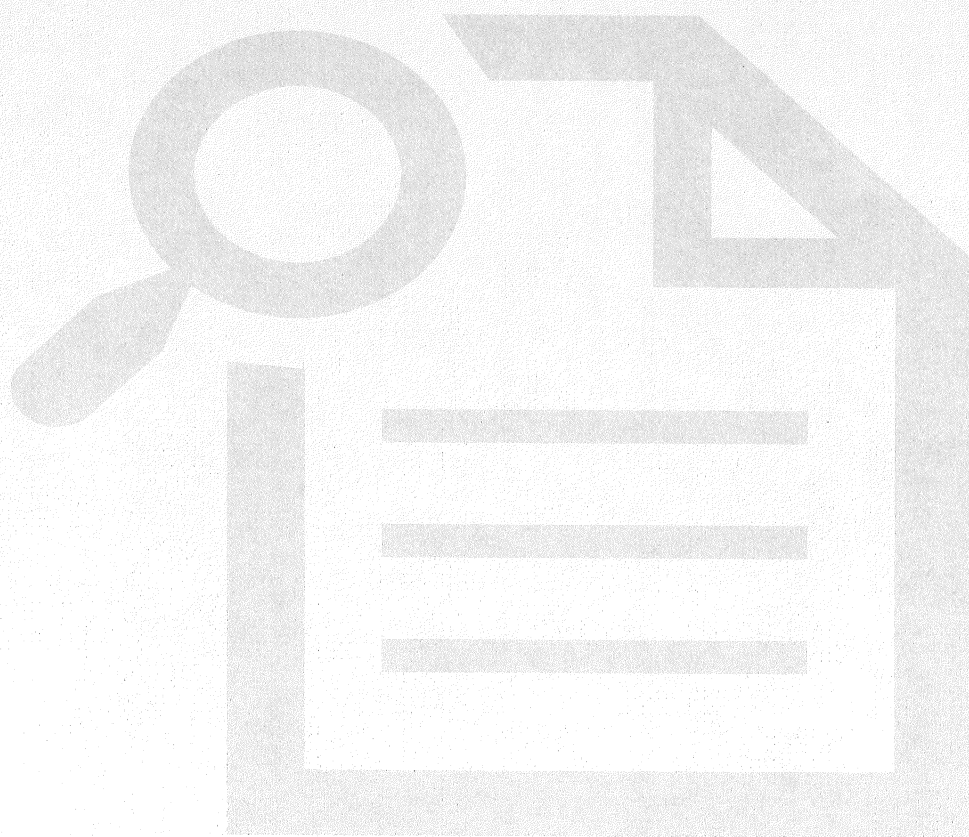
	2015	2014
Receitas		
Receita da prestação de serviços	496.092	354.058
Outras receitas	9.101	6.852
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(219.433)	(138.269)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.216)	(8.808)
Outros	(5.054)	(4.235)
Valor adicionado bruto	268.490	209.598
Depreciação e Amortização	(1.208)	(690)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	267.282	208.908
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	93.566	53.185
Valor adicionado total a distribuir	360.848	262.093
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	29.275	25.549
Remuneração direta	28.152	24.687
Benefícios	630	525
FGTS	95	63
INSS	399	274
Impostos, taxas e contribuições	163.045	115.975
Federais	135.292	96.499
Municipais	27.753	19.476
Remuneração de capitais de terceiros	7.716	3.484
Despesas financeiras	1.720	346
Outros	5.996	3.138
Remuneração de capitais próprios	160.812	117.085
Dividendos	38.193	27.807
Lucros retidos	122.619	89.278
Valor adicionado distribuído	360.848	262.093

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS

EXPLICATIVAS



NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia") é empresa de capital fechado estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com o conjunto de instituições que integram o mercado de meios de pagamento e com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões opera em dois segmentos de negócios: (i) Adquirência, que contempla os serviços da rede de adquirência Vero, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões das principais bandeiras (Visa, MasterCard e VerdeCard), com cartões da conta corrente do Banrisul e com cartões BanriCard; e (ii) Cartões de Benefícios (Vouchers), que abrange os serviços de emissão dos cartões de benefícios e empresariais BanriCard e administração dos convênios firmados. A principal fonte de receita do negócio de Adquirência é decorrente da taxa de desconto (MDR) cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado, seguida pelas receitas de mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Vouchers, as principais receitas são provenientes da taxa de reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da taxa de administração cobrada das empresas conveniadas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 05 de fevereiro de 2016.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de emissores e conveniados.

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Os principais passivos financeiros são: cartões em circulação e contas a pagar a estabelecimentos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado pelo valor original da transação.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

O montante corresponde às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços. O saldo de contas a receber de conveniados está acrescido da taxa do convênio.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e serviços. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

e) Cartões em circulação

Registram as obrigações referentes aos valores transacionados nos cartões de benefícios e empresariais que aguardam fechamento da agenda financeira. Soma-se ao grupo a carga não utilizada nos cartões de benefícios pré-pagos.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados a Rede Vero.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado pelo valor original das transações, exceto as transações realizadas pelos cartões de benefícios e empresariais, nos quais os valores estão deduzidos das taxas de intermediação.

g) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2015 e 2014 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também, analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. O estudo apontou um efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui um ciclo financeiro inferior a 90 dias e, há um equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na nota explicativa Nº 12.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis e atuariais, bem como para a depreciação contabilizada com base na vida útil dos bens. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

j) Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no Patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando os estabelecimentos comerciais solicitam a Companhia o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito efetivamente realizadas antes do prazo de liquidação originalmente avençado, é reconhecida de uma única vez na data da transação, e classificada como receita financeira.

No segmento voucher, que compreende as transações realizadas através dos cartões de benefícios e empresariais, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da fatura, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

l) Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

m) Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estão apresentadas na Nota 22. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a administração da Companhia.

n) Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação a Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do Banco Central do Brasil. A Lei determinou que instituições e arranjos de pagamento passassem a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), conferindo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao BACEN poderes para a normatização do setor de pagamentos no Brasil.

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora), e como Instituidor do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação da autorização e realiza adequações a fim de estar em total conformidade com a regulamentação, sendo que, em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu a primeira devolutiva do BACEN, respondendo as solicitações de esclarecimentos e adequando o Regulamento do Arranjo BanriCard.

o) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Planos de pensão de benefícios definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

b) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros, com o intuito de verificar se ocorreu perda no valor contábil dos mesmos. Essa perda pode ser ocasionada pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTA 04 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia possui aplicações em fundos de investimento em renda fixa junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, com prazo médio inferior a 365 dias e resgate automático. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2015 foi de 13,11% (10,52% em 2014).

	2015	2014
Cotas de fundos de investimento	305.818	206.165
Total	305.818	206.165

NOTA 05 CLIENTES

	2015	2014
Valores a faturar (a)	8.901	12.399
Contas a receber de conveniados	66.625	59.864
Contas a receber de emissores (b)	1.256.337	684.445
Contas a receber de emissores - Banrisul (c)	507.215	506.565
Contas a receber - Tarifas (d)	60.506	40.635
Antecipação de recebíveis (e)	226.566	184.844
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.150)	(2.958)
Total	2.122.000	1.485.794

- (a) O saldo corresponde aos valores transacionados nos cartões de benefícios pós-pagos e os serviços contratados através do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.
- (b) O saldo corresponde aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras.
- (c) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações realizadas com o cartão Banricompras.
- (d) O saldo corresponde aos valores a receber referente às taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e as tarifas cobradas pelo serviço da rede de aquisição. O MDR refere-se ao percentual sobre as transações cobradas dos estabelecimentos comerciais.
- (e) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis que serão recebidas dos emissores em até 360 dias da data de contratação das operações pelos estabelecimentos comerciais.

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2015	2014
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.738.215	1.247.508
Acima de 90 dias	366.348	224.950
Vencidos:		
Até 90 dias	11.533	9.235
Entre 91 e 180 dias	2.883	2.581
Entre 181 e 360 dias	2.453	1.186
Acima de 360 dias	4.718	3.292
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.150)	(2.958)
Total	2.122.000	1.485.794

Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2015	2014
Saldo anterior	2.958	1.814
Créditos recuperados no exercício	(49)	(9)
Créditos provisionados no exercício	1.241	(1.153)
Saldo final	4.150	2.958

NOTA 06 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2015	Saldo Líquido em 2014
Sistemas de comunicação	10	122	(14)	108	119
Equipamentos de informática	20	81	(22)	59	6
Equipamentos de captura	33,3	3.668	(1.874)	1.794	2.484
Total		3.871	(1.910)	1.960	2.609

	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2015
Sistemas de comunicação	119	-	-	(11)	108
Equipamentos de informática	6	62	-	(9)	59
Equipamentos de captura	2.484	498	-	(1.188)	1.794
Total	2.609	560	-	(1.208)	1.960

NOTA 07 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO

	2015	2014
Alimentação e refeição	51.700	46.060
Salário	3.837	2.692
Cultura	2.313	1.851
Combustível e Manutenção Frota	827	622
Demais cartões	1.299	1.179
Total	59.977	52.404

NOTA 08 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	2015	2014
Contas a pagar – lojistas	1.874.964	1.320.961
Contas a pagar - fornecedores (a)	16.463	11.103
Total	1.891.427	1.332.064

(a) O saldo corresponde às obrigações com os parceiros, fornecedores e emissores.

A composição do contas a pagar por vencimento está apresentada a seguir:

	2015	2014
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.577.010	1.134.669
Acima de 90 dias	314.417	197.395
Total	1.891.427	1.332.064

NOTA 09 PROVISÃO PARA RISCOS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e outras. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Movimentação das provisões

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2014	3	7.437	7.440
Adições	49	1.728	1.777
Reversões	(1)	(1.615)	(1.616)
Liquidações	(19)	(767)	(786)
Saldo em 31/12/2014	32	6.783	6.815
Adições	96	2.073	2.169
Reversões	-	(784)	(783)
Liquidações	(41)	(3.677)	(3.718)
Saldo em 31/12/2015	87	4.395	4.483

Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$2.484 (R\$3.572 em 2014) para Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora), R\$32 (R\$32 em 2014) para Auto de Infração e R\$313 (R\$341 em 2014) para Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

	2015	2014
Cível	2.703	2.294
Tributária	14.646	12.929
Trabalhista	5.754	7.076
Saldo final	23.103	22.299

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Contingências tributárias

Na esfera judicial há três ações executivas vinculadas a ação anulatória de débito fiscal ajuizada em 2007, visando à desconstituição de lançamentos referentes a IRPJ e CSLL. A ação anulatória foi julgada totalmente procedente para declarar a nulidade dos créditos tributários, tendo sido interposto recurso de apelação pela Fazenda Nacional, qual foi negado provimento. A UNIÃO ingressou com recurso especial, estando em

curso prazo para apresentação de contrarrazões. O processo da esfera administrativa se refere à decisão da Receita Federal que determinou a retificação do saldo negativo da DIPJ 2000, ano-calendário 1999; indeferiu pedidos de compensação e determinou a devolução de valores compensados com base no saldo negativo de 2000. Atualmente, há recurso interposto pela Companhia pendente de julgamento no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Contingências trabalhistas

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$5.754 (R\$7.076 em 2014).

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

NOTA 10 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, oriundo das provisões para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 9), das depreciações calculadas com base na vida útil dos bens (Nota 6) e benefícios pós-emprego (Nota 20), e estão classificados no ativo circulante e não circulante. Sobre esse valor é aplicado alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2015				2014			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo inicial	2.539	(129)	-	2.410	3.299	(85)	(684)	2.530
Constituição	917	(24)	-	893	91	(44)	-	47
Reversão	(1.574)	-	48	(1.526)	(851)	-	684	(167)
Saldo final	1.882	(153)	48	1.777	2.539	(129)	-	2.410

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, em Provisões para outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. A projeção da Administração para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	2015
2016	355
2017	355
2018	355
Após 2019	817
Total	1.882

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.397.

NOTA 11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$250.000 (R\$150.000 em 2014). Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$100.000 (R\$72.360 em 2014). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da Reserva de Expansão e a totalidade da Reserva de Capital.

(b) Distribuição de resultado

O Lucro Líquido do Exercício, no valor de R\$160.812, terá as seguintes destinações: (I) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social; (II) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de expansão

Para atender a projetos de investimento e expansão, a companhia reteve parte dos lucros do exercício. A retenção está justificada pelo orçamento de capital, aprovado pela Administração no dia 11 de dezembro de 2015.

NOTA 12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	241.193	176.060
Adições (exclusões) - IRPJ		
Cotas audiovisual	237	210
Provisão para passivos contingentes	(2.332)	(654)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.613	1.644
Tributos não recuperáveis	-	834
Outras Adições (exclusões)	606	267
Adições (exclusões) - CSLL		
Cotas audiovisual	-	210
Provisão para passivos contingentes	(2.332)	(654)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.613	1.644
Tributos não recuperáveis	-	834
Outras Adições (exclusões)	571	244
(=) Base do IRPJ corrente	242.318	178.361
(=) Base do CSLL corrente	242.046	178.338
Imposto de renda	57.942	42.803
Outros	21	1
Contribuição social	21.784	16.051
IRPJ e CSLL correntes	79.748	58.855
IRPJ e CSLL diferidos	633	120
IRPJ e CSLL registrados no resultado	80.381	58.975
Alíquota efetiva	33,2%	33,01%

NOTA 13 COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita bruta	497.333	355.270
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(80.261)	(55.562)
Receita operacional líquida	417.072	299.708

NOTA 14 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2015	2014
Pessoal	(12.826)	(8.918)
Processamento de dados e comunicação (a)	(65.538)	(46.290)
Intercâmbio (b)	(133.368)	(73.640)
Repasse parceiros (c)	(21.719)	(18.745)
Outros custos	(5.624)	(4.903)
Total	(239.075)	(152.496)

(a) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(b) Taxas cobradas pelos bancos emissores nas transações dos cartões de crédito e débito.

(c) Custo do repasse da parcela dos valores transacionados devido aos parceiros nas transações dos cartões de débito e crédito.

NOTA 15 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2015	2014
Honorários a pessoas jurídicas	(628)	(2.035)
Serviço de terceiros – ressarcimento Banrisul	(3.051)	(1.171)
Patrocínios	(2.613)	(1.765)
Publicidade e Propaganda	(2.742)	(969)
Aluguel de imóveis	(1.062)	(161)
Tributos – ressarcimento Banrisul	(1.546)	(958)
Outros	(804)	(343)
Total despesas administrativas	(12.446)	(7.402)
Ordenados	(1.964)	(1.304)
Ordenados – ressarcimento Banrisul	(10.548)	(11.431)
Comissões – ressarcimento Banrisul	(2.742)	(2.727)
Diretoria e conselhos	(704)	(467)
Outros	(491)	(592)
Total despesas de pessoal	(16.449)	(16.521)
Total	(28.899)	(23.923)

NOTA 16 OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Despesas de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(2.169)	(1.777)
Reestruturação dos planos da FBSS	-	(1.130)
Despesa de serviços – Bandeiras	(1.705)	(884)
Tributos não recuperáveis	(1.425)	(834)
Créditos de recuperação duvidosa	(1.241)	(1.153)
Outros	(2.192)	(1.343)
Total de outras despesas operacionais	(8.732)	(7.121)
Reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	783	1.616
Recuperação de encargos e salários	1.873	1.252
Recuperações PIS/COFINS	5.960	4.643
Outros	484	22
Total de outras receitas operacionais	9.100	7.533
Total	368	412

NOTA 17 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	7.546	-
Depósitos e aplicações financeiras	305.818	29.958	206.165	14.884
Cientes (1)	587.551	12	578.673	24
Outros	136	-	20	-
Dividendos	(38.811)	-	(27.748)	-
Custos e despesas com a prestação dos serviços				
Reembolso custo/despesa de pessoal	(2.352)	(23.375)	(2.052)	(20.349)
Reembolso custo/despesa de comunicação, processamento e insumos	(2.011)	(20.006)	(1.352)	(12.377)
Reembolso despesas gerais	(4.761)	(7.306)	(1.563)	(6.886)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(192)	-	(159)
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios				
Cientes	1	-	-	-
Dividendos	(82)	-	(59)	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
Cientes			76	9
Outros	52	-	76	9
Estado do Rio Grande do Sul.				
Cientes	3.366	65	3.840	288

Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

A Companhia possui acordo com o Banrisul para a cessão de empregados, onde a Companhia cedeu 3 empregado e recebeu 145, cujos custos são ressarcidos pelas partes.

Além disso, existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Cartões, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(1) As faturas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul possuem vencimentos de 30 dias.

NOTA 18 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Foi pago durante o exercício de 2015 a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios) o montante de R\$ 1.236 (R\$ 1.686 em 2014).

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

NOTA 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2015	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	11	11
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	305.818	305.818
Clientes	Empréstimos e recebíveis	2.122.000	2.122.000
Empréstimos	Valor justo por meio do resultado	17.495	17.495
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	59.977	59.977
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	1.891.427	1.891.427

		2014	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	7.546	7.546
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	206.165	206.165
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.485.794	1.485.794
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	52.404	52.404
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	1.332.064	1.332.064

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos em renda fixa, com prazo médio inferior a 365 e resgate automático. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2015.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2015.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2015.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos.

Cenário	2015			2014		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	218	5.364	10.527	111	2.747	5.417
Total	218	5.364	10.527	111	2.747	5.417

Definições:

- Taxa de juros - exposições sujeitas às variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.
- Moeda estrangeira - exposições sujeitas à variação cambial.
- Renda variável - exposições sujeitas à variação do preço de ações.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para o período de 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

	2015	2014
Obrigações (ativo) registradas no balanço patrimonial com benefícios de:		
Planos de pensão (PBI)	63	219
Planos de saúde, odontológico e medicamento	(451)	(379)
Plano prêmio aposentadoria (*)	246	161
Total	142	1

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$99(2014 - R\$65) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$345(2014- R\$226).

(a) Descrição dos benefícios de longo prazo

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Cartões S.A., da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - (Cabergs), assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social - (FBSS), instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social - (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A partir de 06 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev (atualmente denominado FBPREV), que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. De sua implantação em diante, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Com a aprovação pela Previc dos novos planos de benefícios ao final de 2013, a Fundação Banrisul iniciou, em 03 de fevereiro de 2014, o processo de migração voluntária e incentivada dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I para: (i) Plano Saldado, que é constituído no modelo de Benefício Definido, no qual o montante acumulado por todos os participantes fica em uma conta coletiva, e (ii) Plano FBPREV II, que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida na fase de acúmulo de reserva e benefício definido durante o pagamento do benefício vitalício. O referido processo de migração foi encerrado em 03 de abril de 2014.

Em junho de 2014, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul Cartões, o valor aportado, calculado em fevereiro de 2013, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 5,5% a.a., é de R\$1.021, que foram transferidos para os novos planos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

(b) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses econômicas		2015	2014
Taxa de desconto nominal		12,60% a.a.	11,17% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo		5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro		8,74% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites		5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento do custo farmácia		6,00% a.a.	5,50% a.a.
Hipóteses demográficas		31/12/2014	31/12/2013
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.	
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%	
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte, específica por sexo	Light Forte, específica por sexo	
Tábua de rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%.	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%.	

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(c) Principais riscos atuariais

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na rentabilidade dos títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros prefixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do Brasil, onde os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

(d) Descrições dos planos

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, combinadas com a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações do Plano de Benefícios I com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação.
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência.
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação.
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência.
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2015 e 2014 de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.732)	(9.686)	(217)	(17)	(477)	(246)
Valor Justo dos Ativos	4.669	10.056	248	22	928	-
Superávit/ (Déficit)	(63)	370	31	5	451	(246)
Teto do Ativo	-	(370)	(31)	(5)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(63)	-	-	-	451	(246)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.497)	(10.416)	(203)	(12)	(440)	(161)
Valor Justo dos Ativos	5.278	10.533	232	19	819	-
Superávit/ (Déficit)	(219)	117	29	7	379	(161)
Teto do Ativo	-	(117)	(29)	(7)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(219)	-	-	-	379	(161)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.497	10.416	203	12	440	161
Custo de Serviço Corrente	-	-	5	-	1	6
Custo Financeiro	580	1.112	22	-	47	18
Contribuições dos Participantes do Plano	103	26	1	1	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	(133)	(359)	19	4	61	83
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	(626)	(1.009)	(13)	-	(43)	(22)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(689)	(500)	(20)	-	(16)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(13)	-
No Final do Período	4.732	9.686	217	17	477	246

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	14.763	-	-	5	472	134
Custo de Serviço Corrente	16	-	-	(1)	1	4
Custo Financeiro	1.000	546	13	-	48	14
Contribuições dos Participantes do Plano	91	34	-	2	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	(723)	1.752	(17)	6	(25)	17
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	(379)	(482)	(8)	-	(25)	(8)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(1.022)	(546)	(7)	-	(17)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(14)	-
Mudança de Plano	-	9.312	222	-	-	-
Redução do Plano	(238)	-	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas na Liquidação	(8.011)	(200)	-	-	-	-
No Final do Período	5.497	10.416	203	12	440	161

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.278	10.533	232	19	819	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	563	1.135	25	-	80	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(586)	(1.220)	9	2	29	-
Contribuições do Empregador	-	82	1	-	-	-
Contribuições dos Empregados	103	26	1	1	-	-
Benefícios Pagos	(689)	(500)	(20)	-	-	-
No Final do Período	4.669	10.056	248	22	928	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	12.692	-	-	2	721	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	890	517	16	-	68	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	200	1.985	(40)	13	30	-
Contribuições do Empregador	11	34	-	2	-	-
Contribuições dos Empregados	91	34	-	2	-	-
Benefícios Pagos	(1.022)	(546)	(7)	-	-	-
Transferências de Pagamentos	-	8.642	263	-	-	-
(Ganhos) /Perdas na Liquidação	-	(133)	-	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(7.584)	-	-	-	-	-
No Final do Período	5.278	10.533	232	19	819	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(219)	-	-	-	379	(161)
Custo dos Serviços Correntes	-	-	(5)	-	(1)	(6)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(17)	10	-	-	18	(18)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	173	(92)	4	-	26	(61)
Contribuições do Empregador	-	82	1	-	16	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	13	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(63)	-	-	-	451	(246)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(2.071)	-	-	(3)	249	(134)
Custo dos Serviços Correntes	8.233	(9.245)	(222)	-	(1)	(4)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(110)	(29)	-	1	20	(14)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	1.302	598	(41)	-	80	(9)
Contribuições do Empregador	11	34	-	2	31	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pagamentos	-	8.642	263	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(7.584)	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(219)	-	-	-	379	(161)

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2016	576	921	21	-	38	3
2017	598	958	22	-	40	4
2018	621	997	22	-	43	5
2019	644	1.035	23	-	62	5
2020	667	1.075	23	-	47	6
2021 a 2025	3.682	6392	122	-	290	607

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	0	5
Aposentados	27	25	3	-	40	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-	-
Pensionistas	10	4	-	-	8	-
Total	37	31	6	-	48	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	1	5
Aposentados	28	27	2	-	42	-
Aposentados por Invalidez	-	-	1	-	-	-
Pensionistas	9	4	-	-	9	-
Total	37	33	6	2	52	5

(e) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(194)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	210
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(44)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	48

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(410)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	444
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(144)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	103

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(7)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	7
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	(3)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	3

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	-
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	-

Plano de Saúde – 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(9)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	10
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Aumento de 10%	(3)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Redução de 10%	3

Auxílio Medicamento – 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(10)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	11
Tábua de Mortalidade		Aumento de 10%	(8)
Tábua de Mortalidade		Redução de 10%	9

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2015

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(9)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	9
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	(1)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	1

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%

(3) AT – 2000 suavizada em 10%

NOTA 21 RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Rendimentos aplicações financeiras	29.952	14.884
Rendas com antecipação de recebíveis (a)	57.526	34.244
Outros	6.089	4.057
Total receita financeiras	93.566	53.185
Outros	1.844	(826)
Total despesas financeiras	1.844	(826)
Total	91.722	52.359

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando da solicitação à Companhia, pelos estabelecimentos, do recebimento antecipado das transações com cartões de crédito efetivamente realizadas.

NOTA 22 SEGMENTO OPERACIONAL

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, revisadas pela administração, e considera que os mercados de atuação estão segmentados conforme os serviços apresentados na nota explicativa nº 1.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil, concentradas na região sul.

A receita gerada pelos segmentos reportados é oriunda, principalmente dos serviços da rede de adquirência e da gestão dos cartões de benefícios e empresariais (voucher), abaixo detalhados:

- a) Adquirência: contempla os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras. A receita financeira obtida nas operações de antecipação de recebíveis também integra o segmento da adquirência.
- b) Voucher: contempla os serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais relativos aos convênios alimentação, refeição, combustível, manutenção de frotas, gestão de despesas, cartão salário, desenvolvimento rural, entre outros.

	2015	
	Adquirência	Voucher
Receita de serviços	450.798	46.535
Receita de antecipação recebíveis	57.526	-
Receita total	508.324	46.535

	2014	
	Adquirência	Voucher
Receita de serviços	310.915	44.355
Receita de antecipação recebíveis	34.244	-
Receita total	345.159	44.355

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2016.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC1SP214144/O-1

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2016.

Fernando Antonio Viana Imenes
 Mario Luis Wunderlich dos Santos
 Vicente Jorge Soares Rodrigues
Conselheiros

DIRETORIA

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente

CARLOS ALUISIO VAZ MALAFAIA
 ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
 ANTONIO CARLOS ANTUNES
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Presidente

JOSÉ LUIZ CASTRO MENDEL
Vice-Presidente

MANOEL ANDRE DA ROCHA
 MATTEO ROTA CHIARELLI
 SERGIO AUGUSTO SIMON
Conselheiros

JÚLIO CÉSAR POLETTTO
Contador CRC RS-083968/O

Companhia de Abastecimento do RS

CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/2015 R\$	31/12/2014 R\$
CIRCULANTE	10.353.816,33	9.543.875,49
DISPONIBILIDADES	6.912.550,47	6.378.813,95
Caixa	74.488,27	100.203,13
Bancos	1.274.451,99	818.812,88
Aplicações de Liquidez Imediata	5.563.610,21	5.459.797,94
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.375.680,00	3.103.124,54
Permissionários	4.203.387,59	3.475.165,69
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(1.166.626,99)	(836.385,02)
Estoques	127.286,42	106.818,07
Impostos a Recuperar	44.916,29	20.985,56
Outros Direitos	166.716,69	336.540,24
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	65.585,86	61.937,00
Premios de Seguros	12.715,42	8.448,25
Despesas Administrativas	52.870,44	53.488,75
NÃO CIRCULANTE	13.596.923,81	13.256.545,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.601.803,95	1.024.271,19
Permissionários	415.234,15	229.414,55
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(412.388,52)	(229.414,55)
Depósitos Judiciais	1.598.958,32	1.024.271,19
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	11.971.576,71	12.208.731,56
Custo Histórico Corrigido	29.061.934,20	28.515.360,68
(-) Depreciações Acumuladas	(17.090.357,49)	(16.306.629,12)
TOTAL ATIVO	23.950.740,14	22.800.421,39

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/2015 R\$	31/12/2014 R\$
CIRCULANTE	3.949.653,40	2.801.818,56
Fornecedores	2.306.507,39	1.343.806,19
Ordenados e Salários a Pagar	125.713,86	137.341,60
Obrigações Sociais	602.544,49	455.249,17
Obrigações Tributárias	392.939,98	344.838,07
Provisões Constituídas	364.101,22	370.985,49
Outras Exigibilidades	157.846,46	149.598,04
NÃO CIRCULANTE	2.080.671,95	2.125.054,22
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.638.164,76	1.700.193,01
Credores por Caução	6.384,08	6.297,73
Obrigações Sociais e Fiscais	1.526.372,30	1.588.486,90
Provisões Constituídas	105.408,38	105.408,38
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	442.507,19	424.861,21
PATRIMONIO LIQUIDO	17.920.414,79	17.873.548,61
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.326.377,67)	(7.373.243,85)
TOTAL PASSIVO	23.950.740,14	22.800.421,39

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2015	31/12/2014
	RS	RS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.563.461,83	10.911.034,12
Serviços Prestados	11.563.461,83	10.911.034,12
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(774.443,31)	(736.636,48)
Impostos Incidentes s/ receitas	774.443,31	736.636,48
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	10.789.018,52	10.174.397,64
LUCRO BRUTO	10.789.018,52	10.174.397,64
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	1.105.056,66	788.905,16
Financeiras	724.813,57	455.475,93
Outras Receitas	380.243,09	333.429,23
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(11.829.736,87)	(9.712.143,92)
Pessoal	5.085.118,69	4.685.327,22
Gastos Gerais e Administrativos	1.223.819,57	1.047.064,65
Serviços e Seguros	19.475.986,80	15.612.918,25
Encargos, Impostos e Taxas	49.299,21	47.101,87
Depreciações e Amortizações	783.866,49	413.220,76
Financeiras	223.510,49	175.995,22
Provisões	513.215,94	32.645,72
Convênios	358.645,59	298.121,43
Outras Despesas	57.640,00	123.481,69
(-) Recuperação de Gastos	(15.941.365,91)	(12.723.732,89)
RESULTADO OPERACIONAL	64.338,31	1.251.158,88
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	64.338,31	1.250.277,51
(-) Provisão para Imposto de Renda	10.752,08	189.958,49
(-) Provisão para Contribuição Social	6.720,05	78.919,11
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	46.866,18	981.399,91
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,002142198	0,044858627

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.13	18.264.196,46	0,00	3.369.174,48	(8.354.643,76)	13.278.727,18
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	3.613.421,52				3.613.421,52
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				981.399,91	981.399,91
SALDO EM 31.12.14	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.373.243,85)	17.873.548,61
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				46.866,18	46.866,18
SALDO EM 31.12.15	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.326.377,67)	17.920.414,79

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2015	31/12/2014
	R\$	R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	46.866,18	981.399,91
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	783.866,94	413.220,76
Provisão Contingências Trabalhistas	0,00	0,00
Provisão Perdas Recebimento Créditos	513.215,94	32.645,72
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento/Redução Direitos Realizáveis	(785.771,40)	(444.315,81)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(3.648,86)	17.313,53
Aumento/Redução Realizável a Longo Prazo	(475.487,01)	(301.228,47)
Aumento/Redução Passivo Circulante	1.147.834,84	(584.120,40)
Aumento/redução Exigível Longo Prazo	(62.028,25)	(57.277,03)
Aumento/Redução Resultado Exercícios Futuros	17.645,98	108.785,27
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.182.494,36	166.423,48
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(648.757,84)	(3.085.819,57)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(648.757,84)	(3.085.819,57)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	3.613.421,52
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	3.613.421,52
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	533.736,52	694.025,43
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.378.813,95	5.684.788,52
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.912.550,47	6.378.813,95

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****NOTAS EXPLICATIVAS****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão é constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2015	2014
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	24.897.590,62	16.941.487,15
Instalações	10	1.206.736,27	1.206.736,27
Veículos e Acessórios	20	402.594,20	402.594,20
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	386.736,21	363.244,51
Móveis e Utensílios	10	371.107,85	356.014,62
Equipamentos de Comunicação	10	29.764,31	28.415,31
Outras Imobilizações	10	8.432,99	8.432,99
Obras em Andamento	0	963.513,44	8.424.225,31
Direito Uso Software	5	116.116,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	310.280,92	299.032,93

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

SOMA	29.061.934,20	28.515.360,68
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(17.090.357,49)	(16.306.629,12)
VALOR RESIDUAL	11.971.576,71	12.208.731,56

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

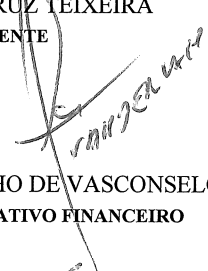
ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

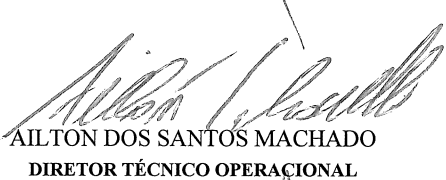
NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

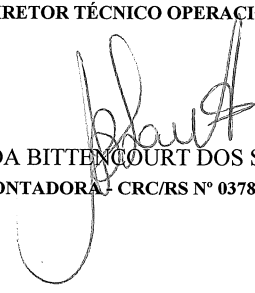
A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


ERNESTO DA CRUZ TEIXEIRA
PRESIDENTE


VANDERLAN CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


AILTON DOS SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7



ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

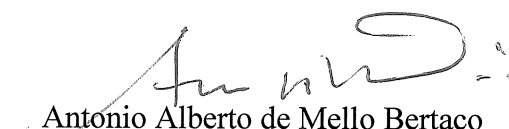
PARECER DO CONSELHO FISCAL

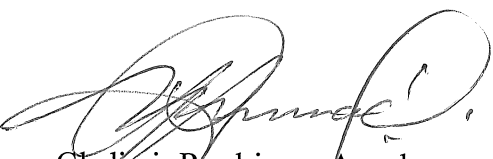
Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2015, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 15 de março de 2016.


Aline Cristiane Pooter
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS


Antonio Alberto de Mello Bertaco
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre


Gláimir Rodrigues Amador
Representante do Governo do Estado do RGS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

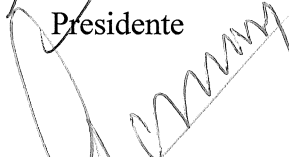
Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2016.



Tarcísio José Minetto

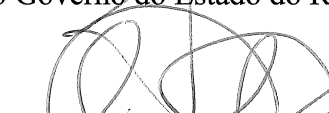
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente


Gerson Cutruneo

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul


Joemar Rabaioli

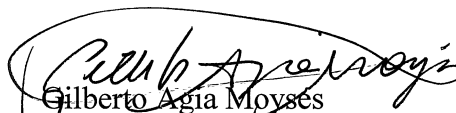
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul


Antônio Kléber de Paula

Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre


Evandro Finkler

Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moyses

Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS


Paulo Antonio Regla

Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2016 as 12:59:04.

Válido até: 14.06.2016.

Código de Controle: 220856.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>112.378.330,37</u>	<u>109.339.217,98</u>
DISPONIBILIDADES	4.a	<u>6.675.965,76</u>	<u>12.785.814,40</u>
CAIXA E BANCOS		6.675.965,76	12.785.814,40
CRÉDITOS		<u>95.069.309,47</u>	<u>78.060.549,74</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	90.680.631,69	73.686.284,05
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(233.528,61)	(214.106,11)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	2.285.769,98	2.269.322,47
OUTROS CRÉDITOS	4.e	2.336.436,41	2.319.049,33
ESTOQUES		<u>9.648.693,87</u>	<u>17.511.385,26</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	31.660,56	41.944,72
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	593.267,65	734.988,70
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	9.023.765,66	16.734.451,84
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		<u>984.361,27</u>	<u>981.468,58</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>36.624.441,10</u>	<u>47.063.103,53</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>3.357.512,14</u>	<u>2.639.752,47</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.h	3.357.512,14	2.634.870,14
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		0,00	4.882,33
INVESTIMENTOS	4.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
IMOBILIZADO	4.j e 5	<u>23.851.200,32</u>	<u>32.450.440,51</u>
INTANGÍVEL	4.k e 6	<u>9.264.340,24</u>	<u>11.821.522,15</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>149.002.771,47</u>	<u>156.402.321,51</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>60.246.030,37</u>	<u>47.386.509,64</u>
FORNECEDORES		16.865.400,91	7.961.450,43
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		12.183.302,05	12.084.155,66
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		8.182.206,63	7.985.265,12
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		15.203.691,72	14.099.381,02
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	6.492.175,00	4.016.502,67
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.n	1.319.254,06	1.239.754,74
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>17.103.149,04</u>	<u>721.624,81</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	17.103.149,04	721.624,81
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>77.349.179,41</u>	<u>48.108.134,45</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>105.009.999,92</u>	<u>105.009.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	105.009.999,92	105.009.999,92
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>		<u>0,00</u>	<u>3.276.323,46</u>
RESERVA LEGAL		0,00	45.899,10
RESERVA ESTATUTÁRIA		0,00	3.230.424,36
PREJUÍZO ACUMULADO	7.b	(33.364.271,54)	0,00
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>71.653.592,06</u>	<u>108.294.187,06</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>149.002.771,47</u>	<u>156.402.321,51</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA DO CAPITAL	C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESPECIAL		
SALDO EM 31.12.2013	75.009.999,92		7.863,68	335.327,76	3.139.074,20	91.350,16	0,00	78.583.615,72
AUMENTO DE CAPITAL	30.000.000,00	-	-	-	-	-	-	30.000.000,00
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	(768.402,54)	(768.402,54)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	478.973,88	478.973,88
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:								
- RESERVA LEGAL	-	-	-	(289.428,66)	-	-	289.428,66	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	91.350,16	(91.350,16)	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2014	105.009.999,92		7.863,68	45.899,10	3.230.424,36	0,00	0,00	108.294.187,06
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	(4.567.410,72)	(4.567.410,72)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	(32.073.184,28)	(32.073.184,28)
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:								
- RESERVA LEGAL	-	-	-	(45.899,10)	-	-	45.899,10	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	(3.230.424,36)	-	3.230.424,36	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2015	105.009.999,92		7.863,68	0,00	0,00	0,00	(33.364.271,54)	71.653.592,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.0	275.003.107,69	265.351.954,15
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(24.833.822,21)	(23.478.101,09)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		250.169.285,48	241.873.853,06
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	4.g e 5	(204.955.469,28)	(192.183.306,35)
LUCRO BRUTO		45.213.816,20	49.690.546,71
DESPESAS OPERACIONAIS		(79.696.312,20)	(52.410.008,01)
DESPESAS COM VENDAS	4.c	(6.879.372,99)	(5.307.104,46)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(73.270.347,44)	(49.146.462,02)
DESPESAS FINANCEIRAS		(651.261,04)	(297.822,41)
RECEITAS FINANCEIRAS		1.104.669,27	2.341.380,88
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2.407.100,95	3.174.942,37
PREJUÍZO OPERACIONAL		(32.075.395,05)	455.481,07
OUTRAS RECEITAS		9.228,57	26.348,70
OUTRAS DESPESAS		(7.017,80)	(2.855,89)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(32.073.184,28)	478.973,88
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.0	(32.073.184,28)	478.973,88
Prejuízo por lote de mil ações		74,49	1,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em reais)

<u>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(32.073.184,28)	478.973,88
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	18.727.067,23	16.502.143,27
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	18.857.196,56	12.851,29
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	233.528,61	214.106,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(4.567.410,72)	(768.402,54)
PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	1.177.197,40	16.439.672,01
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(33.834,59)	424.385,12
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(717.759,67)	(176.056,28)
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(17.208.453,75)	(29.746.068,31)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(2.892,69)	(103.270,62)
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	7.862.691,39	(1.652.507,60)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	1.278.316,72	3.019.226,53
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	178.143,45	650.189,54
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	102.434,81	61.188,79
AUMENTO DE FORNECEDORES	8.903.950,48	344.479,64
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	(78.997,06)	2.146.141,84
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.460.796,49	(8.592.619,34)
<u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	7.594,80	2.855,89
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(6.361.703,26)	(17.169.262,15)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(1.216.536,67)	(4.204.970,26)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.570.645,13)	(21.371.376,52)
<u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,00	30.000.000,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	30.000.000,00
<u>REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u>	<u>(6.109.848,64)</u>	<u>36.004,14</u>

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>VARIACÃO</u>
CAIXA	3.744,85	5.775,56	(2.030,71)
BANCOS	1.060.880,69	801.775,42	259.105,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	5.611.340,22	11.978.263,42	(6.366.923,20)
	6.675.965,76	12.785.814,40	(6.109.848,64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20

PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04

ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
 PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Secundariamente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública de outras esferas de governo e entidades privadas, representando 5% da receita total da Cia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/76 e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência, sendo que os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera Disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

CRÉDITOS EM ABERTO	VALOR
Vencidos até 12/2014	40.921.699,42
Vencidos, com emissão 2015	26.861.106,80
Vincendos	22.897.825,47
TOTAL	90.680.631,69

(c) Provisão/Perdas Devedores Duvidosos

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

Na demonstração do resultado do exercício, o valor total de Despesas com Vendas foi de R\$ 6,8 milhões. Dentro deste valor está o lançamento em Perdas de diversas faturas não recebidas no período entre 1995 e 2008 de 19.000 clientes do serviço VIA-RS, no qual o somatório chegou a R\$1,6 milhões. A baixa foi por orientação da CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, por se tratar de valores, individualmente de pequena expressão e tendo um custo de cobrança maior que o próprio crédito.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente impostos), impostos a compensar, e outros créditos tais como bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Na Demonstração do Resultado, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$ 204,9 milhões, que referem-se a todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços.

Nos R\$ 204.955.469,28 está incluído o valor de R\$ 11.591.163,72 diferido em 2014 e 2015 e que foi levado a resultado em 2015, quando da realização da receita, e diferido o valor de R\$ 5.945.828,67 para o próximo exercício, objetivando atender o princípio da competência.

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios.

Nos exercícios de 2013 e 2014 restaram diferidos os valores de R\$12,9 milhões e R\$14,6 milhões respectivamente, referentes aos custos onde não haviam receitas reconhecidas no momento. Em 2015 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$9,0 milhões, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita. Segue quadro demonstrativo das variações:

ESTOQUE SERVIÇOS PRESTADOS DIFERIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.669.100,71
VALOR DIFERIDO EM 2015 (NOVOS PROJETOS)	262.922,13	
VALOR DIFERIDO EM 2015 (PROJETOS ANTIGOS)	5.682.906,54	
TOTAL DOS VALORES DIFERIDOS EM 2015		5.945.828,67
APROPRIAÇÃO COMO CUSTO (EXERCÍCIOS ANTERIORES-PROJETOS ANTIGOS)	11.389.679,67	
APROPRIAÇÃO COMO CUSTO (EXERCÍCIO ATUAL-PROJETOS NOVOS)	201.484,05	
TOTAL APROPRIADO COMO CUSTO		11.591.163,72
VALOR DIFERIDO PARA EXERCÍCIOS FUTUROS		9.023.765,66

(h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas, para os quais constitui provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(l) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(m) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(n) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Cia., os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(o) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$275,0 milhões tendo um crescimento nominal de R\$9,6 milhões (3,64%) em relação ao exercício de 2014. Destaca-se que o crescimento da Receita foi menor que em períodos anteriores.

O Prejuízo do Exercício foi de R\$32,0 milhões, principalmente devido ao provisionamento para contingências trabalhistas R\$19,4 milhões (N.E. 8.b), o significativo valor do custo das depreciações R\$ 18,7 milhões (N.E. 5) e do custo diferido em 2014 levado a resultado em 2015 de R\$14,6 milhões, diferindo-se o valor de R\$9,0 para o próximo exercício (N.E. 4.g).

(p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	--x--	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.300.071,26	7.781.457,45	3.518.613,81	4%
Equip. de Produção	81.979.417,13	66.859.279,13	15.120.138,00	40%
Equip. de Apoio	3.547.550,64	3.177.942,35	369.608,29	20%
Instalações/Outros	11.180.741,43	8.240.356,27	2.940.385,16	17% (1)
Benf. Prédios Terc.	978.124,24	977.566,37	557,87	20%
Imob. em andamento	131.990,00	-- x --	131.990,00	-- x --
Totais	110.887.801,89	87.036.601,57	23.851.200,32	

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei n.º 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

O custo de depreciação apresentado na demonstração do resultado do exercício, na rubrica Custos dos Serviços Prestados, foi de R\$18 milhões, advindo dos investimentos realizados com recursos provenientes de aporte de capital em exercícios anteriores. O aporte não gerou acréscimo na receita da Companhia, mas elevou o custo de Depreciação nos períodos subsequentes ao investimento, tendo seu ápice em 2015.

6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	32.691.093,35	23.434.765,84	9.256.327,51	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.101,65	--x--	5.101,65	-- x --
Totais	32.699.106,08	23.434.765,84	9.264.340,24	

7. Patrimônio Líquido**(a) Capital Social**

O Capital Social é composto de 430.564.685 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	428.393.748	99,49
OI S.A.	ON	1.366.594	0,32
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,10
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,09
Total das ações		430.564.685	100,00

O valor patrimonial da ação em 31/12/15 é de R\$ 0,17.

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	(32.073.184,28)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (nota explicativa 9)	(4.567.410,72)
(-) AJUSTES NEGATIVOS	(6.333.553,18)
(+) AJUSTES POSITIVOS	1.766.142,46
PREJUÍZO LÍQUIDO APÓS AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	(36.640.595,00)
COMPENSAÇÃO COM RESERVAS:	3.276.323,46
RESERVA LEGAL	45.899,10
RESERVA ESTATUTÁRIA	3.230.424,36
(=) PREJUÍZO ACUMULADO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(33.364.271,54)

8. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (Contrato 4735-00)	Incêndio	194.074.900,00
Veículos (Contratos 4650-00, 4777-00 e 4643-00)	Colisão, incêndio e roubo	* 609.223,00
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	18.015.000,00

*O valor segurado corresponde aos 25 veículos que compõe a frota da Cia. tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) na data do encerramento do exercício. (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

A Companhia discute questões trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante.

As ações trabalhistas estão representadas por 427 ações, movidas por empregados, ex-empregados e terceiros, conforme quadro abaixo:

DISTRIBUIÇÃO QUANTO À ORIGEM				VALOR	PERCENTUAL
*	292	68%	Promoções Antiguidade	48.165.141,96	67%
**	40	9%	Desproporcionalidade da tabela salarial, vigente até junho/2014	14.880.010,57	21%
	7	2%	SINDPPD/RS (dissídio coletivo 2015, devolução IR s/férias, dirigente sindical, diferença de horas extras, etc.)	5.861.213,32	8%
	39	9%	Empresas terceirizadas (conservação e limpeza, transporte, vigilância, etc.)	843.633,91	1%
	6	1%	Reintegração de funcionários desligados	484.227,31	1%
	43	10%	OUTROS (vários reclamantes e pedidos)	1.332.328,88	2%
TOTAL				71.566.555,95	100%

* O fato gerador dessas ações foi a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade. No exercício de 2015 foram retomadas essas promoções, para cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014.

** O fato gerador dessas ações foi no exercício de 1986 que, na alteração da carga horária dos funcionários de 44 para 40 horas e 36 para 30 horas, gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014.

Conforme preconiza o item 3.6.10 do Manual de Contabilidade, para os Registros de Contingências e a Norma e Procedimentos de Contabilidade – NPC22 para o tratamento a ser dado a contingências ativas e passivas, conforme abaixo:

Do total de R\$ 71.566.555,95, estabeleceu-se a seguinte proporcionalidade:

Considerando que as ações trabalhistas sobre promoções por antiguidade possuem tanto sentenças procedentes como improcedentes, sem decisão transitada em julgado em última instância da Justiça Trabalho;

Considerando que as ações trabalhistas sobre a desproporcionalidade da tabela salarial, vigente até junho de 2014, possuem decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes;

Considerando que a conjuntura nacional de recessão no mercado de trabalho tem reflexo nos dissídios coletivos, com decisões pela não integralidade dos índices inflacionários;

Assim para efeitos de provisão no Balanço Patrimonial da Companhia, consideramos o percentual de 30% (trinta por cento) dos valores apurados neste conjunto de ações, e a integralidade dos demais valores, sem que com isso haja, no atual estágio, o reconhecimento dos fundamentos arguidos por parte dos empregados.

Contingência	Saldo Anterior	Lançamento (DRE)	Saldo Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	3.962.718,88	19.369.380,98	23.332.099,86	6.492.175,00	16.839.924,86
Cíveis	238.127,48	25.096,70	263.224,18	-	263.224,18
Total	4.200.846,36	19.394.477,68	23.595.324,04	6.492.175,00	17.103.149,04

(c) Plano Complementar de Pecúlio/Pensões

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio.

9. Ajustes de Exercícios Anteriores

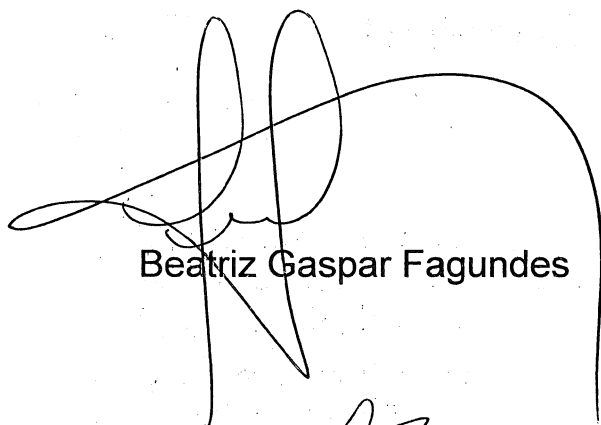
Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

<u>AJUSTES POSITIVOS:</u>	
• Valor ajuste saldo da conta PASEP a recolher.....	652.705,93
• Valor ajuste saldo da conta COFINS a recolher.....	1.113.436,53
<u>Soma</u>	1.766.142,46
<u>AJUSTES NEGATIVOS:</u>	
• Valor Termo de ajuste de Contas com IBM BRASIL, reconhecido em 2015.....	(4.114.608,30)
• Valor ajuste módulo INV/PAC devido a problemas do sistema EBS, reconhecidos pela ORACLE.....	(24.787,08)
• Valor regularização IRPJ e CSLL exercício 2007, créditos utilizados indevidamente.....	(128.806,67)
• Valor despesa fábrica Software referente a sistemas desenvolvidos pela Cia. não imobilizado, mas totalmente depreciado em exercícios anteriores.....	(2.065.351,13)
<u>Soma</u>	(6.333.553,18)
Valor Residual	(4.567.410,72)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referente ao exercício de 2015, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 15 de março de 2016.



Beatriz Gaspar Fagundes



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro



Elói Antônio de Paula



Indiyana Roeder Rodrigues

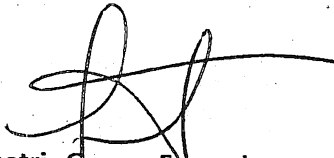
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2016/03

No décimo quinto dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às 13 horas, na sede da PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, Nesta Capital, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Apreciação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2015; 2) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** 1.1) Foi apresentado ao Conselho Fiscal o Encerramento do Exercício de 2015 com as Notas Explicativas para sua apreciação. As citadas Notas Explicativas apresentadas referem-se aos seguintes itens: a) Diferimento de Custos, dado o valor assim classificado ser composto pelos custos incorridos ao longo do tempo, indispensáveis para a prestação de serviços da Companhia, e que serão levados a resultado quando da realização da receita, objetivando atender o princípio da competência. Em 2015, o valor dos Custos Diferidos para exercícios seguintes foi de R\$ 9 milhões. Tais valores serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita; b) Provisão para Contingências Trabalhistas constituídas a curto e longo prazo, referente às ações movidas por funcionários, ex-funcionários e terceiros, abrangendo, principalmente, promoções por antiguidade, desproporcionalidade da tabela salarial vigente até junho de 2014, dissídio coletivo de 2015, reconhecimento de vínculo e outras diferenças salariais. O valor lançado na conta de provisão foi de R\$ 23,5 milhões, conforme análise da área jurídica da empresa em conjunto com a Diretoria da Companhia. O montante acima considera as ações trabalhistas sobre promoções por antiguidade, que possuem tanto sentenças procedentes como improcedentes, sem decisão transitada em julgado em última instância na Justiça do Trabalho; ações trabalhistas sobre a desproporcionalidade da tabela salarial vigente até junho de 2014, que possuem decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos reclamantes como improcedentes; e a ação referente aos dissídios coletivos de 2015. Neste particular, o poder judiciário tem considerado a atual conjuntura nacional recessiva e seus reflexos nos dissídios coletivos em suas decisões pela integralidade ou não dos índices inflacionários. Assim, para efeitos de provisão no Balanço Patrimonial da Companhia, foi considerado o percentual de 30% (trinta por cento) dos valores apurados nas ações de

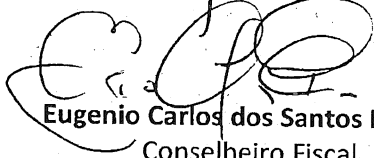
PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

promoções por antiguidade, desproporcionalidade da tabela salarial vigente até junho de 2014 e dissídio coletivo de 2015. Para os demais valores (empresas terceirizadas, reintegração de funcionários desligados e outros), foi observada sua integralidade, sem que com isso haja, no atual estágio, o reconhecimento dos fundamentos arguidos por parte dos reclamantes. 1.2) Após as considerações descritas acima, os Conselheiros fizeram alguns questionamentos, sobretudo, em relação ao Diferimento de Custos e às ações trabalhistas, bem como aos critérios empregados para a obtenção dos valores lançados e a previsão de realização para o curto prazo. Sem exceções, todas as indagações foram devidamente esclarecidas. Findadas as explanações, os Conselheiros analisaram as Demonstrações Financeiras e os Demonstrativos Complementares. Após a apreciação, foi emitido o seguinte parecer que foi assinado por todos os conselheiros presentes: “Cumprindo determinações legais, conforme a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referente ao exercício de 2015, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas”. Nada mais foi tratado, sendo lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos Conselheiros presentes.



Beatriz Gaspar Fagundes
Conselheira Fiscal



Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal



Elói Antônio de Paula
Conselheiro Fiscal



Indyana Roeder Rodrigues
Conselheira Fiscal



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO.....	: RS-076011/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 658.564.810-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.03.2016 as 10:22:38.

Válido até: 16.06.2016.

Código de Controle: 221035.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

A economia brasileira recuou no ano de 2015, com queda de 3,71% no Produto Interno Bruto (PIB), no período. A projeção do PIB apresentada pelo Banco Central do Brasil para o ano era de um crescimento em torno de 0,55%, e essa diferença se deu, principalmente, em consequência da queda na confiança das empresas e dos consumidores gerada em grande parte pelas atuais condições políticas do país.

Além disso, a inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2015, atingiu 10,67%. Este percentual ficou bastante acima da expectativa inicial que era de 6,59%, superando também o limite superior da meta da inflação de 6,50%, definida pela Resolução nº 4.237 do Banco Central do Brasil para 2015. Superou também o IPCA do ano passado, que fechou 2014 em 6,41%.



Houve registro de aumento na taxa de desocupação dos brasileiros que passou de 4,80% em 2014 para 6,80% em 2015. Este aumento foi o reflexo da combinação de demissões na maioria dos setores da economia e o retorno ao mercado de trabalho de pessoas que tinham deixado de procurar emprego nos últimos anos, retratando a perda de estabilidade dentro dos domicílios.

O ano também foi marcado pelo aumento do dólar que fechou 2015 em mais de R\$ 3,90, batendo barreiras históricas desde a criação do Real. Este crescimento se deu também em razão do cenário de insegurança dos investidores sobre o futuro da economia brasileira.

O consumo de energia elétrica no Brasil fechou 2015 com declínio de 2,1% sobre 2014. Esta queda foi puxada principalmente pelo recuo do consumo das indústrias que viveram um cenário desfavorável ao longo do ano, e do decréscimo do consumo residencial, que se deu pela alta das tarifas (reajuste superior a 40% em algumas distribuidoras do país) e pela incidência da bandeira vermelha nas contas de eletricidade durante o ano de 2015.

Apesar dos baixos níveis dos reservatórios brasileiros, mesmo com uma recuperação a partir do mês de junho, e da intensiva geração térmica ao longo do ano, no leilão A-5 ocorrido em abril de 2015 nenhum projeto envolvendo carvão mineral obteve sucesso.

Para o ano de 2014 estava previsto entrar em vigor o novo marco regulatório da mineração (Projeto de Lei nº 5.807/2013). O novo regulamento prevê a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM de 3% para 4%, o que representa elevação de custos, mas que, por outro lado, aumentará a arrecadação, principalmente dos municípios onde se localizam as minas. Além da elaboração de mapa geológico do país e transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em agência reguladora, um dos pontos bastante criticado e apontado como retrocesso em relação à regulamentação atual é a eliminação do direito de prioridade, que hoje garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a

realização de pesquisa. No entanto, o Projeto de Lei ainda está em trâmite no Congresso Nacional.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2015 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME de 3.261.209 toneladas, ou seja, aproximadamente 98,82% do mínimo contratual.

Na Mina do Leão, o fornecimento foi direcionado a empresas de Santa Catarina, totalizando mais de 168 mil toneladas expedidas no ano, de carvão.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2011	2012	2013	2014	2015	VARIAÇÃO % 2015/2014
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	12.195	3.751	27.055	34.279	16.892	-50,72%
CE 4700	0	4.885	19.567	31.256	57.255	83,18%
CE 4500	942	0	301	12.538	14.189	13,17%
CE 4200	46.923	42.494	33.349	21.257	14.739	-30,66%
CE 3300	2.000.466	2.776.961	3.264.605	3.137.128	3.279.566	4,54%
CE 5200*	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200*	2.301	4.513	3.469	5.863	0	-100,00%
CE 5500*	4.797	2.945	6.000	8.951	7.877	-12,00%
ROM	0	0	2.969	3.431	23.445	583,33%
TOTAL	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703	3.413.962	4,89%

R. M. L.

1.3.2. Produtividade

O cálculo da produtividade do exercício de 2015 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considerou também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Carvão Vendável (t/ano)	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703	3.413.962
Total Homem/dia	109.702	115.049	108.813	122.123	127.584
PCV* (t/H/d)	18,85	24,65	30,85	26,65	26,76

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável - PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

Valores históricos em reais						Variação % 2015/2014
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	
Receita Bruta Anual	149.481.715	158.665.290	171.671.942	185.169.567	190.461.891	2,86%
Receita Líquida Anual	142.682.298	151.508.331	162.404.735	168.291.438	178.796.752	6,24%
Custos dos Prod. Vendidos	78.520.447	104.135.365	111.338.705	114.788.343	123.759.316	7,82%
Resultado Bruto	64.161.851	47.372.966	51.066.031	53.503.096	55.038.358	2,87%
Despesas Operacionais	35.913.413	15.432.192	49.278.782	30.233.440	56.495.517	86,86%
Res. Oper. antes Res. Financ.	28.248.438	31.940.774	1.787.249	23.269.656	-1.457.159	-106,26%
Resultado Financeiro	-43.031.041	-16.204.780	-7.636.708	-8.037.025	-16.709.796	-107,91%
Resultado Operacional	-14.782.603	15.735.994	-5.849.459	15.232.631	-18.166.955	-219,26%
Investimentos	23.049.975	16.279.155	15.747.558	7.780.208	4.140.137	-46,79%

Valores em reais de 31/12/2015, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	Variação % 2015/2014
Receita Bruta Anual	195.888.579	192.349.307	149.423.424	167.269.854	190.461.891	13,9%
Receita Líquida Anual	186.978.271	183.672.953	141.357.238	152.023.277	178.796.752	17,6%
Custos dos Prod. Vendidos	102.897.259	126.242.893	96.909.316	103.692.144	123.759.316	19,4%
Resultado Bruto	84.081.012	57.430.060	44.447.923	48.331.133	55.038.358	13,9%
Despesas Operacionais	47.062.796	18.708.386	42.892.299	27.310.876	56.495.517	106,9%
Res. Oper. antes Res. Financ.	37.018.216	38.721.675	1.555.623	21.020.257	-1.457.159	-106,9%
Resultado Financeiro	-56.390.104	-19.644.991	-6.646.998	-7.260.113	-16.709.796	-130,2%
Resultado Operacional	-19.371.888	19.076.684	-5.091.375	13.760.144	-18.166.955	-232,0%
Investimentos	26.291.228	17.177.498	15.747.558	7.496.568	4.140.137	-44,8%
Produção carvão ROM (t)	2.207.739	2.914.363	3.366.843	3.430.900	23.445	-99,3%
Pessoal Próprio	402	429	393	480	468	-2,5%
IGP-DI	465,586	503,283	531,056	551,149	610,128	10,7%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2015 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram quase R\$ 4,1 milhões. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

Entre os principais investimentos realizados estão a continuidade na construção de planta piloto de beneficiamento de carvão a seco, aquisição de equipamentos como escavadeira e pá-carregadeira, construção de novo vestiário e de nova casa de comando da britagem, e continuidade no EIA-RIMA, todos em Candiota.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

R en:
1

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2015 a CRM, naquela Unidade, deu continuidade à implantação do seu plano de melhorias através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios, visando a manutenção de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.

1.6.2. Mina do Leão I

Atualmente a produção na Mina do Leão I acontece a partir da Mina São Vicente Norte onde a CRM produz mensalmente cerca de mais de 20 mil toneladas de carvão ROM. O carvão é extraído, beneficiado e seu fornecimento direcionado a empresas de Santa Catarina.

1.6.3. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., tendo como contrapartida o recebimento de valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento.

1.6.4. Mina do Iruí

A CRM, durante 2015, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeleétrica e visando projetos para outras utilizações para o carvão, na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.7. Gestão Administrativa

A Diretoria da CRM foi eleita e empossada em fevereiro de 2015, sendo um dos diretores, Ricardo Guimarães empossado em 3 de fevereiro de forma interina e após o Diretor Presidente Edilson Brum nomeado em 25 de fevereiro, e finalmente no dia 23 de março o Diretor Técnico Caio Flávio completando assim todo o corpo diretivo da empresa.

Em primeiro plano a CRM objetivou seus atos administrativos sempre em consonância com o Decreto nº 52.862 do Governador do Estado que manteve durante todo o ano a política de contenção de gastos em todo o âmbito de governo. Com isso, a CRM também manteve suas ações procurando reduzir seus gastos com contratos de terceiros, horas extras, promoções ou progressões no quadro de pessoal e patrocínios, entre outros.

Outro fator importante que agravou muito a situação financeira da empresa foi a pendência de repasses dos faturamentos de carvão da CRM pela CGTEE, pois, mais de 90% da receita da CRM é proveniente do contrato de fornecimento de carvão para a UTE Presidente Médici de Candiota de propriedade da CGTEE. Houve uma inadimplência que se estendeu de março a dezembro de 2015, com escassos repasses neste período, que as prestações vencidas chegaram a um montante de quase 40 milhões de reais no final do mês de dezembro. Obviamente esta situação impediu a CRM no cumprimento de pagamentos a fornecedores, encargos sociais, Fundação CEEE, plano de saúde, etc.

Mesmo diante de todas as dificuldades a CRM permaneceu direcionando sua gestão na exploração do carvão mineral, não deixando de cumprir com as entregas das cotas de carvão na UTE Presidente Médici e de forma a honrar seus compromissos com o corpo de colaboradores.

1.8. Meio Ambiente

Foi concedida, pelo SELACA/FEPA, a primeira licença de reflorestamento de eucaliptos da Malha I, de Candiota. Prosseguiremos com os licenciamentos das demais áreas.



Foram concluídas, durante o ano, as obras integrantes do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Mina de Candiota. Dentre elas a reforma do prédio de Lubrificação e Lavagem, novas rampas de lavagem de equipamentos, construção de novos sistemas separadores de água e óleo e readequação geral dos sistemas de esgoto sanitário de todos os prédios da CRM. Ainda como obra do SGA, está planejada para o próximo ano a construção de áreas cobertas e espaços organizados para o pátio de sucatas.

Conforme previsto, encaminhamos, no início do ano, complementação do EIA/RIMA regional de Candiota para a FEPAM, com o quarto e último levantamento da fauna da região alvo. Também parte deste estudo, recebemos parecer favorável do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acerca do empreendimento e que também foi encaminhado à FEPAM. Estamos no aguardo da análise do EIA pelos técnicos daquela Fundação.

Deslocamos para a Mina do Leão a Planta Piloto de Tratamento de efluentes que operou, durante os últimos anos, na Malha I da Mina de Candiota. Com os dados coletados na Malha I, partiremos para construção de uma planta definitiva naquela área. A Planta Piloto, após reformada, será instalada junto à Planta de Beneficiamento e pátios de estocagem da Mina do Leão, para tratamento de seus efluentes.

Destacamos a evolução ocorrida em 2015 nas áreas recuperadas da Mina de Candiota, que totalizaram, no ano, mais que o dobro das áreas impactadas. O segundo semestre chuvoso contribuiu para o avanço nos plantios de gramíneas e arbóreas nativas.

Foram mantidos os monitoramentos de qualidade de solos em áreas recuperadas e das águas nas bacias impactadas pela mineração.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

Handwritten signature and initials.

(em hectares)

		2011	2012	2013	2014	2015
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	507	553	595	623	652
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	456	471	493	501	521
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	454	476	500	514	565
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	39	41	42	45	51
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	11	16	16	16	18
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	9	13	13	15	15

1.9. Perspectivas

O cenário na economia do Brasil é de crise, e a projeção para o ano de 2016 é de crescimento negativo. Há também uma recuperação dos reservatórios de água das usinas hidrelétricas, ensejando uma possível redução no despacho das usinas térmicas. Acreditamos que isso não deve afetar a UTE Presidente Médici da CGTEE, a qual se constitui em recurso de extrema importância para o atendimento ao Estado do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, à região Sul e, do ponto de vista energético, a todo sistema Interligado Nacional, segundo a própria ONS – Operadora Nacional do Sistema.

Não obstante, a CRM e a CGTEE pactuaram uma redução no fornecimento de carvão para as Fases A e B da Usina tendo em vista os Termos de Ajuste de Conduta celebrados entre o IBAMA e Eletrobras CGTEE que limita as emissões atmosféricas, e a interrupção das operações na Unidade A, e também pelas dificuldades operacionais nas duas Unidades (A e B). Dessa forma a garantia de fornecimento e faturamento mensal de carvão que era de 275.000 (duzentas e setenta e cinco mil) toneladas passará já a partir de janeiro de 2016 para 208.333,33 (duzentas e oito mil, trezentas e trinta e três, e trinta e três centésimos) toneladas, o que incorrerá numa redução de faturamento.

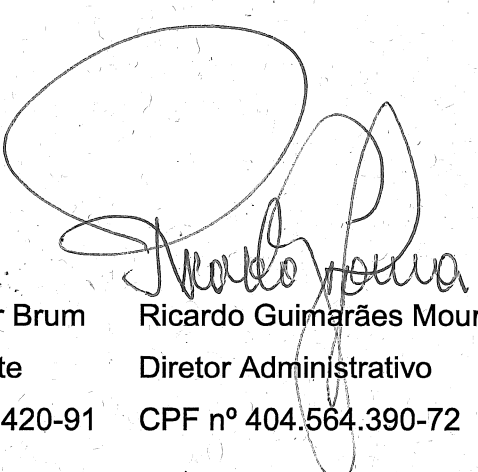
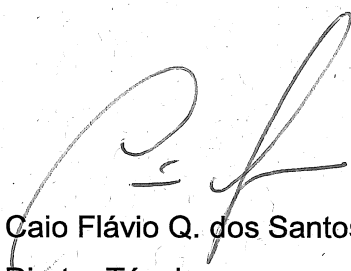
Também pelas dificuldades operacionais das Fases A e B, já se noticia um possível incremento de mais redução de fornecimento de carvão durante o decorrer do ano.

Com esse cenário, a CRM deverá, sob o ponto de vista de gestão, se reorganizar de forma a se adaptar às novas condições contratuais.

R. e. G.

Outro fato relevante para a CRM é a expectativa do Leilão de Energia A -5 que deverá ser realizado em 31 de março de 2016. A CRM formalizou Termo de Compromisso com o objetivo de venda de carvão para a empresa Ouro Negro Energia – ONE, e assegurará à ONE o fornecimento de 1.623.000 (hum milhão e seiscentos e vinte três mil) toneladas anuais de carvão energético. Condicionado ao sucesso do Leilão, a ONE deverá instalar na cidade de Pedras Altas uma Usina Termelétrica a carvão mineral de 600 MW. A operação comercial está prevista para janeiro de 2021.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015


Edilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91
Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72
Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2015 e 2014

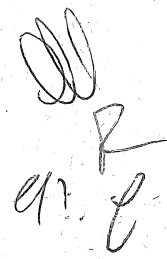
2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2015	2014
Circulante	<u>151.562</u>	<u>135.200</u>
Disponibilidades (nota 2.3.1)	2.587	22.522
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	52.722	17.999
Créditos tributários (nota 2.5.3)	34.358	39.633
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	4.705	4.006
Estoques (nota 2.5.5)	11.903	13.163
Despesas do exercício seguinte (nota 2.5.6)	45.287	37.877
Não Circulante	<u>277.266</u>	<u>282.172</u>
Realizável a longo prazo	<u>20.059</u>	<u>22.524</u>
Devedores por aquisição de imóveis	19	19
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	1.120	1.221
Outros valores	18.920	21.284
Investimentos (nota 2.5.8)	<u>170.527</u>	<u>170.523</u>
Custo	170.527	170.523
Imobilizado (nota 2.5.9)	<u>85.277</u>	<u>87.566</u>
Custo	241.642	240.989
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(114.238)	(110.579)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	(3.251)	(3.968)
Intangível (2.5.9)	1.403	1.559
Total	<u>428.828</u>	<u>417.372</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carijó Garcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante	<u>101.679</u>	<u>92.322</u>
Fornecedores	16.788	11.746
Salários e encargos sociais	3.697	2.988
Tributos federais (nota 2.5.13)	1.403	9.744
Tributos estaduais e municipais	417	217
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	1.388	5.497
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	29.678	31.859
Juros sobre o capital próprio	48.268	30.231
Dívida com controlada	40	40
Não Circulante	<u>37.449</u>	<u>30.858</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	17.275	14.887
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	11.595	7.232
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.591	5.747
Outros créditos	2.988	2.992
Patrimônio líquido	<u>289.700</u>	<u>294.192</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.923	11.227
Reserva de Lucros (2.5.23)	27.312	31.500
Total	<u>428.828</u>	<u>417.372</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Handwritten signature and initials

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>178.797</u>	<u>168.291</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(123.760)	(114.788)
Lucro bruto	<u>55.037</u>	<u>53.503</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(39.732)</u>	<u>(19.268)</u>
Comerciais	(1.520)	(2.047)
Gerais e administrativas	(34.797)	(33.957)
Outras despesas	(467)	(325)
Despesas Indedutíveis	(6.928)	(7.698)
Outras receitas (nota 2.5.15 d)	3.981	24.759
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>15.305</u>	<u>34.235</u>
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b/c)	<u>(16.763)</u>	<u>(9.511)</u>
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>(1.458)</u>	<u>24.724</u>
Contribuição social (nota 2.5.16)	(35)	(2.334)
Imposto de renda (nota 2.5.16)	(24)	(5.046)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>(1.517)</u>	<u>17.344</u>
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	14.185	7.576
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)	0	(1.455)
Lucro líquido do exercício	<u>12.668</u>	<u>23.465</u>
Lucro por lote de mil ações do capital social	<u>1,16</u>	<u>2,02</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(1.517)	15.889
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	7.211	6.733
Custo das baixas do ativo imobilizado	87	27
Juros e Variações Monetárias ativas	(2.290)	(1.005)
Juros e Variações Monetárias passivas	4.961	2.675
Provisão para contingencias fiscais	126	2.744
Provisão Reversão para contingencias Cíveis/trabalhistas	4.363	3.628
Provisão Reversões tributárias. Trabalhistas e outras	(2.974)	(22.763)
Provisão Juros s/Capital Próprio	14.185	7.576
Reversão Provisão Impairment	(717)	548
Provisão para imposto de renda e contribuição social	59	7.380
Lucro líquido ajustado	23.494	23.432
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	(33.467)	(4.564)
Aumento estoques	1.260	(4.588)
Aumento/redução outras contas	(5.351)	(27.754)
Aumento/Redução créditos tributários	6.017	(4.024)
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	5.041	3.459
Aumento/Redução impostos e contribuições	(8.343)	6.989
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	2.186	797
Aumento outras contas a pagar	(7.893)	9.046
Outras Adições ao exigível a longo prazo	-	2.992
Aumento/redução provisões contingências	1.261	6.373
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(15.795)</u>	<u>12.158</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	-	-

Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	<u>(4.136)</u>	<u>(7.740)</u>
Investimentos	<u>(4)</u>	<u>(42)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(4.140)</u>	<u>(7.782)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(19.935)</u>	<u>4.376</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>22.522</u>	<u>18.146</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.587</u>	<u>22.522</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Variação</u>
Disponibilidades	<u>2.587</u>	<u>22.522</u>	<u>(19.935)</u>
Caixa	21	24	(3)
Disponibilidades em bancos	2.559	1.154	1.405
Aplicações financeiras	7	21.344	(21.337)
Numerário em trânsito	0	0	0

R. A. 11. 09

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2015

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2013	251.465	11.505	15.153	-	508	8.259	278.123
Realização da Reserva de Reavaliação		(458)		458	458	458	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		180					180
Lucro líquido do exercício				23.465		23.465	23.465
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(7.576)			(7.576)
Reserva de Lucros			16.347	(16.347)			-
Saldos em 31 de dezembro 2014	251.465	11.227	31.500	-	458	23.923	294.192
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460	460	460	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156					156
Lucro líquido do exercício				12.668		12.668	12.668
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(14.185)			(14.185)
Reserva de Lucros			(4.188)	596			(3.592)
Ajustes Exercícios Anteriores				461		461	461
Saldos em 31 de dezembro 2015	251.465	10.923	27.312	-	460	13.589	289.700

2.4.1 Reserva de Lucros

A realização da conta reserva de lucros ocorreu em decorrência da perda efetiva, ocorrida no curso do ano de 2015, referente a contingências fiscais oriundas de fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014 e a conclusão da consolidação da dívida do REFIS da Lei 11.941/09 (notas 2.5.11 e 2.5.12).

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

2.5.1.1 Eventos Subsequentes

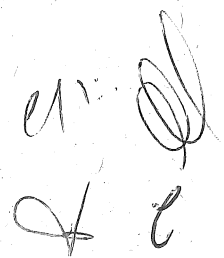
A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 29/02/2016.

2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Devido a imaterialidade do “ajuste” de R\$ 461 mil, as Demonstrações Contábeis não estão sendo reapresentadas conforme NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal ajuste tem origem em fiscalização de ofício, realizada no curso do ano de 2015, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

2.5.1.3 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.



2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 34.358 mil (R\$ 39.633 mil em 2014), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 5 mil (R\$ 13 mil em 2014);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 4.327 mil (R\$ 594 mil em 2014);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 389 (R\$ 121 em 2014);
- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 12.779 mil (R\$ 13.174 mil em 2014);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 4.700 mil (R\$ 1.440 mil em 2014);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 7.621 mil (R\$ 15.082 mil em 2014);
- g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 3.155 mil (R\$ 3.505 mil em 2014), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 1.382 mil (R\$ 1.915 mil em 2014);
- i) Amortização Parcelamento IRPJ – R\$ 0 mil (R\$ 3.789 mil em 2014);

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R\$ 52.722 mil (R\$ 17.999 mil em 2014), tendo como valor mais relevante R\$ 50.282 mil (R\$ 15.814 mil em 2014) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, sendo que 95,85% do valor foi quitado até a data de 10/03/2016.

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 4.705 mil (R\$ 4006 mil em 2014), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 845 mil (R\$ 609 mil em 2014);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 1.157 mil (R\$ 701 mil em 2014);
- c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 2.365 mil (R\$ 2.365 mil em 2014)
- d) Outros Valores – R\$ 338 mil (R\$ 331 mil em 2014);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Carvão	<u>2.210</u>	<u>2.942</u>
Produtos Acabados	39	1.138
Produtos em Elaboração	2.171	1.804
Almoxarifado	9.693	9.070
Estoque em poder de terceiros	0	1.151
Total	<u>11.903</u>	<u>13.163</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R\$ 45.287 mil (R\$ 37.877 mil em 2014), tendo como valor mais relevante R\$ 44.412 mil (R\$ 36.839 mil em 2014) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.120 mil (R\$ 1.221 mil em 2014), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2014);
- b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 399 mil (R\$ 500 mil em 2014);
- c) Questões Fiscais – R\$ 4 mil (R\$ 4 mil em 2014).

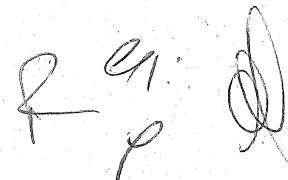
2.5.8. Investimentos

O valor total de R\$ 170.527 mil corresponde a: **R\$ 56 mil** em ações da subsidiária integral, **Companhia Operadora de Mineração - COM**, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.427 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos no ano de 2012.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

Durante o ano de 2015, não houve alguma ocorrência relevante que pudesse provocar alterações na vida útil econômica e valor residual já estimados para



cada bem existente do ativo imobilizado atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130/99 e NBCTG 27.

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R\$ 3.251 mil**.

R
at.
e

Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2014	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2015	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	170.522	4	0	0	0	170.526	0
Subtotal	170.522	4	0	0	0	170.526	0
Terrenos e Terras	1.899	0	(27)	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.669	0	(18)	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	9.861	217	0	2.235	0	12.313	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	115.701	2.291	(3.366)	0	0	114.626	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.736	49	0	16	0	2.801	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	3.948	27	0	1.181	0	5.156	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.025	61	0		0	1.086	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.774	174	(72)	0	0	7.876	0,27 a 45,99
Instalações	12.293	12	0	5.809	0	18.114	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	(110.579)	0	3.397	0	(7.055)	(114.237)	0
Imobilização em Andam.	40.415	1.305	0	(9.241)	0	32.479	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.877)	0
Provisão Perda Impairment	(3.968)	0	717	0	0	(3.251)	0
Subtotal	87.566	4.136	631	0	(7.055)	85.277	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	(623)				(156)	(779)	
Subtotal	1.559	0	0	0	(156)	1.403	
Total	259.647	4.140	631	0	(7.211)	257.207	

Handwritten signature and initials



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaseoso Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, em 2012, no montante de R\$ 170.427 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 29.678 mil (R\$31.859 mil em 2014), compondo-se basicamente de:

- a) Outras e contas a pagar - R\$ 206 mil (R\$ 145 mil em 2014);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 495 mil (R\$ 0 mil em 2014);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 901 mil (R\$ 886 mil em 2014);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 4.284 mil (R\$ 5.891 mil em 2014);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 23.652 mil (R\$ 24.854 mil em 2014);
- f) Termos de convênios – R\$ 73 mil (R\$ 16 mil em 2014);
- g) Retenções contratuais – R\$ 67 mil (R\$ 67 mil em 2014).

Handwritten signatures and initials.

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2015	2014	2015	2014
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	1.388	5.497	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	11.139	6.663	398	500
Fiscais	0	0	4	4
Cíveis	456	569	0	0
	11.595	7.232	402	504
Total	12.983	12.729	402	504

A Companhia vinha constituindo a provisão dos honorários de sucumbência no valor de R\$ 3.059 mil, cuja origem é o processo nº 11080.007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-

RS. O processo foi extinto e baixado, considerando a decisão de 2º grau que proveu o recurso de apelação no MS para reincluir a Companhia no Refis da Crise. Por força de lei, com a conclusão da consolidação da dívida da execução fiscal, este valor de condenação em honorários fica abarcado pelos valores da consolidação, portanto, já computado no total da dívida consolidada em 18/11/2015.

Por fim, restou o valor aproximado de **R\$ 1.388 mil**, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, constituído em 2014 referente provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995.

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 18.678 mil (R\$ 24.631 mil em 2014)

Deste total, **R\$ 16.658 mil** (R\$ 15.936 mil em 2014) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

Considerando os benefícios obtidos pelo parcelamento administrativo do debito fiscal federal (conforme instituído pelo REFIS da Lei 11.941/09), e alcançados pela REINCLUSÃO por força da decisão favorável (em 2º grau), proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança n° 5048981-80.2011.404.7100 – RS, o saldo devedor da presente dívida fiscal (**CONSOLIDAÇÃO CONCLUÍDA em 18/11/2015**)

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil** (R\$ 83 mil em 2014).

Provisão para IRPJ e CSLL no valor de **R\$ 59 mil** (R\$ 7.380 mil em 2014).

Houve um acréscimo de **R\$ 1.133 mil** (R\$ 0,00 mil em 2014) referente a três novos parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015.

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ **251.465 mil** (R\$ 251.465 mil em 2014, representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2014), todas nominativas e sem valor nominal.

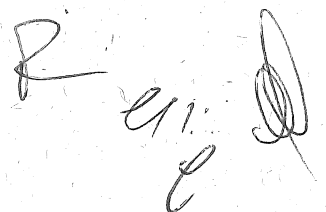
O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2014)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 14.185 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 10.923 mil** (R\$ 11.227 mil em 2014) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.



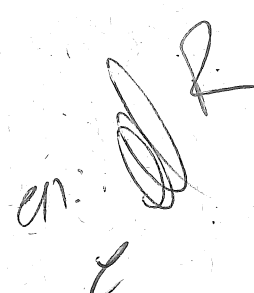
A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 460 mil** (R\$ 458 mil em 2014).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2015	2014
Receita bruta das vendas	190.462	185.169
(-) Impostos sobre vendas	(11.665)	(11.137)
(-) Devoluções de Vendas	0	5.741

- b) Despesas Financeiras - R\$ 19.487 mil (R\$ 10.294 mil em 2014), tendo como valores mais significativos, R\$ 5.217 mil (R\$ 2.675 mil em 2014) a juros e atualizações monetárias e provisão de juros sobre capital próprio R\$ 14.185 mil (R\$ 7.576 mil em 2014).
- c) Receitas Financeiras - R\$ 2.778 mil (R\$ 2.257 mil em 2014), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.499 mil (R\$ 1.709 mil em 2014), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- d) Outras Receitas - R\$ 3.980 mil (R\$ 24.759 mil em 2014), tendo como valores mais relevantes venda de sucatas e bens do ativo permanente R\$ 412 mil (R\$ 787 mil em 2014); reversão de provisões R\$ 2.844 mil (R\$ 829 mil em 2014) e multa contratual R\$ 730 mil (R\$ 25.692 mil em 2014), e por fim conta retificadora de receita composta por PIS/COFINS R\$ -68 mil (R\$ -2.376 mil em 2014);

en. 

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	35	2.334
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	24	5.046

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva de reavaliação		16.514	16.974
Contribuição social	9%	1.486	1.528
Imposto de renda	15%	2.477	2.546
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.628</u>	<u>1.673</u>
Provisão impostos diferidos		<u>5.591</u>	<u>5.747</u>

R
41.
e



2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

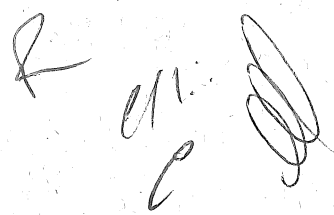
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano de previdência complementar	2.016	1.939

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2015/2014 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R3), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.



2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

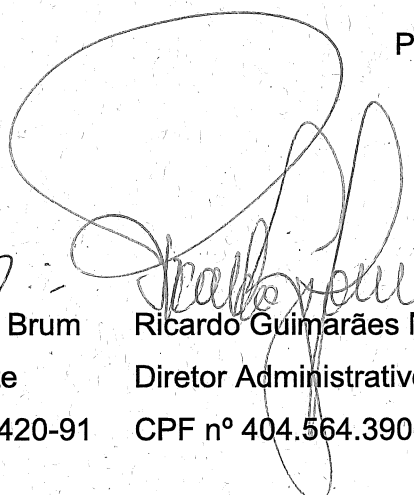
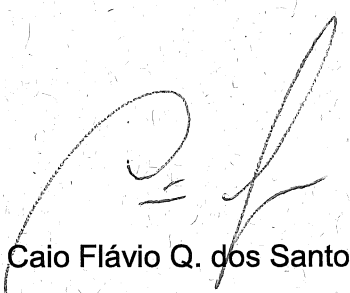
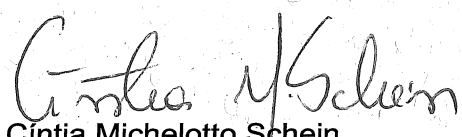
O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Apuração do Prejuízo

Ao final do ano do exercício de 2015, a Companhia apresentou o prejuízo de **R\$ (1.517 mil)**.

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


Edivilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91
Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72
Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04
Cíntia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15

AOS
DIRETORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.9, letra "a", a companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.1.2, e evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a Companhia registrou ajustes de exercícios anteriores no valor líquido de R\$ 461 mil, que devido à imaterialidade do valor as demonstrações contábeis não foram reapresentadas conforme a NBC TG 23 (R1) Política Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto

Porto Alegre, 11 de março de 2016.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico

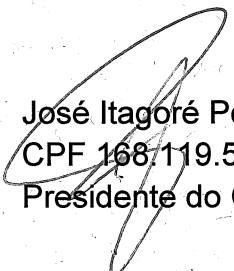


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2015 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 11 de março de 2016, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 18 de março de 2016.



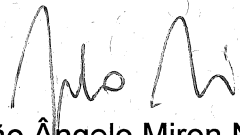
José Itagoré Poggia
CPF 168.119.500-30
Presidente do Conselho



Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49



Fernando Diel
CPF 000.412.770-66



João Ângelo Miron Neto
CPF 353.841.740-77

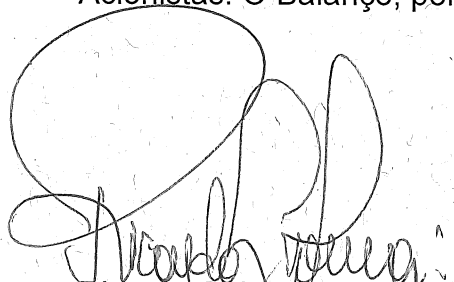


Arnaldo Woicichoski
CPF 474.614.030-87

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2015, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais.

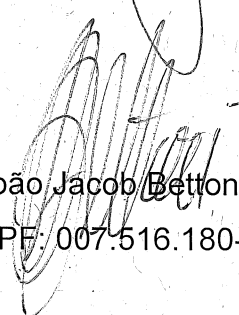
Porto Alegre, 16 de março de 2015.



Ricardo Guimarães Moura
Presidente do Conselho
CPF: 404.564.390-72



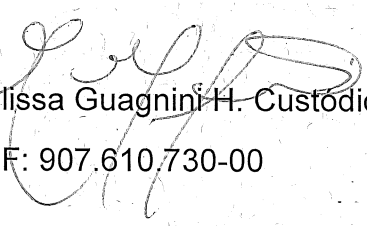
Adão Carlos O. F. da Cunha
CPF: 320.690.810-87



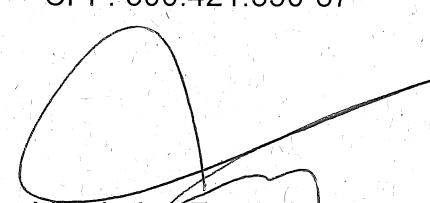
João Jacob Bettoni
CPF: 007.516.180-04



Mauri Nunes da Silva
CPF: 300.421.350-87



Melissa Guagnini H. Custódio
CPF: 907.610.730-00



Vanderlan Frank Carvalho
CPF: 964.138.590-91

**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2015

A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, destaca o que segue:

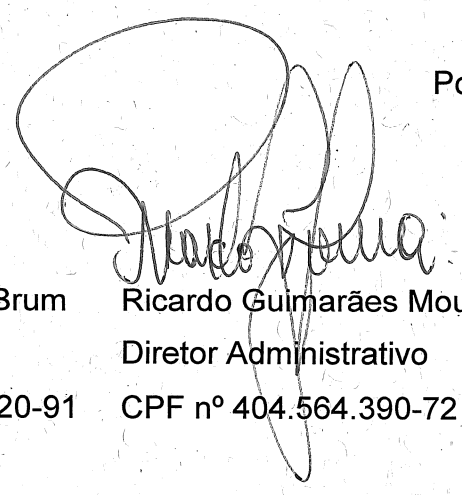
1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.



Edivilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91



Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72



Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em reais

Ativo	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante	<u>87.402</u>	<u>82.908</u>
Disponibilidades	36.508	36.508
Conta Corrente Coligada	39.947	39.947
Créditos Tributários	2.562	2.409
Banrisul Rendimentos SIAC	8.385	4.044
Não Circulante	<u>(13.246)</u>	<u>(13.246)</u>
Bens em Formação	(13.246)	(13.246)
Total	<u>74.156</u>	<u>69.662</u>
Passivo		
Circulante	<u>16.155</u>	<u>15.836</u>
Outros Contas a pagar	16.155	15.836
Não Circulante	<u>2.791</u>	<u>1.750</u>
Dívidas Controladora (nota 5.3)	2.791	1.750
Patrimônio Líquido	<u>55.210</u>	<u>52.076</u>
Capital Social	60.000	60.000
Reservas de Lucros	0	0
Prejuízos/Lucros Acumulados	(4.790)	(7.924)
Total	<u>74.156</u>	<u>69.662</u>

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro**

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e rec. operacionais	(84)	0
Resultado financeiro líquido	4.207	(8.897)
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	4.123	(8.897)
Contribuição social	(371)	0
Imposto de renda	(618)	0
Resultado líquido do exercício	<u>3.134</u>	<u>(8.897)</u>

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro**
Em reais

	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos/ Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro 2014	60.000	-	(7.924)	52.076
Aumento de Capital Social				-
Reserva de Lucros				-
Realização da Reserva de Lucros				-
Reserva de reavaliação				-
Ajustes de Exercícios anteriores				-
Lucro líquido do exercício			3.134	3.134
				-
Saldos em 31 de dezembro 2015	60.000	-	(4.790)	55.210

R
21
P



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.****5.1 – Contexto Operacional**

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

5.3 – Dívidas com Controladora

A Companhia durante o ano de 2012 registrou dívidas com sua controladora, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, referente ao pagamentos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Como forma de prover meios ao cumprimento de obrigações fiscais dessa Cia, a Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração CRM, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento, em espécie, para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O efetivo adiantamento ocorreu no curso do ano de 2014 devido a necessidade financeira da COM submetida à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

5.3 – Apuração do Lucro

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou o lucro de R\$ 3.134,22.

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda, conforme legislação vigente, restando o valor remanescente de prejuízo de R\$ (4.790,08). A proposta será levada à Assembleia Geral Ordinária após procedimentos legais cabíveis.

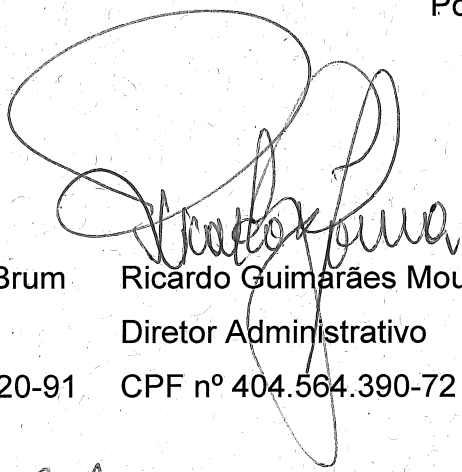
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.



Edivilson Meurer Brum

Diretor Presidente

CPF nº 495.514.420-91



Ricardo Guimarães Moura

Diretor Administrativo

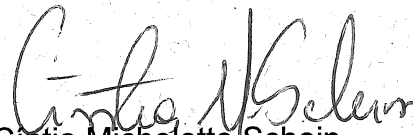
CPF nº 404.564.390-72



Caio Flávio Q. dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 399.304.830-04

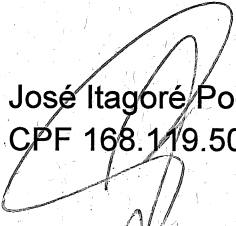


Cintia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

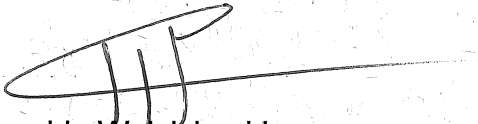
Porto Alegre, 18 de março de 2016.



José Itagoré Poggia
CPF 168.119.500-30



João Ângelo Miron Neto
CPF 353.841.740-77



Arnaldo Weicichoski
CPF 474.614.030-87

Empresa Gaúcha de Rodovias

EGR

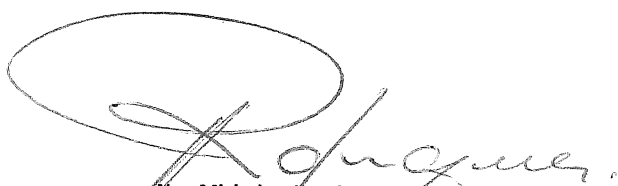
BALANÇO PATRIMONIAL

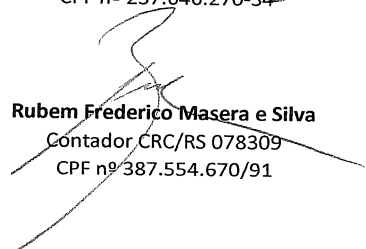
	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO		108.852.321,06	80.200.830,21	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		- 108.852.321,06	- 80.200.830,21
ATIVO CIRCULANTE		95.269.753,99	73.033.416,52	PASSIVO		- 49.323.011,74	- 35.780.490,35
DISPONIBILIDADES		76.215.387,47	54.070.672,96	PASSIVO CIRCULANTE		- 49.323.011,74	- 35.780.490,35
Bancos C/Corrente		638.497,13	1.477.213,65	Fornecedores		- 16.880.583,09	- 17.191.688,61
SIAC		75.576.890,34	52.593.459,31	Obrigações Trabalhistas		- 955.385,65	- 722.350,47
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		18.971.196,12	18.581.307,21	Tributos Contribuições Federais		- 2.828.720,53	- 2.819.638,91
Arrecadação das Praças		15.124.822,21	9.832.515,30	Tributos Municipais		- 20.504.261,79	- 12.111.677,73
Valores a Receber		4.382,44	30,00	Outras Contas a Pagar		- 4.474.214,46	- 2.322.309,90
Depósitos Judiciais		15.410,34	3.804.481,57	Adiantamento de clientes		- 200.343,92	- 172.360,30
Adiantamento a Fornecedores		34.934,10		Obrigações Cíveis		- 3.374.894,99	- 122.035,90
Adiantamento a Empregados		146,01	1.340,86	Provisão p/Penalidades Contratuais		- 104.607,31	- 318.428,53
Impostos a Recuperar		3.791.501,02	4.942.939,48				
ESTOQUES		83.170,40	341.905,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		- 59.529.309,32	- 44.420.339,86
Material de Expediente		56.693,68	34.157,13	CAPITAL SOCIAL		- 30.500.000,00	- 30.500.000,00
Material Rodovias		26.476,72	307.748,64	Capital Subscrito		- 31.000.000,00	- 31.000.000,00
DESPESAS ANTECIPADAS		-	39.530,58	Capital a Integralizar		500.000,00	500.000,00
Despesas Antecipadas		-	39.530,58	RESERVA DE LUCROS		- 29.029.309,32	- 13.920.339,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.582.567,07	7.167.413,69	Reserva Legal		- 2.260.186,00	- 1.504.737,53
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		433,97		Reserva Retenção Lucros		- 26.769.123,32	- 12.415.602,33
Créditos e Valores		433,97		PREJUÍZOS ACUMULADOS		-	-
IMOBILIZADO		534.946,42	3.256.124,69	Prejuízos Acumulados		-	-
Imobilizado		601.435,08	3.351.500,44				
Depreciação Acumulada		- 66.488,66	- 95.375,75				
INTANGÍVEL		13.047.186,68	3.911.289,00				
Intangível		13.219.156,18	3.949.164,85				
Amortização Acumulada		- 171.969,50	- 37.875,85				

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


Nelson Lidio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53


Milton Cyriel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

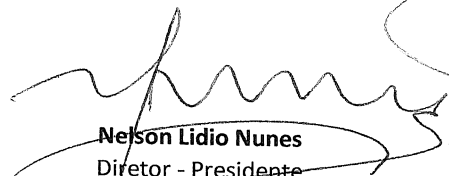

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

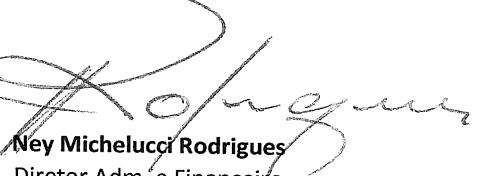

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

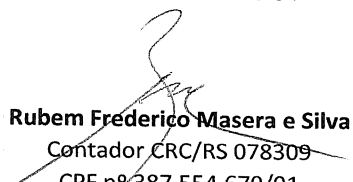
	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	218.693.391,28	208.939.583,55
Prestações de Serviços	218.693.391,28	208.939.583,55
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 46.568.678,63	- 37.008.143,04
PIS	- 1.259.681,58	- 1.247.487,46
COFINS	- 5.813.914,93	- 5.757.634,45
ISSQN	- 8.387.784,12	- 8.339.684,76
Isentos	- 3.379.170,30	- 21.509.417,87
Multipassagem	- 7.474.361,80	- 859,10
Isentados	- 20.152.078,80	- 153.059,40
Violações	- 101.687,10	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	172.124.712,65	171.931.440,51
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	- 133.541.344,73	- 180.080.906,64
Serviços de Terceiros PJ	- 12.540.880,49	- 8.662.207,66
Manutenção Conservação de Rodovia	- 69.869.464,33	- 122.429.417,83
Manutenção Conservação de Instalações	- 39.460.042,18	- 36.595.102,23
Convênios	- 11.615.319,04	- 12.229.513,14
Ressarcimento Usuários	- 53.805,44	- 164.641,78
Reembolso Usuários	- 1.833,25	- 24,00
RECEITAS DIVERSAS	130.460,91	43.925,11
Receitas Diversas	52.600,91	43.925,11
Outras Receitas Operacionais	77.860,00	-
DESPESAS OPERACIONAIS	- 19.987.145,58	- 12.353.952,47
Despesas Administrativas	- 16.944.214,44	- 12.353.952,47
Despesas diversas	- 3.042.931,14	-
RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	18.726.683,25	20.459.493,49
Receitas Financeiras	5.827.097,49	4.663.372,28
Despesas Financeiras	- 2.776.640,88	- 115.032,25
PREJUÍZO/LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	21.777.139,86	15.911.153,46
Provisão IRPJ	- 4.896.713,53	-
Provisão CSLL	- 1.771.456,87	-
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.108.969,46	15.911.153,46

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


Nelson Lidio Nunes
 Diretor - Presidente
 CPF nº 150.698.340-53


Ney Michelucci Rodrigues
 Diretor Adm. e Financeiro
 CPF nº 237.646.270-34


Milton Cyriel
 Diretor Técnico
 CPF nº 077.103.300-10


Rubem Frederico Masera e Silva
 Contador CRC/RS 078309
 CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2015

Fluxo de Caixa Operacional	2015	2014
Lucro Líquido	15.108.969,46	15.911.153,46
Despesas com Depreciação	32.779,35	83.718,71
Despesas com Amortização	134.093,65	35.399,52
Ajustes Exercícios Anteriores		
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>		
Arrecadação das praças	- 5.292.306,91	4.522.373,95
Adiantamentos	- 33.739,25	1.010,33
Valores a receber	- 4.786,41	30,00
Dépósitos Judiciais	3.789.071,23	3.804.481,57
Estoques	258.735,37	206.156,97
Despesas antecipadas	39.530,58	15.857,37
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	233.035,18	342.158,70
Fornecedores	- 311.105,52	13.050.098,52
Obrigações Fiscais	10.553.570,24	6.206.797,04
Outras contas a pagar	3.280.842,71	148.869,76
Adiantamento de clientes	-	172.360,30
Provisões	- 213.821,22	119.080,91
Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.574.868,46	17.218.340,21

Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	2.688.398,92	2.655.102,85
Aquisição de intangível	- 9.269.991,33	3.904.060,85
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	1.151.438,46	4.274.710,67
Caixa Líquido Atividades Investimentos	- 5.430.153,95	2.284.453,03

Fluxo de Caixa Financiamentos		
Novos Empréstimos	-	
Amortização de Empréstimos	-	
Integralização de Capital	-	30.000.000,00
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	-	30.000.000,00

Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	22.144.714,51	10.497.206,76
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	54.070.672,96	43.573.466,20
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	76.215.387,47	54.070.672,96

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.

Nelson Lúcio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

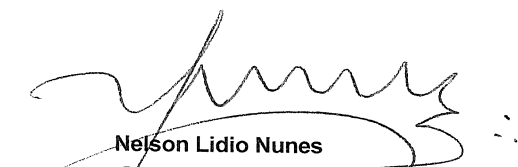
Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2015

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2013	500.000,00	1.504.737,53	28.326.755,79	0,00	30.331.493,32
Integralização	30.000.000,00				30.000.000,00
Lucro líquido exercício				-15.911.153,46	-15.911.153,46
Destinação :					
Reserva Legal					
Reserva Retenção Lucros					
Reversão de reservas			-15.911.153,46	15.911.153,46	
Saldo em 31.12.2014	30.500.000,00	1.504.737,53	12.415.602,33	0,00	44.420.339,86
Integralização					0,00
Lucro líquido exercício				15.108.969,46	15.108.969,46
Destinação :					0,00
Reserva Legal		755.448,47		-755.448,47	0,00
Reserva Retenção Lucros			14.353.520,99	-14.353.520,99	0,00
Reversão de reservas					0,00
Saldo em 31.12.2015	30.500.000,00	2.260.186,00	26.769.123,32	0,00	59.529.309,32

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


Nelson Lidio Nunes
 Diretor - Presidente
 CPF nº 150.698.340-53


Ney Michelucci Rodrigues
 Diretor Adm. e Financeiro
 CPF nº 237.646.270-34


Milton Cypel
 Diretor Técnico
 CPF nº 077.103.300-10


Rubem Frederico Masera e Silva
 Contador CRC/RS 078309
 CPF nº 387.554.670/91

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria dos Transportes – e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2 - Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referente às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

2.3 - Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

2.4 - Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5 - Imobilizado

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	121.502,71	3.489,65		- 14.717,56	110.274,80
Máquinas	8.904,64	-		- 1.038,84	7.865,80
Equipamentos	3.116.535,52	338.598,70	- 3.038.181,27	- 13.725,01	403.227,94
Computadores e periféricos	1.007,98	5.244,00		- 1.013,44	5.238,54
Impressoras	8.173,84	2.450,00		- 2.284,50	8.339,34

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Software	75.655,58	169.239,63		- 38.671,54	206.223,67
Imóveis	841.134,94	3.485.100,30		- 95.422,11	4.230.813,13
Obras em andamento	2.994.498,48	9.100.751,70	- 3.485.100,30	-	8.610.149,88
Total	7.167.413,69	13.104.873,98	- 6.523.281,57	- 166.873,00	13.582.133,10

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

2.6 - Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada (Processo SPI 2919.0496/15-9) e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

4. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante mas não ocorreu pagamento em 2014 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 8.387.784,12, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 20.156.266,99 referente aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

5. Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar de R\$ 3.791.501,02 é composto de R\$ 2.775.109,36 de IRPJ e R\$ 1.016.391,66 de CSLL.

6. Patrimônio Líquido

6.1 -Capital Social

O capital social é de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), dividido em trinta e um milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

7. Remuneração dos Investidores

No exercício de 2015 não serão distribuídos dividendos em vista a política da Companhia que é a de aplicar nas rodovias pedagiadas sob sua administração, todos os recursos que arrecada que são provenientes da exploração direta de rodovias, por meio da cobrança de tarifas ou de serviços suplementares relacionados à exploração rodoviária, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, DE 29 DE JUNHO DE 2012 no art.7º: "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

8 - Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por 206 processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: *perda remota*, *perda possível* e *perda provável*. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

1. perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
2. perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
3. perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perda Provável

Processo Judicial	Nº de Processos	Valor
Ações Cíveis	52	R\$ 508.744,56
Reclamações Trabalhistas	63	R\$ 2.866.150,43
Ações Tributárias		
Total	115	R\$ 3.374.894,99

Perda Possível

Processo Judicial	Nº de Processos	Valor
Ações Cíveis	22	R\$ 1.273.861,87
Reclamações Trabalhistas	4	R\$ 222.000,00
Ações Tributárias	7	R\$ 22.545.124,91
Total	33	R\$ 24.040.986,78

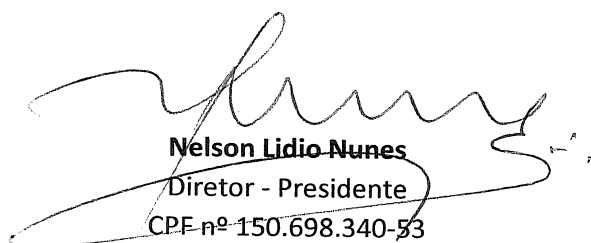
Perda Remota

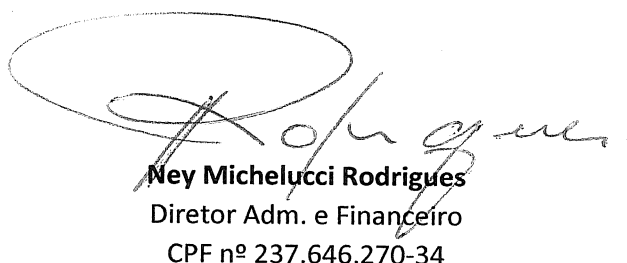
Processo Judicial	Nº de Processos	Valor
Ações Cíveis	23	R\$ 120.888,82
Reclamações Trabalhistas	24	R\$ 1.183.513,65
Ações Tributárias	1	R\$ 23.728,30
Total	48	R\$ 1.328.130,77

TOTAL GERAL 196 **R\$ 28.744.012,54**

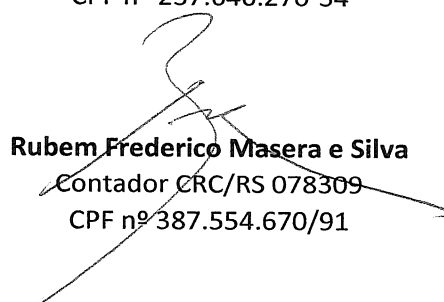
Obs.: No item Perda Possível - Ações Tributárias está inserido o processo no valor de R\$ 7.956.866,77 já pago, o qual se postula o ressarcimento de IRPJ; No mesmo item consta o processo no valor de R\$ 14.468.329,56 é referente a ISSQN não pago até o ajuizamento da ação.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.


Nelson Lidio Nunes
 Diretor - Presidente
 CPF nº 150.698.340-53


Ney Michelucci Rodrigues
 Diretor Adm. e Financeiro
 CPF nº 237.646.270-34


Milton Cypel
 Diretor Técnico
 CPF nº 077.103.300-10


Rubem Frederico Masera e Silva
 Contador CRC/RS 078309
 CPF nº 387.554.670/91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

**Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores da
Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR
Porto Alegre - RS**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos

Avenida Bastian, 366 - Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP. 90130-020

(51) 3037.5034 | www.macielauditores.com.br | contato@macielauditores.com.br

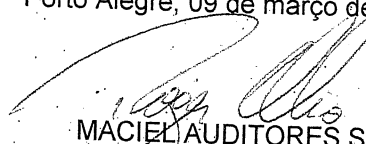
de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Empresa divulga na nota explicativa 3, a existência de Ativo Imobilizado recebido das concessionárias que não está reconhecido no patrimônio da empresa, em razão de estar em processo de valoração.

Conforme descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com ISSQN, no montante original de R\$ 20.156.266,99, em 31 de dezembro de 2015, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Porto Alegre, 09 de março de 2016.


MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS – 71.505/O-3
Responsável Técnico


ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora CRC/RS 65.932/O.-7
Responsável Técnica

Banrisul - Armazéns Gerais BAGERGS

Demonstrações Financeiras

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014

Com relatório dos Auditores Independentes

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	299	891	Contas a pagar a fornecedores		487	944
Aplicações financeiras	5	22.999	20.254	Empréstimos e financiamentos	8	754	486
Contas a receber de clientes	6	2.715	3.767	Impostos diretos e indiretos correntes a pagar		696	602
Partes relacionadas	10	202	189	Obrigações trabalhistas		550	545
Outros ativos		719	716	Partes relacionadas	10	4.066	3.238
Total do ativo circulante		26.934	25.817	Retenções diversas		298	243
				Outros passivos		16	10
				Total do passivo circulante		6.867	6.068
Realizável a longo prazo				Não circulante			
IRPJ e CSLL diferidos	11 b	662	-	Empréstimos e financiamentos	8	2.362	3.313
Depósitos judiciais		984	763	Provisão para contingências	9	1.501	855
Outros ativos		145	145	IRPJ e CSLL diferidos	11 b	-	92
		1.791	908	Total do passivo não circulante		3.863	4.260
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	18	18	Capital social	12	34.100	31.550
Intangível		17.558	17.735	Reserva de capital		231	231
		502	489	Reservas de lucros		1.742	2.858
Total do ativo não circulante		19.869	19.150	Total do patrimônio líquido		36.073	34.639
Total do ativo		46.803	44.967	Total do passivo e do patrimônio líquido		46.803	44.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota explicativa	2015	2014
Receita operacional líquida	13	16.650	16.788
Custo dos serviços prestados	14	(7.209)	(7.321)
Lucro bruto		9.441	9.467
Receitas (despesas) operacionais	14	(9.540)	(6.115)
Despesas gerais e administrativas	14	(137)	(403)
Despesas comerciais		(287)	(253)
Despesas tributárias		1.098	960
Outras receitas operacionais			
Lucro operacional antes do resultado financeiro		575	3.656
Resultado financeiro		2.726	1.977
Receitas financeiras		(252)	(287)
Despesas financeiras			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.049	5.346
Imposto de renda e contribuição social	11.a	(1.925)	(1.731)
Imposto de renda e contribuição social – correntes		756	(212)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos			
Lucro líquido do exercício		1.880	3.403
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		2,6857	4,8614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	1.880	3.403
Total do resultado abrangente do exercício	1.880	3.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reservas de lucros		Total
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		29.100	231	388	2.325	-	32.044
Aumento de capital	12.a	2.450	-	(125)	(2.325)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.403	3.403
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.b	-	-	170	-	(170)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	2.425	(2.425)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(808)	(808)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		31.550	231	433	2.425	-	34.639
Aumento de capital	12.a	2.550	-	(125)	(2.425)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.880	1.880
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.b	-	-	94	-	(94)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	1.340	(1.340)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(446)	(446)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.100	231	402	1.340	-	36.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.049	5.346
Ajustado por:		
Depreciação	1.451	1.204
Amortização	110	96
Resultado da baixa de bens do permanente	(243)	681
Provisão para contingências	646	276
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.358	-
Juros sobre empréstimos	145	83
	7.516	7.686
Variação nos ativos e obrigações:		
Aplicações financeiras	(5.869)	(3.573)
Contas a receber de clientes	(2.745)	(2.089)
Outros ativos	(884)	(479)
Depósitos judiciais	405	(170)
Partes relacionadas	(221)	(112)
Fornecedores, obrigações trabalhistas e outros passivos	815	(82)
Impostos correntes a pagar	(446)	954
Pagamento de provisões	94	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.223)	137
	(1.664)	(1.732)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.647	4.113
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(1.428)	(4.529)
Compra de ativos intangíveis	(128)	(1.199)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.556)	(5.728)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(683)	(197)
Pagamento de dividendos	-	(6)
Captação de empréstimos	-	2.520
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(683)	2.317
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(592)	702
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no final do exercício	299	891
Saldo no início do exercício	891	189
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(592)	702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas		
Receita da prestação de serviços (Nota 13)	20.367	20.179
Outras receitas	1.097	699
Reversão de provisão para contingências	-	262
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.358)	-
	(6.486)	(5.536)
Insumos adquiridos de terceiros	(456)	(3.183)
Custos dos serviços prestados	(6.030)	(2.353)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
Valor adicionado bruto	12.620	15.604
Depreciação e amortização	(1.561)	(1.300)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	11.059	14.304
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.726	1.977
Valor adicionado total a distribuir	13.785	16.281
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(6.300)	(6.850)
Remuneração direta	(4.794)	(5.113)
Benefícios	(1.258)	(1.228)
FGTS	(248)	(233)
Outros	-	(276)
Impostos, taxas e contribuições	(5.172)	(5.547)
Federais	(4.564)	(4.978)
Estaduais	(45)	(17)
Municipais	(563)	(552)
Remuneração de capitais de terceiros	(433)	(481)
Despesas financeiras	(252)	(287)
Aluguéis	(181)	(194)
Remuneração de capitais próprios	(1.880)	(3.403)
Dividendos	(447)	(808)
Lucros retidos	(1.433)	(2.595)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e entreposto aduaneiro e depósito alfandegário através de permissão não onerosa, outorgada pela Secretaria da Receita Federal. Esta permissão, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos. Seu controlador é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A - Banrisul, controlado, por sua vez, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Sua sede localiza-se Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de janeiro de 2016.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembarçadas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 e IAS 33.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Impostos sobre serviços--Continuação

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 7,60%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2%
FUNDAF	0% a 9,51%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Imposto de Renda e Contribuição Social --Continuação

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não teve impostos registrados diretamente à rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos
Outros	25 anos

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

e) Imobilizado-Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira – SIAC, classificados como ativos a valor justo por meio do resultado, e contas a receber de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

j) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - continuação

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2015 e 2014 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agente.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015 - continuação

- IFRS 8 - Segmentos Operacionais - Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação descritos no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”. A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento. A Companhia não aplica os critérios de agregação descritos na IFRS 8.12.
- IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS - 38 Ativo Intangível - A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo. Essa alteração não teve qualquer impacto sobre os ajustes de reavaliação registrados pela Companhia durante o período corrente.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas - A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é pertinente para a Companhia uma vez que ele não recebe quaisquer serviços de administração de outras entidades.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

p) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

A seguir destacamos as normas já emitidas, aplicáveis à Companhia e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração. O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor.
- IAS 34 - Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias - A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que elas sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da gerência ou de risco). As demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis para os usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre a Companhia.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

p) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015 - continuação

- Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - As alterações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esclarecem, em vez de mudar significativamente, as exigências existentes da IAS 1. As alterações esclarecem: As exigências de materialidade nas IAS 1, que itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados, que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras e que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada utilizando o método patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre aqueles itens que serão ou não posteriormente reclassificados para resultado.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2015	2014
Caixa	13	7
Bancos conta corrente	286	884
Total	299	891

5. Aplicações financeiras

Descrição	2015	2014
Aplicação financeira	22.999	20.254

Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação da taxa SELIC.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$2.524 (R\$1.955 em 2014).

6. Contas a receber de clientes

Composição do contas a receber de clientes:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	2015	2014
Devedores por armazenagem	5.073	4.189
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.358)	(422)
Total	2.715	3.767

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	2015	2014
A vencer	418	3.508
Vencidos:		
Até 30 dias	1.087	138
De 31 a 60 dias	191	55
De 61 a 90 dias	210	13
De 91 a 360 dias	529	475
Mais de 360 dias	2.638	-
	5.073	4.189

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado:

	2015	2014
Saldo inicial	422	422
Reversão de provisão	(422)	-
Constituição de provisão	2.358	-
Saldo final	2.358	422

O risco de crédito da Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 2.358, em função de incentivos no recebimento de valores relativos a serviços de armazenagem prestados.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo do Imobilizado	2014	Adições	Baixas	Transferência	2015
Terrenos	5.337	-	(75)	-	5.262
Edificações e benfeitorias	7.564	-	-	231	7.795
Móveis e utensílios	957	1	(166)	-	792
Máquinas e equipamentos	1.636	224	(19)	-	1.841
Equipamentos-Empilhadeiras	2.748	210	(337)	-	2.621
Veículos	2.692	140	(212)	-	2.620
Instalações	5.311	2	(8)	-	5.305
Obras em Andamento	650	835	(81)	(231)	1.173
Equipamento de Informática	605	16	(172)	-	449
Total	27.500	1.428	(1.070)	-	27.858

Depreciação	31/12/2014	Adição	Baixas	Transferência	31/12/2015
Edificações e Benfeitorias	(4.702)	(117)	-	-	(4.819)
Móveis e Utensílios	(642)	(24)	142	-	(524)
Máquinas e Equipamentos	(885)	(92)	3	-	(974)
Equipamentos – Empilhadeira	(1.319)	(253)	337	-	(1.235)
Veículos	(625)	(477)	254	-	(848)
Equipamentos de Informática	(389)	(68)	172	-	(285)
Instalações	(1.203)	(420)	8	-	(1.615)
Total	(9.765)	(1.451)	916	-	(10.300)
Valor residual	17.735	(23)	(154)	-	17.558

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	2015	2014
Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	754	481
Capital de Giro - CEF	11,88% a.a.	15/01/2015	-	5
			754	486
Não Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	2.362	3.313
			2.362	3.313
			3.116	3.799

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos, apresentado ao valor presente e ao valor contratual não descontado:

Vencimento	Valor contratual não descontado	Valor presente
2016	947	754
2017	909	824
2018	871	824
2019	570	558
2020	89	156
Total	3.386	3.116

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

9. Provisão para contingências

Demonstramos a seguir a composição das contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	208	633	841
Adições	25	251	276
Reversões/ Pagamentos	(1)	(261)	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	232	623	855
Adições	518	168	686
Reversões/ Pagamentos	-	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	750	751	1.501

Perdas possíveis não provisionadas

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$132 (R\$364 – 2014). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

provisionadas, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$4.283 (R\$2.778 – 2014).

Em 25 de junho de 2003, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão, no valor aproximado de R\$ 5.980. A Companhia ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.

O processo foi julgado procedente em junho de 2013, reconhecendo a prescrição do direito da Receita da Fazenda em exigir os valores da Companhia. Aguarda publicação do acórdão no STJ. Em decorrência do julgamento referido e com base na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda da ação foi alterada de possível para remota em junho de 2013. Dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras. Para o ano de 2015 o processo não apresentou nenhuma alteração.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, conseqüentemente não sendo registradas provisões para contingência, no montante aproximado de R\$1.079 (R\$1.438 – 2014).

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2015, foi determinado o valor máximo anual de R\$383 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$331 em 2014). Adicionalmente a Companhia paga R\$2,89 por sessão para cada membro do Conselho de Administração e R\$2,17 para cada membro do Conselho Fiscal, o qual totalizou um gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 60,75 (R\$ 130 em 2014).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.049	3.049	5.346	5.346
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(1.119)	(410)	(1.312)	(481)
(+) Adições/Exclusões permanentes/temporárias	(296)	(107)	40	15
(-) Incentivos fiscais e outros	7	-	7	-
IRPJ e CSLL Correntes	(1.408)	(517)	(1.265)	(466)
IRPJ e CSLL diferidos	556	200	(156)	(56)
Total impostos correntes	(1.925)		(1.731)	
Total impostos diferidos	756		(212)	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	2015	2014
Ativo diferido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	658	-
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	510	293
Passivo diferido		
Reserva de reavaliação / custo atribuído	-	(385)
Depreciação CPC 27	(506)	
	662	(92)

A expectativa de realização destes créditos é de até 7 anos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$34.100, (R\$ 31.550 em 2014), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2015, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 2.425 (R\$ 2.450 em 2014), com a reserva de retenção de lucros e R\$ 125 com a reserva legal, passando assim o capital social para R\$ 34.100, sem emissão de novas ações.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	1.880	3.403
Reserva Legal (5%)	(94)	(170)
Base de cálculo dos dividendos	1.786	3.233
Dividendos (25%)	446	808

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$1.340.

13. Receita líquida

A receita líquida é composta como segue:

	2015	2014
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	18.674	18.250
Arrendamentos operacionais	1.822	1.929
Menos:		
Impostos sobre receita de serviços	(3.846)	(3.391)
Receita operacional líquida	16.650	16.788

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas e comerciais		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Pessoal	2.745	2.616	2.559	2.705	5.304	5.321
Terceirizados	1.772	1.784	943	924	2.715	2.708
Honorários da administração	-	-	541	431	541	431
Depreciação e amortização	1.042	1.062	519	238	1.561	1.300
Comunicação	-	-	161	469	161	469
Energia elétrica	404	245	215	130	619	375
Combustível	128	166	47	42	175	208
Gastos com veículos	19	47	24	32	43	79
Despacho aduaneiro	97	171	-	-	97	171
Reclamações trabalhistas	141	461	168	60	309	521
Contingências	25	-	527	276	552	276
Conservação e manutenção	422	113	99	128	521	241
Outras	414	656	3.737	1.083	4.151	1.739
Total	7.209	7.321	9.540	6.518	16.749	13.839

15. Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, sobre o contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Decreto nº 1.102, de 1903, a Companhia tem o direito de retenção para garantia do pagamento das armazenagens e despesas com a conservação e com as operações, benefícios e serviços prestados às mercadorias, a pedido do dono; dos adiantamentos feitos com fretes e seguro, e das comissões e juros, quando as mercadorias lhes tenham sido remetidas em consignação.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros-- Continuação

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

	2015	2014
Aplicações Financeiras	22.999	20.254
Clientes	5.073	4.189
Total	28.072	24.443

A Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

Gestão de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da empresa.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros-- Continuação

Gestão de Risco

A gestão de risco de crédito da Banrisul Armazéns Gerais S.A é ferramenta necessária para controle mais eficiente dos riscos a que está exposta. Neste contexto, a Companhia está reestruturando os controles de risco de crédito presentes na empresa.

16. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Banrisul Armazéns Gerais S.A

Canoas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

**BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA****CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57****NIRE N. ° 43300003183.****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2015 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50% das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09(nove) armazéns, ultrapassando 33 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Enfrentando os desafios do mercado, em um ano de profunda recessão econômica, onde o país desacelerou a compra de bens no exterior devido a fatores como a queda na atividade econômica e o dólar em alta, onde as exportações registraram retração de 14,1% em comparação com 2014. Nas importações a queda foi de 24,3. A balança comercial brasileira encerrou 2015, com superávit de US\$ 19,681 bilhões, com as exportações somando US\$ 191,134 bilhões em 2015, e as importações totalizando US\$ 171,453 bilhões.

Na empresa, este cenário está refletido no número de despachos aduaneiros acumulados de janeiro-dezembro de 2015, onde foram atendidos 18.194 despachos, sendo 9.664 relativos à exportação e 8.530 à importação. Sobre igual período em 2014, observamos uma queda de 25,7% na importação e 12,6% na exportação. Buscando amenizar os impactos do cenário global, foram realizados investimentos e ações de gestão, tais como: foco em grandes parceiros comerciais, investimentos em infraestrutura, readequação das tarifas acessórias e conexas e adequações na estrutura organizacional.

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

C:\Users\ivera.bergental\Desktop\Relatório Administração 2015 (1).doc

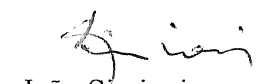
Contamos com a participação de 168 colaboradores, incluindo o quadro permanente de funcionários, estagiários e contratos terceirizados de prestação de serviços de manutenção, motorista e vigilância. Os empregados da empresa possuem como principais benefícios: vale refeição, vale rancho, auxílio creche/babá, auxílio escola além do plano de saúde/odontológico. Em 2015 foi finalizada a substituição dos contratos emergenciais por empregos permanentes, através da admissão de empregados por Concurso Público. Foi consolidada a Política de Promoções estabelecida no Plano de Empregos, Funções e Salários. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa distribuiu 2% do resultado líquido a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados.

A Bagergs, dando continuidade à política ambiental e, visando à ampliação da destinação dos resíduos sólidos, promoveu investimento no montante de R\$ 45mil. Ainda foram implementados novos programas, entre eles, palestras aos seus colaboradores de sensibilização quanto a segregação e recolhimento correto dos resíduos sólidos.

Para 2016, projeta-se manter e ampliar do resultado operacional através da: implementação e ampliação dos clientes da área de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED; implantação do Sistema de Gestão de Armazéns - WMS, ferramenta para o gerenciamento de estoque; aquisição de armazém (de lona) e por consequência a segregação da área aduaneira e ampliação do espaço no Porto Seco; buscar novos clientes de grande porte, para armazém geral; ampliação na prestação de serviços ao nosso Controlador -Banrisul.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2015.


João Simioni
Diretor Presidente
Zilmarino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2015.

Baseado no exame procedido e no relatório da auditoria externa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 24 de março de 2016.

Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

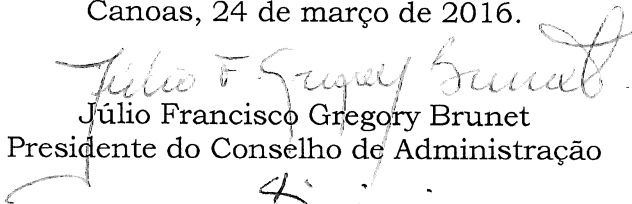
Ronei Xavier Janovik
Conselheiro

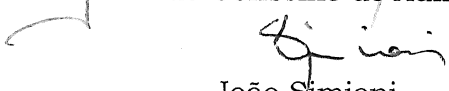
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57
NIRE N. ° 43300003183.

PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 24 de março de 2016.


Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração


João Simioni
Conselheiro

Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro

José Paulo de Almeida
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDRE MOOJEN DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-083383/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 989.345.200-78

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 30.03.2016 as 14:54:29.

Válido até: 31.03.2016.

Código de Controle: 221895.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**

A MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

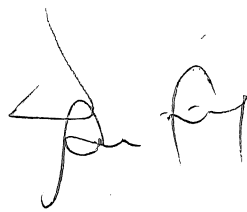
Venho à presença de gaúchas e gaúchos para apresentar-lhes as ações operacionais e de administração, assim como os resultados alcançados em 2015 do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, Instituição a qual tenho a honra de novamente presidir, com renovado entusiasmo pelo exercício das atividades de crédito a investimentos e de promoção do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, razões de ser desta Instituição Financeira Pública Estadual.

O ano de 2015 foi marcante na história do Badesul, pois pela primeira vez desde 2003, quando se completou a transferência de ativos de longo prazo do Banrisul para o Badesul, esta instituição encerrou um exercício social com resultado negativo em seu balanço, denotando prejuízo da ordem de R\$ 29,9 milhões. Este resultado provém de um conjunto de ações e decisões da gestão anterior, ao que se agrega, de forma cumulativa, a grave situação recessiva que se abateu sobre a economia brasileira e, por extensão, sobre a economia gaúcha.

A atual Diretoria do Badesul assumiu em abril de 2015. Tendo como cenário o agravamento da crise econômica do Brasil e do RS, esta Diretoria buscou, como primeira medida de gestão, ter conhecimento aprofundado do comportamento de médio prazo da situação dos ativos do Badesul. O constatado evidenciou o alto grau de alavancagem da Instituição em anos anteriores (especialmente em 2013); a excessiva concentração de valor de operações em poucos clientes; a redução do *spread* praticado; a potencial entrada em recuperação judicial de projetos relevantes; e o volume de operações de concessão de capital de giro com recursos próprios ou de terceiros. Estas, dentre outras razões, conduziam o Badesul a uma situação de deterioração de seus ativos, em cenário amplamente agravado pela crise econômica, através do aumento de operações em inadimplência e em recuperação judicial.

Era condição urgente a tomada de medidas de gestão que pudessem estancar e reconduzir esta Agência de Fomento rumo ao saneamento financeiro e a sua sustentabilidade futura. Com este objetivo, a Diretoria que presido, com o apoio do Conselho de Administração do Badesul, iniciou a implantação, em 2015 e continuará a implantar em 2016, de um conjunto de medidas de correção de rumos e de mitigação de riscos da Instituição, que apontam para o retorno desta Agência de Fomento a uma situação de equilíbrio de longo prazo. Dentre estas medidas permitam-me citar: a redução de despesas (administrativas, marketing, tecnologia da informação e pessoal) em R\$ 6,2 milhões, em relação ao orçamento previsto; redução de R\$ 4,0 milhões em investimentos (melhorias em infraestrutura de TI e reforma de instalações) previstos e não realizados; a priorização da cobrança (recuperação de créditos concedidos), o que resultou em R\$ 17,5 milhões em recuperação de prejuízos e R\$ 104,4 milhões em renegociações de créditos; a renúncia a novas operações de capital de giro puro e a limitação de novos desembolsos em até R\$ 750,0 milhões em 2015, visando estabilizar o estoque de operações; a redução da inadimplência de 2,1% em abril para 1,7% em dezembro de 2015. O corolário destas e de outras ações foi o alcance, ao final de 2015, de lucro antes de impostos, provisões e depreciação de R\$ 163,6 milhões, 38% superior ao previsto em orçamento, mas esse sucesso quantitativo ainda foi insuficiente para fazer frente a R\$ 213,8 milhões em provisões para créditos de liquidação duvidosa, inclusive cartas-fiança.

No que se refere a ações de cunho qualitativo, neste mesmo ano foram adotadas medidas dentre as quais lhes destaco: a adequação do organograma da Instituição aos ditames das novas prioridades de gestão e de atendimento a demandas de órgãos de controle e regulação, como a criação de

  ¹ 



Superintendência de Acompanhamento e Fiscalização e a implantação da nova função de Normas, junto à Superintendência de Riscos; o encolhimento da estrutura organizacional (devolução de recursos humanos às instituições de origem, diminuição de funções gratificadas, etc.); o aperfeiçoamento da sua estrutura decisória, como a recomposição do seu Comitê de Crédito, e a revisão de normas e processos operacionais cruciais, como a atualização dos Manuais de Políticas Operacionais, de Operações de Crédito e de Cobrança e Recuperação de Crédito, além da criação do Manual de Fundos.

Ainda em 2015, o agravamento do cenário de crise econômica e de aversão ao risco em curso no Brasil também levou a Diretoria e o Conselho de Administração do Badesul à adoção de Plano de Capital, com adição de novas medidas efetivas que visam manter, em 2016 e para os próximos anos, o Saldo de Operações do Badesul e o seu Patrimônio de Referência folgadoamente acima dos limites prudenciais mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, postura esta consentânea com os desafios da economia nos próximos exercícios.

Com todos os desafios, em 2015 o Badesul cumpriu amplamente seu papel institucional, como decisivo instrumento de atenuação dos efeitos da crise nacional sobre a economia gaúcha e de apoio à sustentação dos seus níveis de renda e de emprego.

Isto porque, no que tange ao seu desempenho operacional, ao longo do exercício de 2015 o Badesul aprovou 478 novas operações de crédito e desembolsou R\$ 717,7 milhões para o financiamento de investimentos no Rio Grande do Sul, ao que se soma a subscrição de cotas no CRIATEC III, no valor de R\$ 10,0 milhões e a integralização de R\$ 2,8 milhões em fundos de participações já subscritos. O desembolso total de crédito e de participações do Badesul em 2015 foi 12% inferior ao realizado no exercício anterior. Com isso, o Saldo de Operações Ativas desta Instituição totalizou R\$ 3.548,9 milhões em dezembro de 2015, valor este 1,4% menor que o registrado ao final de 2014, portanto em linha com a sua gradual convergência aos requisitos prudenciais perseguidos por esta gestão.

Neste âmbito do financiamento ao desenvolvimento gaúcho desempenhado pelo Badesul, expresso-lhes que temos muito orgulho, em especial, do papel essencial desta Instituição no que se refere ao crédito a investimentos voltados à modernização do agronegócio do Rio Grande do Sul e para investimentos públicos projetados pelas prefeituras municipais rio-grandenses.

Em relação ao agronegócio, o Badesul, apenas em 2015, desembolsou R\$ 354,9 milhões (49,4% do total), para a realização de 53 barragens e açudes, 241 equipamentos de irrigação e a destinação de 64,8 toneladas de corretivos de solos, beneficiando 12.000 ha, além de 64 sistemas de armazenagem, 482 máquinas e implementos agrícolas e 6.342 itens correlatos diversos.

As operações de financiamento a investimentos públicos municipais no Rio Grande do Sul liberadas pelo Badesul em 2015, no valor de R\$ 76,7 milhões, destinados a 58 municípios, abrangeram uma população assistida de 309,1 mil habitantes. Acrescento que a tradição histórica do Badesul no crédito de longo prazo a investimentos públicos no RS já permitiu que 80% dos 497 municípios tivessem seus projetos de infraestrutura e de gestão apoiados pela Agência de Fomento dos gaúchos.

No que tange ao seu desempenho institucional, cabe destacar a liderança do Badesul, numa ação coordenada junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e à Secretaria de Saúde do RS, na iniciativa de tornar o Rio Grande do Sul polo de referência médico-hospitalar no Brasil, mediante o desenvolvimento do *Cluster da Saúde RS*, nos moldes do *Medical Valley*, da Alemanha.

Afianço-lhes que o Badesul seguirá pelos próximos anos com foco em duas perspectivas estratégicas: a) cumprir seu papel institucional de fomento ao desenvolvimento do RS, em consonância às diretrizes



estratégicas do Governo do Estado; e b) atuar na recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do Badesul. Para estes fins conto com a dedicação dos meus colegas de Diretoria, dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com a disposição dos colaboradores desta Instituição e, sobretudo, com a confiança do Governador do Estado e o apoio do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, aos quais transmito os meus agradecimentos.

Para 2016, o Badesul está preparado para atuar no desenvolvimento gaúcho, viabilizando projetos empresariais e públicos de significativa importância para a recuperação econômica do RS, impactando diretamente na melhoria da qualidade de vida de todos nós, gaúchos e gaúchas.

Finalmente, agradeço aos clientes desta Agência de Fomento, empresas, produtores rurais e prefeituras municipais, que são a razão da sua existência, assim como estendo minha gratidão às fontes de recursos financeiros do Badesul, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Badesul: A gente dá valor para o Rio Grande crescer!

Susana Maria Kakuta

Diretora-Presidente

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima em 3,0% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial em 2015. A economia dos Estados Unidos da América deverá ter o seu PIB acrescido em 2,4%, enquanto a economia do Japão enfrentou nova situação recessiva em 2015. O PIB dos países do Euro continuou a se recuperar em 2015, registrando crescimento moderado de 1,5%. O PIB da economia chinesa está desacelerando em direção ao patamar de 6% ao ano, com fortes impactos na economia e nos mercados de capitais internacionais. Em síntese, a economia mundial manteve um ritmo moderado de crescimento do seu PIB em 2015, mas transporta para 2016 um horizonte cheio de desafios, os quais exigirão das políticas econômicas nacionais ajustes associados a um cenário internacional de riscos em crescimento. Isto também se aplica ao Brasil, que terá que ajustar a sua política econômica a um cenário internacional ainda menos favorável à economia interna.

No que se refere ao Brasil, a sua economia apresentou forte retração do seu PIB em 2015, no patamar de 3,6%. A taxa de inflação da economia brasileira ascendeu a dois dígitos em 2015, ao patamar de 10,7%. A taxa de desemprego do Brasil terminou o ano em 8% da População Economicamente Ativa. Acrescenta-se neste quadro o superávit primário do setor público, cuja meta inicial para 2015 de 1,2% do PIB, depois foi reduzida para 0,15% e encerrou o ano em forte patamar negativo. Também nota-se a taxa de câmbio (R\$/US\$), que em 2015 apresentou depreciação de 48% do real perante o dólar. A taxa de juros Selic nominal em 2015 aumentou ao patamar de 14,25%. Em síntese, a política econômica em curso de ajuste da economia brasileira em 2015 foi marcada por cenário de acentuada recessão, inflação alta e desemprego e juros elevados. As expectativas para 2016 são de manutenção desse cenário adverso, inclusive com a possibilidade de seu agravamento em relação ao de 2015.

O PIB da economia do Rio Grande do Sul não acompanhou a mesma queda registrada no produto da economia brasileira, graças à agropecuária, cujo Valor Adicionado Bruto expandiu-se em 2015. Em contrapartida, a indústria ressentiu-se bastante com a situação econômica recessiva do país. As exportações da economia gaúcha ainda mantém o RS como o quarto maior estado exportador do país, mas com participação decrescente no total exportado pelo Brasil. Quanto ao impacto da crise nacional sobre as empresas gaúchas, cabe destacar o preocupante aumento da inadimplência geral; o aumento



do desemprego setorial (automotivo, por exemplo); a retração importante do setor industrial (UCI média de 77,7 em 2015) e o aumento das recuperações judiciais e encerramento de atividades de empresas. O quadro econômico do Rio Grande do Sul experimentou ainda o gravame adicional da crise nas finanças públicas estaduais.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO 2015-2018

As diretrizes que devem orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2015-2018 encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é: Viver um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul. A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Eixo Econômico, que visa gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- Eixo Social, que visa reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;
- Eixo de Infraestrutura e Ambiente, que visa prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;
- Eixo de Governança e Gestão, que visa produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

O BADESUL - DIRETRIZES PRIORITÁRIAS 2015-2018

Na qualidade de Agência de Fomento do Governo do Estado para a execução das suas prioridades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Badesul, em 2015-2018, pautará a sua atuação operacional e institucional conforme as diretrizes que se seguem, estabelecidas de acordo com o Mapa Estratégico e a Política de Desenvolvimento do Governo do Estado.

- a) Modernização de Setores Tradicionais da Economia Gaúcha.
- b) Indução de Novas Economias na Estrutura de Produção do Rio Grande do Sul.
- c) Dinamização de Economias de Cidades e Regiões do RS.
- d) Alavancagem da Infraestrutura Estadual.

Os temas transversais que perpassam as prioridades citadas são: inovação tecnológica; sustentabilidade (eficiência em energia, no uso da água, no uso de insumos e na reciclagem de resíduos, em especial); aumento da produtividade; advento e consolidação de empresas de base tecnológica; parcerias público-privadas; criação de competências; modernização de gestão e *upgrade* de políticas públicas.

Os instrumentos mobilizados à execução das estratégias e prioridades descritas são os produtos e serviços que definem as áreas de negócios do Badesul, cuja atuação operacional em 2015-2018 será pautada por programas e ações ditadas pelas suas estratégias e temas prioritários.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828 do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

J

4
ABP

O

A. F.



O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos financeiros e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes.

- a) *Crédito Empresarial*: Empresas Industriais e de Serviços.
- b) *Crédito Público*: Prefeituras Municipais.
- c) *Crédito Rural*: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) *Crédito à Inovação*: Empresas Inovadoras.
- e) *Participações*: Fundos de Investimento Privados.
- f) *Serviços*: Governo do Estado, Fundos Públicos Estaduais e Prefeituras Municipais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal) e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços inclusive estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Pretende-se em 2016 estender aos municípios e regiões rio-grandenses a prestação de serviços pelo Badesul, na forma de apoio técnico ao planejamento do desenvolvimento de municípios e implantação de PPPs – Parcerias Público Privadas, iniciativas que visam a identificação de oportunidades locais de investimento e à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Desembolsadas

Os valores dos desembolsos de crédito e integralizações em fundos efetuados no exercício de 2015 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Desembolsadas e de Participações
Integralizadas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valor em R\$ mil nominais.

Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2015	Valor 2014
Rural e Agroindustrial	354.852	283.163
Empresarial	220.423	386.326
Cartas-Fiança	-	6.859
Fomento Público	76.652	66.640
Inovação	7.253	2.958
Renegociações	58.538	70.062
Total Operações Crédito	717.719	816.008
Participações Integralizações	2.820	2.123
Total Geral	720.539	818.131

Fonte: Badesul.

Destaques Operacionais

- **Modernização de Setores Tradicionais.** No exercício de 2015 o Badesul efetuou desembolsos de R\$ 559,7 milhões para o financiamento de investimentos ligados ao processo de modernização de setores tradicionais da economia gaúcha, com destaque à produção agropecuária e agroindustrial, mas também às indústrias de alimentos, couros e calçados, química, metalúrgica, mecânica e elétrica.

Desembolsos por principais setores da economia gaúcha. Valores em R\$ mil

Setores	Valor 2015	Valor 2014
Agropecuário	301.639	242.703
Eleticidade, Gás, Água e Esgoto	58.415	46.708
Transportes	55.879	53.511
Alimentos e Bebidas	51.762	82.577
Comércio	48.379	46.537
Madeira e Móveis	43.624	23.163
Total Parcial	559.698	495.198
Total Geral RS	717.719	816.008

Fonte: Badesul.

- **Indução de Novas Economias.** No exercício de 2015 o Badesul tanto liberou R\$ 83,6 milhões para o crédito a projetos de investimentos associados com a transformação do perfil da economia gaúcha, quanto subscreveu o valor de R\$ 10 milhões, quanto efetuou a integralização de R\$ 2,8 milhões em cotas de fundos de investimentos em participações que apoiam micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Acrescenta-se a liderança institucional desta Agência de Fomento no que tange ao planejamento e organização de *Cluster* de tecnologias para a saúde no Rio Grande do Sul.
- **Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.** As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos na economia gaúcha em 2015 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

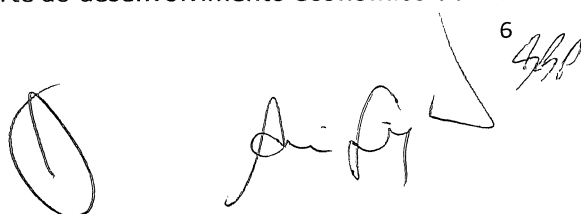
Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento
Apoiadas pelo Badesul. Valores em R\$ mil

Regiões dos COREDES	Principal Município	Valor 2015	Valor 2014
MISSOES	SANTO ÂNGELO	70.552	46.573
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	PORTO ALEGRE	65.649	165.589
FRONTEIRA OESTE	URUGUAIANA	62.439	49.783
VALE DO CAI	MONTENEGRO	50.634	17.452
SERRA	CAXIAS DO SUL	43.168	42.219
HORTENSÍAS	NOVA PETRÓPOLIS	37.441	21.207
NORTE	ERECHIM	36.598	26.513
NOROESTE COLONIAL	IJUÍ	34.002	61.702
SUL	PELOTAS	32.298	19.103
VALE DO RIO DOS SINOS	NOVO HAMBURGO	29.114	33.784
Total Parcial		461.895	483.924
Total Geral RS		717.719	809.149

Fonte: Badesul.

- **Alavancagem da Infraestrutura Estadual.** O Badesul desembolsou R\$ 123,5 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio

6
468





Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística. Faz-se também destaque às cidades apoiadas mediante o desembolso de R\$ 74,4 milhões em 2015, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o exercício de 2015 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 3.548,9 milhões, correspondente a 7.392 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 3.060 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 88,68% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar do exercício de 2015 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2015, o valor de R\$ 745,9 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 639,3 milhões ao final do mês de dezembro deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços inclusive estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 26,7 milhões.

Resultado

O Resultado da Instituição apresentou-se negativo no exercício de 2015 em R\$ 29,9 milhões. Tal resultado tem como fator preponderante a elevação das despesas com provisões, em especial para devedores duvidosos, explicadas tanto pela frustração de investimentos considerados prioritários na gestão anterior quanto pelo enfraquecimento da economia brasileira em geral.

A MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para reafirmar aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação de, em nome da confiança que lhes foi depositada pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, exercer a gestão desta Agência de Fomento de



acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações dispostos neste relato e seus anexos evidenciam os desafios de gestão que se apresentam para a travessia do cenário macroeconômico adverso e para a superação das restrições atuais do cenário microeconômico da Instituição. Enfatiza-se que a superação desses desafios e restrições será realizada em conjunto com os clientes do Badesul, com as suas fontes repassadoras de recursos financeiros e com o seu quadro de colaboradores.

Assim, esta Diretoria manifesta o seu renovado agradecimento aos clientes do Badesul, que honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho, como também estende a sua gratidão às fontes repassadoras de recursos financeiros desta Agência de Fomento, o BNDES, a CEF e a Finep. Por fim, a Diretoria também expressa o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria

Aprovado, por unanimidade. Em: 16/02/2016


Josué de Souza Barbosa
Presidente
Conselho de Administração
BADESUL
DESENVOLVIMENTO


Adenir de Fátima Janh
Conselheira
Conselho de Administração
BADESUL
DESENVOLVIMENTO


Gustavo Bonferr Paim
Conselheiro
Conselho de Administração
BADESUL
DESENVOLVIMENTO


Everton Jair Michaelson
Conselheiro
Conselho de Administração
BADESUL
DESENVOLVIMENTO



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Milhares de Reais)

	2015	2014
Ativo		
Circulante	1.296.084	1.349.740
Disponibilidades (Nota 4)	1.371	2.712
Títulos e valores mobiliários	639.973	656.909
Carteira própria (Nota 5)	639.973	656.909
Operações de crédito (Nota 6)	588.696	652.828
Operações de crédito	665.453	779.958
Setor público	61.118	49.976
Setor privado	604.335	729.982
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(76.757)	(127.130)
Outros créditos	62.314	33.568
Outros créditos	3.127	162
Avais e fianças honrados (Nota 7)	2.508	726
Rendas a receber (Nota 8)	56.679	32.680
Diversos	262	1.185
Adiantamento e antecipações salariais	58.302	31.030
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	495	487
Pagamentos a ressarcir	147	111
Devedores diversos no país	(2.527)	(133)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	3.730	3.723
Outros valores e bens (Nota 10)	3.726	3.721
Outros valores e bens	4	2
Despesas antecipadas		
Realizável a longo prazo	2.918.913	2.844.089
Operações de crédito (Nota 6)	2.734.943	2.732.655
Operações de crédito	2.883.427	2.819.876
Setor público	129.375	114.244
Setor privado	2.754.052	2.705.632
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(148.484)	(87.221)
Outros créditos	183.970	111.434
Rendas a receber (Nota 8)	232	364
Diversos	183.738	111.070
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	174.069	104.941
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14c)	9.669	6.129
Permanente (Nota 11)	33.200	35.132
Imobilizado de uso	33.200	35.132
Imóveis de uso	35.074	35.074
Outras imobilizações de uso	8.298	8.019
Depreciação acumulada	(10.172)	(7.961)
Total do Ativo	4.248.197	4.228.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2015	2014
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	607.607	684.072
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	559.762	633.665
BNDDES	317.743	419.910
Caixa Econômica Federal	1.561	1.370
FINAME	239.488	212.334
FINEP	970	51
Outras obrigações	47.845	50.407
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	242	54
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	39.217	36.872
Diversas	8.386	13.481
Despesas de pessoal	4.167	3.425
Outros pagamentos	561	1.040
Passivos atuariais (Nota 15)	1.600	214
Credores diversos (Nota 16)	2.058	8.802
Exigível a longo prazo	2.894.727	2.768.629
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	2.797.796	2.712.596
BNDDES	1.328.516	1.253.636
Caixa Econômica Federal	28.232	28.034
FINAME	1.432.306	1.427.896
FINEP	8.742	3.030
Outras obrigações	96.931	56.033
Diversas	96.931	56.033
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	84.462	43.293
Passivos atuariais (Nota 15)	12.304	12.551
Comissão sob carta fiança	165	189
Patrimônio líquido (Nota 17)	745.863	776.260
Capital Social	756.343	756.343
De domiciliados no país	756.343	756.343
Reservas de lucros / (prejuízos) acumulados	(9.222)	20.678
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.258)	(761)

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

4.248.197 4.228.961

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02885855/0001-72

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e do segundo semestre de 2015

(Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014
Receitas da Intermediação Financeira	200.754	364.053	312.740
Operações de Crédito	158.072	285.102	246.754
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	42.682	78.951	65.986
Despesas da Intermediação Financeira	(180.602)	(342.825)	(283.847)
Operações de Empréstimos e Repasses	(79.648)	(149.412)	(119.134)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6e)	(100.954)	(193.413)	(164.713)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	20.152	21.228	28.893
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(45.744)	(97.993)	(83.897)
Receitas da Prestação de Serviços	6.022	10.584	8.774
Rendas de Tarifas Bancárias	1.043	1.861	1.472
Despesas de Pessoal	(21.518)	(41.350)	(37.235)
Outras Despesas Administrativas (nota 21a)	(8.702)	(17.294)	(19.055)
Despesas Tributárias	(5.709)	(10.443)	(9.201)
Outras Receitas Operacionais (nota 20)	3.263	3.689	9.996
Outras Despesas Operacionais (nota 21b)	(20.143)	(45.040)	(38.648)
Resultado Operacional	(25.592)	(76.765)	(55.004)
Resultado Não Operacional	-	-	35.048
Resultado Antes da Tributação s/o Lucro e Participações	(25.592)	(76.765)	(19.956)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 3k e 19)	27.287	47.789	21.028
Provisão para Imposto de Renda	(17.114)	(28.396)	(27.341)
Provisão para Contribuição Social	(12.933)	(19.883)	(17.029)
Ativo Fiscal Diferido	57.334	96.068	65.398
Participações Estatutárias no Lucro	-	(924)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	1.695	(29.900)	1.072
Nº De Ações (Em Milhares)	756.343	756.343	756.343
Lucro/(Prejuízo) Por Ação - R\$	2,24	(39,53)	1,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e do segundo semestre de 2015
(Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros / (prejuízos) acumulados				Total
	Capital realizado	Legal	Reservas especiais	(Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 1º de janeiro de 2014	659.030	21.141	55.883	-	(3.764)
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais)	-	-	-	-	(2.712)
Efeitos da migração de planos de benefícios	-	-	-	(9.525)	9.525
Realização proporcional do crédito tributário	-	-	-	3.810	(3.810)
Aumento de capital	97.313	-	(32.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.072	-
Destinações	-	-	-	-	-
Resenhas	-	54	-	(54)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(19.703)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	756.343	21.195	4.180	(4.697)	(761)
Mutações do exercício	97.313	54	(51.703)	(4.697)	3.003
	756.343	21.195	4.180	(4.697)	(761)
Saldos em 1º de janeiro de 2015	756.343	21.195	4.180	(4.697)	(761)
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais)	-	-	-	-	(497)
(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(29.900)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	756.343	21.195	4.180	(34.597)	(1.258)
Mutações do exercício	-	-	-	(29.900)	(497)
	756.343	21.195	4.180	(36.292)	(761)
Saldos em 1º de julho de 2015	756.343	21.195	4.180	(36.292)	(761)
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais)	-	-	-	-	(497)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.695	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	756.343	21.195	4.180	(34.597)	(1.258)
Mutações do semestre	-	-	-	1.695	(497)
	756.343	21.195	4.180	(36.292)	(761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(Método Indireto)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e do segundo semestre de 2015

Em Milhares de Reais

	<u>2º Semestre 2015</u>	<u>Exercício de 2015</u>	<u>Exercício de 2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período antes da tributação e das participações	(25.592)	(76.765)	(19.956)
Ajustes do resultado líquido do período	122.405	240.698	144.458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.836	190.435	164.580
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	2.118	2.978	133
Provisão para desvalorização de títulos livres	(39)	(86)	173
Provisão para planos de benefícios	381	475	1.925
Provisão para passivos contingentes	20.014	44.686	18.720
Baixa de ativos	-	-	28
Depreciação, amortização e baixa por <i>impairment</i>	1.095	2.210	3.498
Recebimento de ativo imobilizado em doação	-	-	(35.074)
Efeitos de migração de plano de benefícios pós-emprego	-	-	(9.525)
Resultado do período ajustado	96.813	163.933	124.502
 Variações nos ativos e obrigações	 (96.880)	 (164.995)	 (169.451)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(7.868)	17.022	1.491
(Aumento)/Redução em operações de crédito	24.950	(128.591)	(191.166)
(Aumento) em outros créditos	(1.170)	(8.784)	(3.858)
(Aumento) em outros valores e bens	(7)	(7)	(3.549)
(Redução) em outras obrigações	(5.673)	(9.949)	(70.105)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(100.313)	11.297	122.046
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.799)	(45.983)	(22.776)
Pagamento de participação nos lucros	-	-	(1.534)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(67)	(1.062)	(44.949)
 Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	(7)	(279)	(14)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(7)	(279)	(14)
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital por subscrição de ações	-	-	65.313
Juros sobre o capital próprio pagos no período	-	-	(19.703)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	45.610
 Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	 (74)	 (1.341)	 647
 Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.445	2.712	2.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.371	1.371	2.712
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(74)	(1.341)	647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011, editadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 10 de fevereiro de 2016 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die"

e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação contábil adotada pelo Badesul equipara-se a categoria “títulos para negociação”.

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como *rating* “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999, editada pelo Banco Central do Brasil, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* “H”. Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, editadas pelo Banco Central do Brasil, complementada por provisões adicionais, segundo normativo interno.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas

como de risco nível “H” quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata die” incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para veículo.

h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata die” incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20% aplicável a partir de 01 de setembro de 2015, conforme medida provisória nº 675 de 21 de maio de 2015, convertida na lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e a contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular nº 3.171, emitida pelo BACEN em 30 de dezembro de 2002, que determina que no caso de alteração da

legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

l. Passivo atuarial

O Badesul é co-patrocinador da FBSS – Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 15, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 – Benefícios a Empregados, regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.425, de 25 de janeiro de 2013, oriunda do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

(i) **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro/prejuízo por ação

O lucro líquido/prejuízo por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2015	2014
Caixa	9	10
Depósitos Bancários	1.362	2.702
Total	1.371	2.712

5 Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria - Composição

	2015	2014
Letras Financeiras do Tesouro	627.576	630.172
Cotas de Fundos de Investimento	12.582	27.008
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(185)	(271)
Total	639.973	656.909

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 706 (R\$ 6.883 em 2014) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 16. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 24b.

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro	627.391	627.418	629.901	629.902
Cotas de Fundos de Renda Fixa	7.291	7.291	24.283	23.619
Cotas de Fundos em Participações	5.291	13.514	2.725	3.712
Total	639.973	648.223	656.909	657.233

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6 Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

	Curto prazo		Longo prazo	
	2015	2014	2015	2014
Financiamentos	401.643	554.523	1.564.329	1.623.539
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	209.355	181.850	1.209.654	1.099.296
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	54.455	43.585	109.444	97.041
Total	665.453	779.958	2.883.427	2.819.876

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2015	2014
Vencidas	53.914	55.714
Até 60 dias	18.577	21.179
De 61 a 180 dias	21.661	25.439
Acima de 180 dias	13.676	9.096
Vincendas	3.494.966	3.544.120
Até 180 dias	297.821	337.764
De 181 a 360 dias	313.718	386.480
Acima de 360 dias	2.883.427	2.819.876
Total	3.548.880	3.599.834

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2015	2014
Setor Público Municipal	190.493	164.220
Administração Direta	184.305	164.220
Outros Serviços	6.188	-
Setor Privado	3.358.387	3.435.614
Indústria	1.381.344	1.551.652
Comércio	210.843	246.820
Outros Serviços	347.191	355.996
Rural	1.419.009	1.281.146
Total	3.548.880	3.599.834

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classificação nível de risco	2015							
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	795.192	22,40	-	-	3.363	0,42	3.363	0,42
A	1.149.719	32,40	5.749	0,5	461	0,04	6.210	0,54
B	1.010.386	28,46	10.104	1,0	1.547	0,15	11.651	1,15
C	217.839	6,14	6.535	3,0	2.620	1,20	9.155	4,20
D	186.583	5,26	18.658	10,0	12.021	6,44	30.679	16,44
E	42.852	1,21	12.856	30,0	6.143	14,34	18.999	44,34
F	8.820	0,25	4.411	50,0	3.284	37,24	7.695	87,24
G	45.717	1,29	32.002	70,0	13.715	30	45.717	100,00
H	91.772	2,59	91.772	100,00	-	-	91.772	100,00
Total	3.548.880	100,00	182.087	-	43.154	-	225.241	-

2014

Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	756.091	21,00	-	-	3.495	0,47	3.495	0,47
A	1.474.468	40,96	7.372	0,5	551	0,04	7.923	0,54
B	842.446	23,40	8.424	1,0	1.032	0,12	9.456	1,12
C	196.200	5,45	5.886	3,0	2.528	1,29	8.414	4,29
D	150.932	4,19	15.093	10,0	9.359	6,20	24.452	16,20
E	26.931	0,75	8.079	30,0	2.946	10,94	11.025	40,94
F	18.241	0,51	9.121	50,0	5.940	32,57	15.061	82,57
G	2.515	0,07	1.761	70,0	754	30,00	2.515	100,00
H	132.010	3,67	132.010	100,00	-	-	132.010	100,00
Total	<u>3.599.834</u>	<u>100,00</u>	<u>187.746</u>	<u>-</u>	<u>26.605</u>	<u>-</u>	<u>214.351</u>	<u>-</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações. Para tanto, o Badesul efetua provisionamento superior ao mínimo regulamentado na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo BACEN. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas periodicamente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50 tem provisão constituída pelo seu nível apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo inicial	214.351	88.219
Adições / (Reversões) líquidas do período	190.434	164.580
Baixa por transferência a prejuízo	(179.544)	(38.448)
Saldo final	<u>225.241</u>	<u>214.351</u>

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 6,35% (5,95% em 2014).

Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones, likely representing the approval of the financial statements.

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2015		2014	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	73.222	2,06	78.014	2,17
10 maiores seguintes	417.366	11,76	507.771	14,10
20 maiores seguintes	463.464	13,06	536.564	14,91
Demais	2.594.828	73,12	2.477.485	68,82
Total	3.548.880	100,00	3.599.834	100,00

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2015 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 179.544 (R\$ 38.448 em 2014), em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2015, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 279.491 (R\$ 115.212 em 2014).

As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 17.457 (R\$ 17.023 em 2014), sendo que R\$ 15.849 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 1.608 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento.

7 Avais e fianças honrados

	2015	2014
Créditos por avais e fianças honrados	3.127	162
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.527)	(133)
Total	600	29

M
18
2.
18

8 Rendas a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2015	2014	2015	2014
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança	812	126	232	364
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	1.696	600	-	-
Total	2.508	726	232	364

9 Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativo fiscal diferido – IRPJ	32.390	19.394	100.441	65.588	132.831	84.982
Ativo fiscal diferido – CSLL	25.912	11.636	73.628	39.353	99.540	50.989
Total	58.302	31.030	174.069	104.941	232.371	135.971

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2015 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. O impacto da atualização dos saldos existentes em 31/12/2015, devido à majoração da alíquota da CSLL, foi de R\$ 18.200.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

2015			
Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	403.698	100.924	75.848
Rendas de Atraso	36.464	9.116	7.186
Provisão para perdas com ações trabalhistas	57.276	14.319	11.050
Provisão para passivos atuariais	13.904	3.476	2.209
Provisão para perdas com coobrigações	19.984	4.996	3.247
Total	531.326	132.831	99.540

2014			
Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	262.966	65.742	39.444
Rendas de Atraso	23.057	5.764	3.459
Provisão para perdas com ações trabalhistas	41.139	10.285	6.171
Provisão para passivos atuariais	12.765	3.191	1.915
Total	339.927	84.982	50.989

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

2015			2014
	IRPJ	CSLL	Total
Saldo inicial	84.982	50.989	135.971
Adições			
- Resultado	65.395	62.629	128.024
- Patrimônio líquido	521	375	896
Exclusões/Baixas			
- Resultado	(17.753)	(14.202)	(31.955)
- Patrimônio líquido	(314)	(251)	(565)
Total	132.831	99.540	232.371

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

2015				
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2016	129.560	32.390	25.912	58.302
2017	163.012	40.753	32.602	73.355
2018	104.233	26.058	20.847	46.905
2019	30.664	7.666	4.600	12.266
2020	20.225	5.056	3.034	8.090
2021/2025	83.632	20.908	12.545	33.453
Total	531.326	132.831	99.540	232.371

2014				
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2015	77.576	19.394	11.636	31.030
2016	102.933	25.734	15.441	41.175
2017	90.034	22.508	13.505	36.013
2018	7.100	1.775	1.065	2.840
2019	11.700	2.925	1.755	4.680
2020/2024	50.584	12.646	7.587	20.233
Total	339.927	84.982	50.989	135.971

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 3,06%, está representado por R\$ 122.740 (R\$ 78.202 em 2014) referentes ao imposto de renda e R\$ 92.617 (R\$ 46.921 em 2014) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.847 (R\$ 606 em 2014) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 1.477 (R\$ 364 em 2014) relativos à Contribuição Social.

10 Outros valores e bens

	2015	2014
Bens não de uso próprio (imóvel recebido em dação em pagamento)	3.600	3.600
Material em estoque	126	121
Despesas antecipadas	4	2
Total	3.730	3.723

11 Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2015 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição:

	Taxas de depreciação % ao ano	2015			2014
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de uso	4	35.074	(4.068)	31.006	32.409
Instalações, móveis e equipamentos	10	4.398	(2.973)	1.425	1.826
Sistema de processamento de dados	20	3.700	(2.978)	722	837
Outros	10	200	(153)	47	60
Total		43.372	(10.172)	33.200	35.132

12 Obrigações por repasse no país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP e CEF). Essas obrigações tem vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que tem vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% a.a. a 8,00% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P, UPF e IPCA-M), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 14,24% a.a.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2015				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	87.663	230.080	317.743	1.328.516	1.646.259
CEF	380	1.181	1.561	28.232	29.793
FINAME	48.520	190.968	239.488	1.432.306	1.671.794
FINEP	48	922	970	8.742	9.712
Total	136.611	423.151	559.762	2.797.796	3.357.558

[Handwritten signatures and initials]

	2014				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	98.800	321.110	419.910	1.253.636	1.673.546
CEF	334	1.036	1.370	28.034	29.404
FINAME	40.265	172.069	212.334	1.427.896	1.640.230
FINEP	6	45	51	3.030	3.081
Total	139.405	494.260	633.665	2.712.596	3.346.261

13 Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	36.877	34.581
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	99	102
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.311	1.305
PIS, COFINS, ISSQN	930	884
Total	39.217	36.872

14 Passivos contingentes

Movimentação 2015				
Natureza	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	41.139	19.112	2.975	57.276
Cível (b)	274	-	41	233
Provisão p/perda com coobrigações (veja nota 21b "ii")	-	19.984	-	19.984
Provisão FGI (vide nota 21b "i")	1.880	5.089	-	6.969
Total	43.293	44.185	3.016	84.462

Movimentação 2014				
Natureza	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	23.614	18.220	695	41.139
Cível (b)	41	259	26	274
Provisão FGI (vide nota 21b "i")	918	962	-	1.880
Total	24.573	19.441	721	43.293

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a. Ações trabalhistas

Processos trabalhistas: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As adições ocorridas no exercício de 2015 decorreram de novas ações impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2015 existiam 50 (32 em 2014) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 42.358 (R\$ 30.161 em 2014).

b. Ações cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

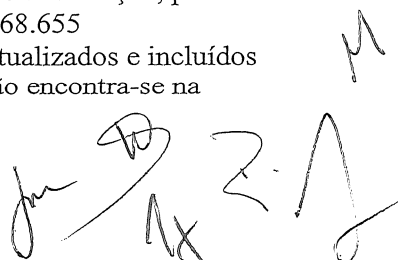
As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais. Em 31 de dezembro de 2015 existiam 155 (123 em 2014) ações envolvendo risco de perda possível que representam o valor de R\$ 19.436 (R\$ 13.351 em 2014).

c. Ações Fiscais

- (i) PIS/COFINS - Ação coletiva em que o Badesul é parte: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das Agências de Fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para o Badesul.

Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715, produzindo efeito a partir de 01 de janeiro de 2013 com a possibilidade de opção para o exercício de 2012, a qual veio eliminar a “lacuna” que havia na legislação tributária quanto à expressa previsão do tratamento tributário aplicável às Agências de Fomento, conforme disposto no seu artigo nº 70.

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo valor apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, cujos valores originais foram atualizados e incluídos as multas de ofício. Até a data destas demonstrações financeiras a discussão encontra-se na instância administrativa e não existe nenhuma decisão.



O Badesul, através de sua assessoria jurídica, entende que uma decisão final desfavorável no âmbito administrativo é possível. O risco máximo envolvido relacionado aos períodos de 2009 a 2012 é de R\$ 49.909 (R\$ 46.329 em 2014), considerando os valores originais corrigidos.

- (ii) ISSQN: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o Badesul, entre outros, está arrolado como parte responsável por tal débito. O Badesul, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre, tendo sido vencedor em primeiro e segundo graus. O processo está aguardando julgamento do recurso especial pelo STJ. Esta possível contingência foi estimada em R\$ 23.944 para a data base 31 de dezembro de 2015 (R\$ 23.240 para 31 de dezembro de 2014).

d. Devedores por depósitos em garantia

	2015	2014
Ações Trabalhistas	9.596	6.062
Ações Cíveis	51	67
Outros Recursos Fiscais	22	-
Total	9.669	6.129

15 Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	2015	2014	2015	2014
Passivo c/plano de previdência complementar (c)	-	-	8.166	8.172
Passivo c/planos de saúde (d)	-	-	1.553	740
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*)	1.600	214	2.585	3.639
Total	1.600	214	12.304	12.551

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão para prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo, considerando a data esperada de elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS (vide nota 15e).

a. Composição do passivo atuarial líquido

Para 31 de dezembro de 2015 foi procedida, por atuário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

Handwritten signature and initials, likely representing the independent actuary mentioned in the text.

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1	Plano saldato	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)		
Movimentação da Posição Líquida do Balanço	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	20.613	8.381	260	3.176	3.684	4.185
Valor justo dos ativos do plano	(13.958)	(7.863)	(187)	(2.256)	(2.131)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	6.655	518	73	920	1.553	4.185
Passivo atuarial líquido	6.655	518	73	920	1.553	4.185

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1	Plano Saldado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)		
Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	21.973	9.630	419	2.395	3.853	-
Valor justo dos ativos do plano	(14.787)	(9.023)	(40)	(1.655)	-	-
Valor presente das obrigações a descoberto	7.186	607	379	740	3.853	3.853
Passivo atuarial líquido	7.186	607	379	740	3.853	3.853

b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

Movimentação no exercício

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1	Plano saldato	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)		
Passivo Atuarial em 31 de dezembro de 2014	7.186	607	379	-	740	3.853
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	617	70	20	(374)	80	582
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	(836)	(126)	(295)	1.294	792	-
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(312)	(33)	(31)	-	(59)	(250)
Passivo (Ativo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015	6.655	518	73	920	1.553	4.185

	Planos de Previdência Complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1	Plano Saldado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)		
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2013	11.338	-	-	-	924	3.583
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	1.820	53	624	32	448	-
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	4.152	584	-	(216)	-	-
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(599)	(30)	(245)	-	(178)	-
Efeito da migração de planos de benefícios	(9.525)	-	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2014	7.186	607	379	740	3.853	3.853

Handwritten signatures and initials:
 jm, 18, 2.12.14

Movimentação no segundo semestre

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)		
Passivo Atuarial em 30 de junho de 2015	7.340	627	379	-	771	3.718
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do semestre	308	34	10	(374)	20	467
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	(836)	(126)	(295)	1.294	792	-
Contribuições do empregador vertidas no semestre	(157)	(17)	(21)	-	(30)	-
Passivo (Ativo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015	6.655	518	73	920	1.553	4.185

	Planos de Previdência Complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)		
Passivo atuarial em 30 de junho de 2014	5.026	839	-	249	963	3.631
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do semestre	1.212	53	624	-	(7)	400
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.419	(255)	-	(249)	(216)	-
Contribuições do empregador vertidas no semestre	(471)	(30)	(245)	-	-	(178)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2014	7.186	607	379	-	740	3.853

c. Plano previdenciário complementar

O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

- (i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios salgado e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma

de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPPREV II), na sua maioria para este último. Permaneceram neste Plano 6 participantes ativos e 20 assistidos.

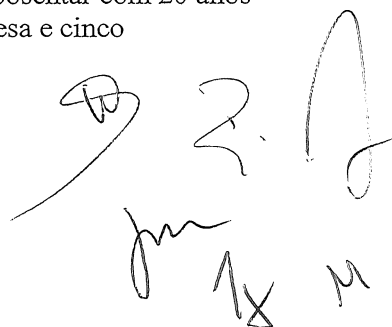
- (ii) Plano de Benefícios Saldado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo “benefício definido” e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldado, não há apuração de custos e, conseqüentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit.
- (iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este plano é estruturado na modalidade “contribuição variável” e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano. Os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo.
- (iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para atender exclusivamente os participantes e assistidos migrados do Plano PB1. É do tipo “contribuição variável” e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são: aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte.

d. Plano de saúde

O Plano de Saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA, PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

e. Prêmio por aposentadoria

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento do pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por sucessão trabalhista, ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa.



f. Principais premissas

As principais premissas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

(i) Premissas econômico-financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Taxa de desconto (taxa real)		
Plano PB1	7,37% ao ano	6,14% ao ano
Plano Saldado	7,37% ao ano	6,16% ao ano
Plano FBPREV I	7,37% ao ano	6,17% ao ano
Plano FBPREV II	7,37% ao ano	6,17% ao ano
Planos de Saúde	7,37% ao ano	6,18% ao ano
Prêmio por Aposentadoria	6,65% ao ano	6,15% ao ano
Taxa de retorno esperada dos Ativos (taxa real)	*	*
Taxa de crescimento salarial futuro (taxa real)	3,56% ao ano	3,56% ao ano
Taxa de crescimento dos benefícios (taxa real)	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Expectativa de inflação	6,87% ao ano	5,40% ao ano
Fator de capacidade dos salários	98%	100%
Fator de capacidade do Plano	98%	100%
Fator de capacidade dos benefícios do INSS	98%	98%
Análise de permanência no Plano de saúde	100%	100%
Taxa de crescimento dos custos com saúde (HCCTR - taxa real)	3,51% ao ano	3,92% ao ano

(*) A taxa de retorno esperada dos Ativos é idêntica à taxa de desconto (taxa real)

(ii) Premissas demográficas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 83 desagravada em 50%	RRB 83 desagravada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light forte desagravada em 50%	Light forte desagravada em 50%
Tábua de rotatividade	Experiência TowersPerrin agravada em 125% 100% na elegibilidade	Experiência TowersPerrin agravada em 125% 100% na elegibilidade
Entrada em aposentadoria	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 64 anos para os homens e 61 anos para as mulheres	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 61 anos para os homens e 60 anos para as mulheres
Composição familiar	Benefícios a conceder: Família média Benefícios concedidos: Família real informada Sendo família média: - percentual de casados: 95% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário	Benefícios a conceder: Família média Benefícios concedidos: Família real informada Sendo família média: - percentual de casados: 95% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário
<i>Duration</i>		
Plano PB1	22,00 anos	9,41 anos
Plano Saldado	23,54 anos	10,75 anos
Plano FBPREV I	26,00 anos	15,66 anos
Plano FBPREV II	22,00 anos	14,75 anos
Plano de saúde	23,00 anos	14,75 anos
Prêmio por aposentadoria	2,03 anos	2,58 anos

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2015 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

Custo médio PAMES (PAM027): R\$ 3.160,00 ao ano

Custo médio PAMPA (PAM019): R\$ 263,00 ao ano

Custo FAR200: conforme tabela abaixo.

Faixas Etárias	Custo médio (Em Reais)
0 a 17 anos	0,00
18 a 29 anos	44,00
30 a 39 anos	155,00
40 a 49 anos	130,00
50 a 59 anos	390,00
60 a 69 anos	652,00
70 anos ou +	854,00

g. Análise de sensibilidade

O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R2) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2015:

	Plano PB1		Plano SALDADO		Plano FBPREV I		Plano FBPREV II	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(867)	(4,20)	(436)	(5,20)	(7)	(2,59)	(143)	(4,50)
Redução de 0,5%	939	4,50	398	4,75	7	2,71	99	3,13
Expectativa de vida								
Redução de 1 ano	4	(0,02)	(165)	(1,96)	6	2,27	(58)	(1,83)
Aumento de 1 ano	(4)		87	1,04	5	(2,02)	4	0,14
Crescimento salarial								
Aumento de 0,5%	(222)	(1,08)	-	-	9	3,41	6	0,19
Redução de 0,5%	217	1,05	-	-	(8)	(3,25)	2	0,06

[Handwritten signatures and initials]

h. Alocação de capital

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2015:

Alocação do valor justo dos ativos dos Planos	Planos de Previdência Complementar			
	Plano	Plano	Plano	Plano
	Saldado	PB1	FBPREV I	FBPREV II
Caixa e equivalente de caixa	315	2.068	20	88
Instrumentos patrimoniais	4.639	8.070	36	870
Instrumentos de dívida	1.101	1.803	78	272
Imóveis	157	300	-	33
Fundos de Investimento	1.651	1.717	53	993
Total	7.863	13.958	187	2.256

16 Credores diversos

	2015	2014
Financiamentos a Liberar para Mutuários dos Fundos Administrados (*)	706	6.675
Cobrança (valores a processar)	454	774
Recebimento de Fundos Regionais Administrados (*)	-	207
Fornecedores	496	803
Outros	402	343
Total	2.058	8.802

(*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 24b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2014), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja

constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

As outras reservas especiais de lucros estão compostas por lucros remanescentes ainda não deliberados pela Assembleia Geral de acionistas, permanecendo nesta condição para futura destinação. Este procedimento está em conformidade ao que dispõe a Carta Circular nº 3.516 emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de julho de 2011. A Administração do Badesul encaminhará proposta à Assembleia Geral Ordinária visando à utilização de reservas de lucros, exceto a reserva legal, para a absorção de parte do prejuízo acumulado.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Não é permitida a distribuição de dividendos antes da absorção de prejuízos acumulados, sendo que, no caso do Badesul, além desta condição deve ser observado o citado na nota “b” acima, a respeito da reserva para incentivos fiscais.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembleia Geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nos exercícios de 2015 e de 2014 não houve registro de despesa de JSCP.

18 Capital regulamentar

a. Patrimônio de referência

A Resolução nº 4.192 de 01 de março de 2013, publicada pelo Banco Central do Brasil, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basileia III patrimônio de referência. O valor do patrimônio de referência do Badesul em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 565.863 (R\$ 596.260 em 2014).

b. Índice de Basileia

As regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras de manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de Basileia em relação aos ativos ponderados do Badesul era de 14,53% (16,08% em 2014), superior ao índice mínimo exigido pelos normativos que é de 11%.

c. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil estabeleceu os procedimentos para apuração dos limites e padrões regulamentares. Em 31 de dezembro de 2015 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência PR	Situação	Margem	Índice Amplo
	Limite Imobilização			
2015				
Compatibilização do PR com o PRE	452.692	565.863	113.171	13,91%
Imobilização	282.931	33.200	249.731	11,73%
2014				
Compatibilização do PR com o PRE	441.771	596.260	154.489	15,17%
Imobilização	298.130	35.132	262.998	11,78%

19 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(25.593)	(76.765)	(19.956)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-
Participações Estatutárias no Lucro	-	(924)	-
Ajuste de RTT	-	-	(9.525)
Exclusão receita de doação do Poder Público (doação de imóvel)	-	-	(35.074)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(98.162)	196.595	178.084
Diferenças Temporárias	97.292	195.530	174.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.904	140.731	142.857
Rendas a apropriar em atraso	11.780	17.421	9.635
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	220	(4.014)	1.079
Provisões para contingências	(2.797)	21.185	17.758
Outras provisões	20.185	20.207	3.060
Diferenças Permanentes	870	1.065	3.696
Despesas não dedutíveis	870	1.065	3.696
Base de cálculo do IR e CS	72.569	118.906	113.529
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k)	(30.957)	(49.577)	(45.381)
Incentivos Fiscais	910	1.298	1.011
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	(30.047)	(48.279)	(44.370)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9)	57.334	96.068	65.398
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	27.287	47.789	21.028

[Handwritten signatures and initials]

20 Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2015	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	193	255	51
Reversão de passivo atuarial plano de prev. complementar	404	404	9.525
Reversão de provisões operacionais	406	406	4
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	410	669	285
Honorários de sucumbência	1.835	1.930	131
Outras	15	25	-
Total	3.263	3.689	9.996

21 Outras despesas administrativas, outras despesas operacionais e participações estatutárias no lucro

a. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2015	2015	2014
Água, energia e gás	396	856	584
Comunicação	95	180	170
Manutenção e conservação de bens	523	962	891
Processamento de dados	2.553	5.746	5.639
Publicidade e propaganda	776	1.535	2.921
Serviços do sistema financeiro	398	779	846
Serviços de terceiros	806	1.482	1.353
Serviços técnicos especializados	74	333	727
Transporte	32	53	47
Viagem	180	357	350
Emolumentos Cartoriais	556	1.016	540
Depreciação e amortização	1.095	2.210	3.498
Contribuições para entidades representativas	103	304	251
Doações – projetos com incentivo fiscal	730	800	580
Outras	385	681	658
Total	8.702	17.294	19.055

b. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2015	2015	2014
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	177	381	1.655
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	4.358	18.885	18.220
Despesa com provisão decorrente de honra FGI (i)	3.638	5.089	962
Despesas com provisão p/perda com coobrigações (ii)	11.882	20.390	-
Despesa com incentivo p/migração plano de previdência PB1	-	-	17.593
Outras	88	295	218
Total	20.143	45.040	38.648

- (i) Em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, é reconhecido provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que há adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), devendo ser ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo.
- (ii) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 24a.

c. Participações estatutárias no lucro

O montante de R\$ 924 levados à despesa no exercício de 2015 se refere ao valor da parcela de adiantamento de PLR relativa ao exercício de 2014, paga em outubro de 2014, cuja despesa não fora reconhecida naquele período.

22 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do Badesul.

	2015		
	(Direitos)		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b)	(1.695)	7.382	-
Contratação de serviços especializados	309	-	605
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	1.935
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(84)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	88	-	1.178
Outros valores a ressarcir	(409)	-	-
	2014		
	(Direitos)		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b)	(600)	5.049	-
Contratação de serviços especializados	342	-	655
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	1.771
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(89)	-	-
Despesa de Pessoal- funcionários adidos	123	-	1.296
Outros valores a ressarcir	(398)	-	-

- (*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

23 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no *sítio* www.badesul.com.br.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a. Risco de mercado

Revisada anualmente, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

O risco de mercado não é significativo para o Badesul, considerando que a maioria de suas operações têm as taxas “casadas” no ativo e no passivo por decorrerem de operações de repasses, o que mitiga o risco de exposição.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco (*rating*) das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

c. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d. Gerenciamento de capital

A Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011, publicada pelo Banco Central do Brasil, define o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle do capital, contemplando a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais as instituições financeiras estão sujeitas e ao planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação do patrimônio de referência, patrimônio de referência exigido e RBAN (risco da carteira de não negociação).

e. Risco de Liquidez

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Internamente este tema está normatizado por meio de resolução do Conselho de Administração, revisado periodicamente, que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, e por isso são alvo de monitoramento constante, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente.

24 Compromissos e responsabilidades

a. Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 está representado por R\$ 89.285 (R\$ 111.946 em 2014).

b. Gestão de recursos de terceiros

O Badesul por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2015, representam o montante de R\$3.125.537 (R\$ 4.569.528 em 2014). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2015 R\$ 7.382 (R\$ 5.049 em 2014).

25 Outras Informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos

retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal), que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.

Diretoria executiva



Susana Maria Kakuta
Diretora Presidente



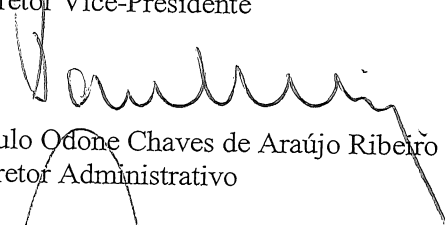
Kalil Sehbe Neto
Diretor Financeiro,
Responsável pela Área Contábil



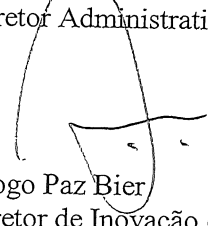
Jeanette Halmenschlager Lontra
Diretora de Operações



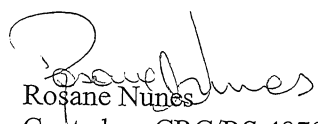
Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente



Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro
Diretor Administrativo



Diogo Paz Bier
Diretor de Inovação e Sustentabilidade



Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3

* * *

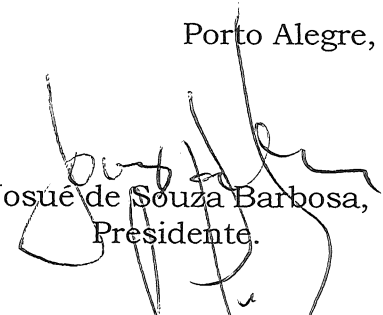
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72

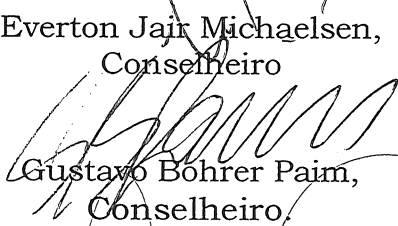
Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 10/02/2016, compreendendo: Relatório da Administração, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2015, todas comparativas ao exercício de 2014.

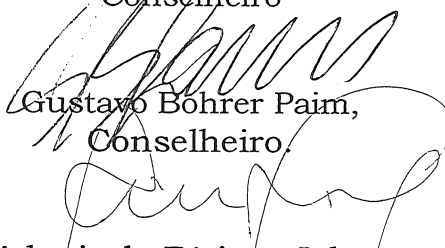
Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2016.



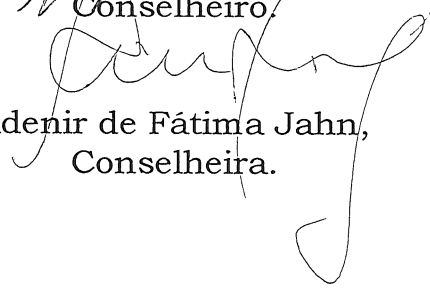
Josué de Souza Barbosa,
Presidente.



Everton Jair Michaelsen,
Conselheiro



Gustavo Böhrer Paim,
Conselheiro.



Adenir de Fátima Jahn,
Conselheira.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.

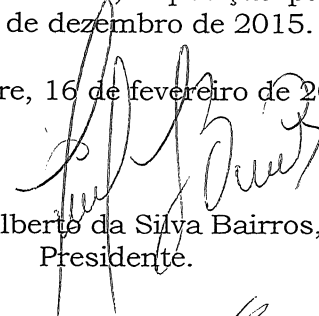
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72

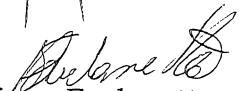
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2015, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas, todas comparativas ao exercício de 2014. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

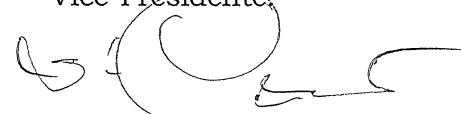
Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2016.



Luis Alberto da Silva Bairos,
Presidente.



Adriana Furlanetto,
Vice-Presidente.



Silvio Vares-Neto,
Conselheiro.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

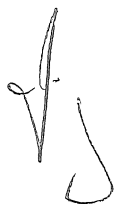
CNPJ nº 02.885.855/0001-72
NIRE nº 43 3 0003872 6

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Local, Data e Hora – Os acionistas do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, reuniram-se em Assembleia Geral, na sede social, em Porto Alegre (RS), na Rua Gen. Andrade Neves, 175, 18º andar, no dia 11 de março de 2016, às 15 horas e 30 minutos. **Presenças** – Pessoalmente ou por seus representantes legais, compareceu a totalidade dos acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Felipe Brutti da Silva, representando a KPMG Auditores Independentes, e o Sr. Luis Alberto da Silva Bairos, Presidente do Conselho Fiscal do BADESUL, atendendo ao previsto no § 1º do art. 134 da Lei nº 6404/76. **Convocação** – Dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do art. 124, da mesma Lei nº 6404/76. **Composição da Mesa** – Para presidir os trabalhos, foi eleito o Senhor Josué de Souza Barbosa, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, conforme designação publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 27 de março de 2015, enquanto que, para secretariá-los, foi escolhido o acionista Luiz Diogo Garrastazu. **Publicações** – Os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, nas respectivas edições de 26 de fevereiro de 2016. **Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária:** **1** – tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como tomar conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas demonstrações financeiras, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; **2** – Apreciar e deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração quanto ao prejuízo líquido apurado no exercício de 2015, no montante de R\$ 29.899.837,68 (vinte e nove milhões oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos); **3** – Eleger membros do Conselho de Administração; **4** – Reeleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; **5** – Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; **6** – Deliberar sobre jornal de grande circulação para as publicações legais da sociedade; **7** – Alterar as alíneas f e g do Artigo 42 do Estatuto Social; **8** – outros assuntos de interesse da sociedade, vinculados aos itens precedentes. **Deliberações da Assembleia Geral Ordinária:** Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foram realizadas as seguintes deliberações: **1** – Após exame das documentações pertinentes e dos respectivos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Relatório da Auditoria Independente, foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; **2** – Depois da análise detida do encaminhamento do Conselho de Administração e considerando que se trata de matéria regulamentada na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) a Assembleia aprovou a reversão de reservas de lucro para absorção do prejuízo acumulado, incluindo o apurado no exercício de 2015. A absorção do prejuízo acumulado se dará no limite do saldo das reservas de lucro, mediante o seguinte procedimento: Reversão do saldo de Reserva Legal no montante de R\$ 21.194.100,45 (vinte e um milhões cento e noventa e quatro mil, cem reais e quarenta e cinco centavos) à conta de Lucros ou Prejuízos

Assembleia Geral Ordinária – AGO , de 11 de março de 2016

Acumulados e Reversão do saldo de Reserva Especial de Lucros – Outras no montante de R\$ 4.180.243,21 (quatro milhões cento e oitenta mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos) à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados; **3** – Eleger, para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76. Representando a maioria acionária: **Pedro Henrique Nunes Paiva**, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, residente e domiciliado na Rua Fábio de Barros, 368 – Bairro Nonoai – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF sob o número 509.320.120-00 e portador da carteira de identidade n.º 8030324795, expedida em 26/06/2014, pela SSP/RS; **Angela Silveira Bortolotto**, brasileira, casada, Jornalista, residente e domiciliada na Rua Nicola Mathias Falci, 151 – Apto. 412 – Bairro Jardim do Salso – Porto Alegre (RS), inscrita no CPF/MF sob o número 738.943.460-00 e portadora da carteira de identidade n.º 8048794336, expedida em 10/11/2011, pela SSP/RS; **Sinclair Bombassaro**, brasileiro, casado, Advogado Aposentado, residente e domiciliado na Rua Bento Gonçalves, 425 – Bairro Centro – Lagoa Vermelha (RS), inscrito no CPF/MF sob o número 056.499.350-68 e portador da carteira de identidade n.º 2127347736, expedida em 05/05/2014, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação dos nomes pelo Banco Central do Brasil. Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão nos cargos até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2017; **4** – Reeleger para o CONSELHO FISCAL, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2017, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas no art. 162 da Lei nº 6404/76: a) Representando a maioria acionária, para membros efetivos: **Luis Alberto da Silva Bairros**, brasileiro, solteiro, Advogado, residente e domiciliado na Av. Vicente Monteggia, 2000 – Casa 01 – Bairro Cavallhada – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF sob o número 404.224.530-72, carteira de identidade n.º 8026395981, expedida em 20/10/2010, pela SSP/RS; **Adriana Furlanetto**, brasileira, solteira, Advogada, residente e domiciliado na Rua Ernesto Alves, 1330 – Bairro Centro – Caxias do Sul (RS), inscrito no CPF/MF sob o n.º 642.277.310-20 e portador da Carteira de Identidade n.º 4053486132, expedida em 26/06/1990, pela SSP/PC/RS; para membros suplentes: **Ademir Baretta**, brasileiro, casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua Vereador Cibeles, 396 – Apartamento 702 – Bairro Planalto – Farroupilha (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 337.337.670-04 e portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 02280587705, expedida em 08/03/2012, pelo DETRAN/RS e, **Magaly da Silva Costa**, brasileira, solteira, Bacharel em Direito, residente e domiciliada na Rua Demétrio Ribeiro, 680 – Apartamento 605 – Bairro Centro Histórico - Porto Alegre (RS), inscrita no CPF/MF. sob o n.º 727.696.880-49 e portadora da Carteira Nacional de Habilitação n.º 02223600043, expedida em 11/04/2014, pelo Detran/RS; b) representando a minoria acionária, para membro efetivo: **Silvio Vares Neto**, brasileiro, divorciado, Advogado, residente e domiciliado na Rua dos Andradas, 761-A – Bairro Centro – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 179.813.360-15 e portador da Carteira de Identidade n.º 1017428309, expedida em 22/09/2014, pela SSP/RS e para membro suplente: **Rosa Maria Riegel Bertolucci**, brasileira, casada, Servidora Pública Estadual, residente e domiciliada na Rua Omaguá, 11 – Bairro Vila Assunção – Porto Alegre (RS), inscrita no CPF/MF. sob o n.º 408.977.610-49 e portadora da Carteira de Identidade n.º 2006417154, expedida em 11/05/2007, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; **5** - Fixar a remuneração mensal do Conselho de Administração, que será equivalente, para cada membro, a 20% (vinte por cento) da que, em média, for atribuída mensalmente a cada Diretor, não computados



Assembleia Geral Ordinária – AGO , de 11 de março de 2016

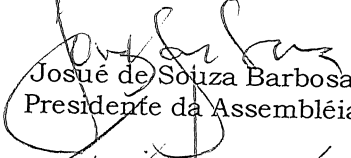
benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros. **5.1-** Atribuir aos membros da Diretoria, para o próximo período, a seguinte remuneração: **a)** para o Diretor-Presidente: Honorários: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e Verba de Representação: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) **b)** para o Vice-Presidente: Honorários: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) e Verba de Representação: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais); **c)** para cada Diretor: Honorários: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e Verba de Representação: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assegurando-se ao Diretor, oriundo do quadro de empregados do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, optar pela remuneração global que percebia como empregado, acrescida da verba de representação que couber aos demais diretores. **5.2** – Determinar que a remuneração anual compreende 13 (treze) pagamentos, cabendo aos diretores o direito de participarem na distribuição de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. **5.3** – Determinar que a remuneração anual será reajustada conforme a Convenção Coletiva dos Bancários, no mesmo percentual conferido aos empregados dessa Instituição, devendo ser aplicado com a mesma data-base a partir do corrente ano; **5.4** - Decidir que, em caso de o acionista controlador, no decorrer do exercício, vir a proceder a majorações na remuneração da Diretoria, com observância da legislação estadual pertinente, inclusive retroativamente, as eventuais majorações poderão ser implementadas, cabendo à próxima Assembleia Geral Ordinária ratificá-las. **5.5** - Fixar a remuneração mensal do Conselho Fiscal, que será equivalente, para cada membro em exercício, a 20% (vinte por cento) da que, em média for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros - PLR. **5.6** - Os Conselheiros eleitos observarão o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e legislação pertinente, atendendo todos os requisitos legais; **6** – O Presidente da Assembleia comentou que a Lei nº 6.404/76, no seu artigo nº 289, estabelece que as publicações ordenadas por esse dispositivo legal devem ser feitas, além de no Diário Oficial, em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, e que, a companhia deve fazer essas publicações sempre no mesmo jornal. Qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembleia-geral ordinária. Neste contexto, o Presidente propôs a análise e deliberação quanto a mudança ou não do jornal atualmente utilizado pelo Badesul para fazer suas publicações, que é o Jornal do Comércio. Decidiu-se pela troca de jornal para o Correio do Povo, devido ao custo que se apresentou menor do que o Jornal do Comércio. O Correio do Povo é um jornal de grande circulação, portanto, atende aos requisitos regulamentados, permanecendo este até nova deliberação em AGO; **7** – Tendo em vista que a Resolução do Banco Central do Brasil n.º 4.433, de 23 de julho de 2015, alterou o prazo de respostas às demandas recebidas pela Ouvidoria de 15 dias (Resolução n.º 3.849/2010 revogada) para 10 dias úteis e, que o prazo para as Instituições se adaptarem aos dispositivos da Resolução é até 30 de junho de 2016, fica aprovada a alteração das alíneas f e g do Artigo 42 do Estatuto Social do Badesul, que passam a ter a seguinte redação: “f) informar aos reclamantes o prazo previsto para a resposta final, o qual não pode ultrapassar o prazo máximo estabelecido pelo normativo do Banco Central do Brasil; g) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes dentro do prazo estipulado pela norma vigente do Banco Central do Brasil;” **8** - Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, o Presidente da Assembleia deu ciência aos demais acionistas sobre as auditorias realizadas no Badesul pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Banco Central do Brasil, e assim foi esgotada a ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento** – foi determinada a lavratura desta Ata

Assembleia Geral Ordinária – AGO , de 11 de março de 2016

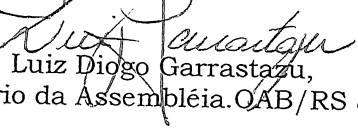
na forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, tal como facultam os parágrafos 1º e 2º do art. 130 da Lei. 6404/76. Porto Alegre, 11 de março de 2016. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Josué de Souza Barbosa, Secretário Adjunto da Secretaria Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ricardo Englert e Luiz Diogo Garrastazu. Porto Alegre, 11 de março de 2016.

DECLARAÇÃO:

Como Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.



Josué de Souza Barbosa,
Presidente da Assembleia.



Luiz Diogo Garrastazu,
Secretário da Assembleia. OAB/RS 8664.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.03.2016 as 13:41:56.

Válido até: 12.06.2016.

Código de Controle: 220668.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.